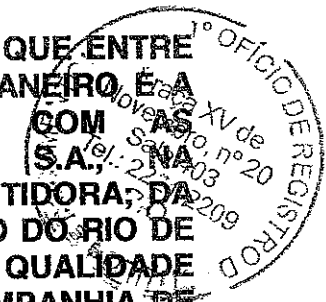


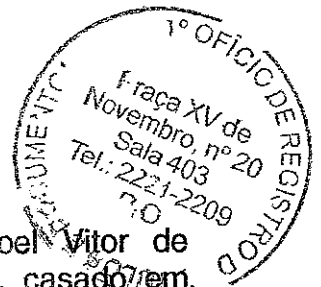


**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A GERDAU AÇOS LONGOS S.A. COM AS INTERVENIÊNCIAS DA GERDAU S.A., NA QUALIDADE DE FIADORA E GARANTIDORA, DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. – INVESTE RIO, NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO E DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CODIN, NA QUALIDADE DE ÓRGÃO EXECUTOR DO FUNDES, NA FORMA ABAIXO:**



De um lado, como **CREDOR**, o **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 42.498.683/0001-07, neste ato representado, conforme o Decreto nº 41.082, de 19 de dezembro de 2007, pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Julio Cesar Carmo Bueno, brasileiro, casado, engenheiro, portador da identidade n.º 39.819-D, expedida pelo CREA/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 548.560.277-00, residente e domiciliado nesta Cidade do Rio de Janeiro, doravante denominado **FINANCIADOR** e, de outro lado, a **GERDAU AÇOS LONGOS S.A.**, uma empresa do Grupo Econômico denominado Grupo Gerdau, com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, na Avenida João XXIII nº 6777/parte, Distrito Industrial de Santa Cruz, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.358.761/0001-69, neste ato, representada pelo seu Diretor Presidente, Sr. André Bier Gerdau Johannpeter, brasileiro, casado com separação total de bens, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 6.002.167.903, emitida pela SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 404.841.220-53, residente e domiciliado em Porto Alegre-RS e por seu Diretor Vice-Presidente, Sr. Manoel Vitor de Mendonça Filho, brasileiro, natural de Belo Horizonte, MG, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro metalúrgico, residente e domiciliado em Belo Horizonte, MG, na Rua Modesto Carvalho Araújo, 387, Bairro Belvedere, CEP 30320-410, portador da CI/SSP-PE nº 5.833.429 e CPF nº 317.555.936-00, por si e como sucessora da GERDAU AÇOMINAS S.A., doravante denominada **FINANCIADA**, com a intervenção da **GERDAU S.A.**, com sede na Avenida João XXIII nº 6.777/parte, Distrito Industrial de Santa Cruz, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.611.500/0001-19, neste ato, representada pelo seu Diretor Presidente, Sr. André Bier Gerdau Johannpeter, brasileiro, casado com separação total de bens, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 6.002.167.903, emitida pela SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 404.841.220-53, residente e domiciliado em Porto Alegre-RS e por seu



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Diretor Vice-Presidente, Diretor Vice-Presidente, Sr. Manoel Vitor de Mendonça Filho, brasileiro, natural de Belo Horizonte, MG, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro metalúrgico, residente e domiciliado em Belo Horizonte, MG, na Rua Modesto Carvalho Araújo, 387, Bairro Belvedere, CEP 30320-410, portador da CI/SSP-PE nº 5.833.429 e CPF nº 317.555.936-00, doravante denominada **FIADORA**; da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. – INVESTE RIO**, sociedade anônima de economia mista, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Ajuda, 05, 2º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.940.203/0001-81, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor-Presidente, José Domingos Vargas, portador da carteira de identidade nº 05.038.491-6, expedida pelo DETRAN/RJ, em 13/10/1999, e inscrito no CPF/MF sob o nº 447.233.507-72, e por sua Diretora da Área de Governo, Roberta Simões Maia, portadora da carteira de identidade nº 02.918.931-5, expedida pelo DETRAN/RJ, em 13/10/2006, e inscrita no CPF/MF sob o nº 506.611.327-49, com domicílio profissional nesta cidade, na Rua da Ajuda, nº 5, 2º andar, Centro, e, doravante denominado simplesmente **AGENTE FINANCEIRO** e da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CODIN**, sociedade de economia mista, com sede nesta cidade, na Rua da Ajuda, nº. 5/20º andar e inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.124.754/0001-14, neste ato representada por sua Diretora-Presidente, Sra. Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro, brasileira, divorciada, engenheira, portadora da carteira de identidade nº. 04.557.726-9, expedida pela SSP-DETRAN-RJ e inscrita no CPF/MF nº.535.029.577.20, residente e domiciliada nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ e por seu Diretor de Informações e Estatística Pedro Paulo Novellino do Rosario, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº. 45973, expedida pelo do CREA/RJ e inscrito no CPF sob o nº. 545.746.097-53, residente e domiciliado nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, doravante denominado **ÓRGÃO EXECUTOR**, resolvem celebrar o presente Contrato de Apoio Financeiro, tendo em vista o enquadramento da **FINANCIADA** no Programa de Atração de Investimentos Estruturantes - RIOINVEST, instituído pelo Decreto Estadual nº 23.012, de 25 de março de 1997, tendo como fundamento o projeto aprovado no Processo Administrativo nº E-11/30.452/2003 e no Processo Administrativo nº E-11/30.145/2011, no Decreto nº 36.459 de 29 de outubro de 2004, alterado pelo Decreto 37.206, de 29 de março de 2005 e no Decreto nº 43.383, de 28 de dezembro de 2011, alterado pelo decreto nº 43.879, de 09 de outubro de 2012, contrato este que se regerá, no que couber, pelas normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (artigo 62, § 3º, inciso II), Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, Decreto nº 3149/80, Decreto-Lei nº 08, de 15 de março de 1975 e Decreto nº 22.921, de 10 de janeiro de 1997, estes dois últimos que instituíram e regulamentaram o



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**FUNDES**, e pela legislação aplicável à espécie e pelas seguintes cláusulas e condições:



### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato tem por objeto, a abertura pelo **FINANCIADOR**, por intermédio do **AGENTE FINANCEIRO**, de crédito à **FINANCIADA**, de até R\$ 2.468.922.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e vinte e dois mil reais), com recursos oriundos do **FUNDES**, aprovados pelo Decreto nº 36.459 de 29 de outubro de 2004, alterado pelo Decreto 37.206, de 29 de março de 2005 e pelo Decreto Estadual nº 43.383, de 28 de dezembro de 2011, alterado pelo decreto nº 43.879, de 09 de outubro de 2012, exclusivamente para a ampliação da sua capacidade instalada no Estado do Rio de Janeiro, mediante a expansão das suas unidades industriais localizadas em Santa Cruz e em Bonsucesso, além da implantação de nova unidade industrial em Campo Grande, todas elas localizadas nesta Cidade do Rio de Janeiro - RJ. ✕

**Parágrafo Primeiro** – O crédito a que se refere esta Cláusula será destinado à **FINANCIADA** no aumento do seu capital de giro e na realização de novos investimentos naquelas unidades industriais, já analisados positivamente pelo **ÓRGÃO EXECUTOR** e aprovados pelo **FINANCIADOR**, sendo vedada sua utilização para constituição de garantia em favor de terceiros.

**Parágrafo Segundo** - Em contrapartida ao financiamento ora concedido, além das obrigações assumidas neste instrumento a **FINANCIADA** deverá:

I - realizar investimentos no processo produtivo de suas plantas industriais estabelecidas neste Município, em Santa Cruz, Bonsucesso e na implantação da unidade industrial em Campo Grande, no montante de R\$ 2.468.922.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e vinte e dois mil reais), até 31 de dezembro de 2016;

II – gerar, até 31 de dezembro de 2016, nas suas plantas industriais de Santa Cruz, de Campo Grande e de Bonsucesso, no mínimo, 550 (quinhentos e cinquenta) novos empregos diretos, e manter, a partir daquela data e durante todo o prazo de vigência do presente Contrato, no mínimo, 2.000 (dois mil) empregos diretos, recorrendo, sempre que possível, ao cadastro do Sistema Nacional de Emprego da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda - SINE-SETRAB para fins de seleção e contratação. A obrigação relacionada ao número mínimo de empregos diretos poderá ser revista, de comum acordo entre as partes, na hipótese de desequilíbrio econômico nacional ou mundial ou acontecimentos



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

extraordinários e imprevisíveis que venha a afetar a produção da **FINANCIADA**;



III – envidar seus melhores esforços para realizar o procedimento de importação de insumos e matérias primas, máquinas e equipamentos destinados ao processo produtivo das unidades industriais localizadas em Santa Cruz, Campo Grande e Bonsucesso, através dos portos ou aeroportos localizados no Rio de Janeiro, quer as operações sejam concretizadas diretamente por ela ou através de terceiros, por sua conta e ordem;

IV - incrementar seu faturamento bruto mensal, consideradas todas as suas unidades de produção mencionadas no item III acima, na medida em que haja condições mercadológicas favoráveis, para absorver a nova capacidade de produção instalada nas unidades de Santa Cruz, Bonsucesso e Campo Grande;

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DO CONTRATO E SUA EXECUÇÃO

Os recursos a que se refere a Cláusula Primeira deverão ser utilizados pela **FINANCIADA**, conforme projeto aprovado, no prazo máximo de 156 (cento e cinquenta e seis) meses, divididos em 13 subcréditos, com prazo de utilização e de carência de 01 (um) ano cada um.

**Parágrafo Primeiro** - O valor estimado do 1º subcrédito é de R\$ 260.922.000,00 (duzentos e sessenta milhões, novecentos e vinte e dois mil reais) e o valor estimado dos demais 12 subcréditos é de R\$ 184.000.000,00 (cento e oitenta e quatro milhões de reais), cada um.

**Parágrafo Segundo** - A contagem do prazo de utilização do primeiro subcrédito iniciará no mês seguinte ao mês de referência de apuração do tributo, a partir da assinatura deste Contrato. 28/10/13

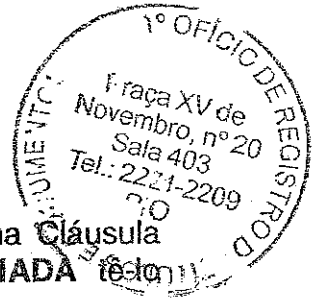
**Parágrafo Terceiro** - Findo o prazo de utilização de cada subcrédito, o valor estimado no parágrafo primeiro será substituído pelo valor efetivamente utilizado pela **FINANCIADA**, quando reputar-se-á cumprida a obrigação de abertura de crédito para este subcrédito, sendo certo que na hipótese da **FINANCIADA** não utilizar integralmente o valor estimado de determinado subcrédito, o saldo eventualmente restante será acrescido ao subcrédito subsequente.

**Parágrafo Quarto** – Findo o prazo de utilização do último subcrédito, será determinado o valor efetivamente utilizado pela **FINANCIADA** e reputar-se-



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

á cumprida a obrigação de abertura de crédito mencionada na Cláusula Primeira deste Contrato, independentemente de a FINANCIADA ter ou não utilizado integralmente ou não.



**Parágrafo Quinto** Na hipótese de serem utilizados os recursos pela FINANCIADA antes do prazo de utilização de cada subcrédito a que se refere a presente Cláusula, fica estabelecido que será utilizada, automaticamente, em antecipação, valor estimado do subcrédito posterior, importância correspondente ao valor necessário a complementação do subcrédito em execução, sendo debitada tal importância do subcrédito seguinte. Tal procedimento será adotado em relação aos demais subcréditos desde que não seja ultrapassado o limite de crédito estabelecido na Cláusula Primeira.

**Parágrafo Sexto** - O crédito a que se refere a Cláusula Primeira que será liberado em parcelas mensais e sucessivas, observado o caput desta Cláusula, equivalente, cada uma, a 9% (nove por cento) do faturamento bruto mensal incremental, limitadas, também cada uma, a 70% (setenta por cento) do ICMS próprio incremental recolhido ao Tesouro Estadual, no mesmo mês de referência do faturamento, prevalecendo, contudo, sempre o menor valor. Caso o ICMS venha a ser extinto, a regra valerá para o imposto que vier a sucedê-lo.

**Parágrafo Sétimo** - Entende-se como faturamento bruto mensal incremental e como ICMS incremental, referidos no Parágrafo Sexto desta Cláusula, os acréscimos, respectivamente, de faturamento e de débitos próprios de ICMS devidos ao Estado do Rio de Janeiro em comparação com a maior média mensal, em UFIRs-RJ, ou outro índice que vier a ser adotado pelo Estado nas operações no âmbito do FUNDES, em substituição a este, aferida nos 3 (três) últimos semestres imediatamente anteriores ao efetivo incremento da produção resultante da realização do projeto da FINANCIADA, apurados individualmente, por Inscrição Estadual, e definidos conforme a seguir: a) Inscrição Estadual nº 82310797: a base relativa ao faturamento bruto incremental mensal será de R\$ 204.504.188,90 (duzentos e quatro milhões, quinhentos e quatro mil, cento e oitenta e oito reais e noventa centavos), equivalente a 101.324.970,96 UFIRs-RJ, e a base relativa ao ICMS incremental mensal, o valor de R\$ 4.088.981,07 (quatro milhões, oitenta e oito mil, novecentos e oitenta e um reais e sete centavos), equivalente a 2.025.953,06 UFIRs-RJ; b) Inscrição Estadual nº 85890859: a base relativa ao faturamento bruto incremental mensal será de R\$ 8.002.550,24 (oito milhões, dois mil, quinhentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos), equivalente a 3.964.995,41 UFIRs-RJ, e a base relativa ao ICMS incremental mensal, o valor de R\$ 345.042,67 (trezentos e quarenta e cinco mil, quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos), equivalente a 170.957,08 UFIRs-RJ; c) Inscrição Estadual nº 79563544: tendo em vista que se trata de implantação do estabelecimento, não há



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

incremento a ser estipulado relativamente ao faturamento bruto e ao ICMS apurado na produção, adotando-se somente os limites definidos no Parágrafo Sexto desta Cláusula, a partir da entrada em produção.



**Parágrafo Oitavo** - Poderão ser subtraídos, para efeito de recolhimento do ICMS médio mensal, utilizado para o cálculo do valor do ICMS incremental mensal, no período de liberação, os valores incentivados decorrentes de patrocínio cultural realizados pela FINANCIADA, em cada uma das Inscrições Estaduais acima, na forma e como disposto na Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992.

**Parágrafo Nono** - A liberação de cada uma das parcelas do financiamento dar-se-á no dia 28 (vinte e oito) de cada mês, ou no primeiro dia útil antecedente se aquela data não recair em dia útil, devendo ser creditadas diretamente na conta-corrente da FINANCIADA.

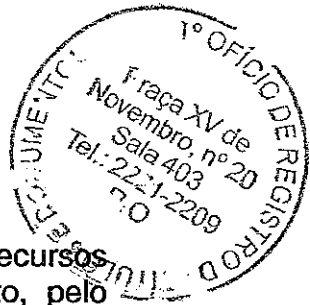
**Parágrafo Décimo** - Fica estabelecido um prazo de carência de 72 (setenta e dois) meses, para cada subcrédito, contados a partir do mês seguinte ao prazo de utilização e de carência de que trata o caput desta Cláusula, independentemente do crédito extinguir-se antes do vencimento do prazo ali pactuado.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - Para efeito de recebimento das parcelas do financiamento, a FINANCIADA deverá abrir e manter, em Banco conceituado como de primeira linha pelo mercado, conta corrente vinculada ao presente Contrato, devendo informá-la ao AGENTE FINANCEIRO.

**Parágrafo Décimo Segundo** - A FINANCIADA deverá apresentar ao AGENTE FINANCEIRO, até o dia 17 (dezessete) do mês da liberação ou no primeiro dia útil antecedente, se aquela data recair em dia não útil, o Demonstrativo de Liberação Mensal – DLM e, até o mesmo dia 17 (dezessete) do mês da liberação ou no primeiro dia útil subsequente, se aquela data recair em dia não útil, cópia da Guia de Informação e Apuração de ICMS – GIA, acompanhada da cópia do DARJ comprobatório de seu recolhimento. Essas informações serão referentes ao mês anterior ao de liberação, devendo ser prestadas somente até o final do prazo de utilização previsto no Caput desta Cláusula.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – O desembolso dos recursos objeto do financiamento será condicionado ao efetivo depósito, por parte do FINANCIADOR, na conta do AGENTE FINANCEIRO, até o dia 25 (vinte e cinco) do mês previsto para a liberação de cada parcela, ficando, portanto, o AGENTE FINANCEIRO isento de qualquer responsabilidade pelo descumprimento dessa obrigação pelo FINANCIADOR.

→ 6 meses.



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Parágrafo Décimo Quarto** – Na hipótese de não liberação dos recursos pelo **FINANCIADOR**, que se caracterizará pela falta do depósito, pelo **AGENTE FINANCEIRO**, do valor a ser liberado, na conta corrente da **FINANCIADA**, conforme previsto no Parágrafo Nono, observar-se-á o disposto na Cláusula Décima Terceira.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES SUSPENSIVAS

A liberação das parcelas a que se refere o presente Contrato é condicionada ao cumprimento cumulativo, pela **FINANCIADA**, das seguintes condições:

I - comprovação de regularidade de débitos tributários estaduais, mediante apresentação das respectivas certidões negativas de débitos fiscais, ou certidão positiva com efeitos de negativa ou comprovação da garantia integral do débito, sempre que solicitado pelo **FINANCIADOR**;

II - manutenção da garantia constituída nos termos estabelecidos na Cláusula Décima Primeira deste Instrumento;

III - apresentação de Licença Ambiental ou documento de efeito equivalente expedida por órgão estadual competente, comprovando que as unidades industriais de Santa Cruz, Campo Grande e Bonsucesso obedecem às normas da legislação ambiental vigente;

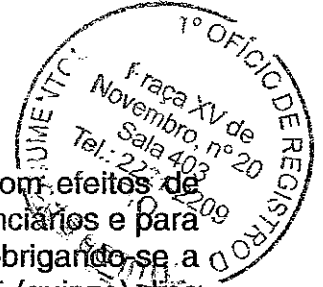
**Parágrafo Primeiro** - A **FINANCIADA** obriga-se a apresentar ao **ÓRGÃO EXECUTOR**, relativamente àquelas três unidades industriais, Licença de Operação (LO) ou documento com efeito equivalente, em até 15 (quinze) dias após a sua expedição pelo órgão estadual de controle ambiental, sob pena de não liberação da parcela do financiamento da unidade inadimplente, até o cumprimento da obrigação. Caso a falta de apresentação da Licença, de qualquer das unidades, ocorra no curso do Contrato e que, após notificada para corrigir o descumprimento a **FINANCIADA** deixe de fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação, o financiamento será suspenso pelo prazo de 30 (trinta) dias, prazo esse findo o qual, caso ainda não tenha sido sanado o inadimplemento, será considerado rescindido o presente Contrato, com as consequências previstas na Cláusula Nona.

**Parágrafo Segundo** - O **FINANCIADOR**, o **ÓRGÃO EXECUTOR** e o **AGENTE FINANCEIRO** poderão exigir, a qualquer tempo, durante a vigência do presente contrato, a apresentação, pela **FINANCIADA**, da documentação a que se referem os incisos I, II e III do “caput” desta



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cláusula, bem como das certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa de débitos de tributos federais e municipais, previdenciários e para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, obrigando-se a **FINANCIADA** a cumprir tal exigência no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da solicitação.



### CLÁUSULA QUARTA – DOS JUROS

Sobre a média mensal dos saldos devedores diários, a partir da primeira liberação, incidirão juros remuneratórios à taxa nominal fixa de 6% (seis por cento) ao ano, calculados mensalmente pelo sistema de dias corridos, com base na taxa proporcional diária, e capitalizados mensalmente, a cada data-base.

**Parágrafo Primeiro** - A taxa diária de juros será o resultado da taxa anual, dividida por 360, sendo a taxa mensal o resultado da taxa diária multiplicada pelo número de dias corridos do mês.

**Parágrafo Segundo** - A exigibilidade dos juros ocorrerá sempre no dia 28 (vinte e oito) de cada mês (data base), observado o disposto no *caput* desta Cláusula, sendo o respectivo pagamento efetuado trimestralmente no período de carência e mensalmente no período de amortização, nesse último caso juntamente com as parcelas do principal, até o vencimento final do presente Contrato.

**Parágrafo Terceiro** – Respeitado disposto nesta Cláusula, os juros serão pagos na forma prevista pelos Parágrafos Primeiro e Segundo da Cláusula Quinta.

### CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA E PRAZOS DE PAGAMENTO DO VALOR FINANCIADO

Além do prazo de utilização e de carência mencionado na Cláusula Segunda deste Instrumento, cada subcrédito terá um prazo de carência de 72 (setenta e dois) meses, independentemente da utilização extinguir-se antes do vencimento do prazo ali pactuado. Findo este prazo de carência, cada subcrédito será pago em 138 (cento e trinta e oito) parcelas, devendo o pagamento da primeira parcela do primeiro subcrédito e dos demais subcréditos ser efetuado pela **FINANCIADA** no dia 28 (vinte e oito) do mês subsequente ao do término do aludido prazo de carência. O pagamento das demais parcelas do primeiro subcrédito e dos demais subcréditos, se realizará, mensal e sucessivamente, também no dia 28 (vinte e oito) de cada mês, sendo o valor de cada uma das parcelas, relativo a cada

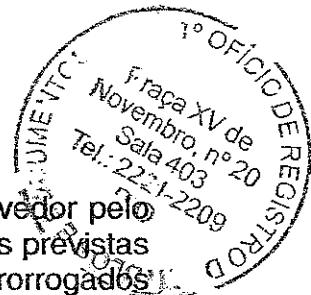
28103120





## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

subcrédito, correspondente ao resultado de divisão do saldo devedor pelo número de prestações vincendas, sendo certo que, caso as datas previstas nesta Cláusula recaiam em dia não útil, esses prazos serão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.



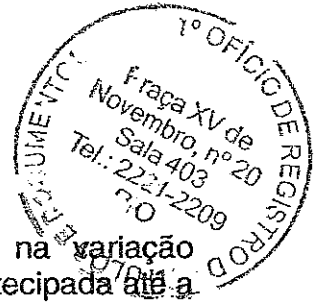
**Parágrafo Primeiro** - O **AGENTE FINANCEIRO** encaminhará à **FINANCIADA**, mensalmente durante a amortização ou trimestralmente durante a carência, aviso de cobrança, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias úteis da data prevista para o pagamento a que alude o *caput* desta Cláusula, ficando ajustado que o não recebimento do referido aviso pela **FINANCIADA** não a exime do cumprimento da obrigação de quitar os respectivos valores nas datas pactuadas no presente instrumento.

**Parágrafo Segundo** - Todos os pagamentos devem ser efetuados, em moeda nacional, por meio da rede bancária, mediante documento a ser indicado pelo **AGENTE FINANCEIRO**, por escrito, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias úteis antes do prazo previsto para o envio do aviso de cobrança, conforme disposto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

**Parágrafo Terceiro** - A **FINANCIADA** poderá, a qualquer tempo e mediante comunicação escrita ao **FINANCIADOR**, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, com cópia ao **AGENTE FINANCEIRO**, pagar antecipadamente, total ou parcialmente, a dívida resultante do financiamento objeto do presente contrato, sem quaisquer penalidades ou encargos adicionais, devendo, contudo, pagar, juntamente com as parcelas do principal, os encargos devidos até a data do efetivo pagamento, calculados *pro-rata temporis*.

**Parágrafo Quarto** - No caso de liquidação antecipada da dívida, conforme previsto no Parágrafo Terceiro desta Cláusula, serão mantidas, até a data convencionada para a liquidação normal do débito, todas as obrigações de natureza não financeira assumidas pela **FINANCIADA** no presente instrumento. Fica, entretanto, ajustado que a **FINANCIADA** poderá desobrigar-se da totalidade das aludidas obrigações mediante o pagamento de multa pecuniária, desde já arbitrada em 10% (dez por cento) do valor correspondente ao crédito efetivamente utilizado pela **FINANCIADA**, na forma das Cláusulas Primeira e Segunda deste contrato ou do valor do saldo devedor existente se a **FINANCIADA** já estiver amortizando o débito, extinguindo-se o contrato.

**Parágrafo Quinto** - Na hipótese de ocorrer descumprimento pela **FINANCIADA** de qualquer obrigação após a liquidação do débito de que trata o Parágrafo anterior, mas durante o período de vigência do presente contrato, será adotado, para o efeito de cálculo da multa pecuniária ali



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

fixada, o valor do débito liquidado, corrigido com base na ~~variação~~ <sup>variação</sup> acumulada do IGP-M, da FGV, desde a data da liquidação antecipada até a data do efetivo pagamento da referida multa.

### CLÁUSULA SEXTA - DO INADIMPLEMENTO

No caso de inadimplemento de qualquer obrigação financeira, de fazer ou não fazer da **FINANCIADA**, aplicar-se-á correção monetária sobre o saldo devedor (parcelas vencidas e não pagas), com base na variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, ou, em sua falta, índice que venha a substituí-lo ou outro que preserve o valor da moeda, adotando-se o critério *pro-rata* dia e utilizando-se, como referência, os índices positivos divulgados no período a partir do mês anterior ao do vencimento da obrigação até o mês anterior ao do efetivo pagamento da dívida. Sobre as parcelas vencidas e não pagas serão aplicados, como encargos de inadimplemento, multa correspondente a 10% (dez por cento) e juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano, *pro-rata* dia, de acordo com a metodologia linear, com base no calendário comercial de 360 (trezentos e sessenta) dias.

**Parágrafo Primeiro** - O inadimplemento implicará, ainda, a suspensão automática de liberações que estejam previstas em favor da **FINANCIADA**, que somente serão restabelecidas após a regularização do débito junto ao **FINANCIADOR**.

**Parágrafo Segundo** - A **FINANCIADA**, desde já, reconhece que todos os valores decorrentes do descumprimento das obrigações estipuladas no presente contrato, não pagos nos respectivos vencimentos, acrescidos dos respectivos encargos, multas e juros incidentes, poderão ser objeto de inscrição na Dívida Ativa Estadual, obedecidas as formalidades legais e cobrados pela via executiva, na forma do art. 39 da Lei nº 4320, de 17 de março de 1967.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DO NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS

Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido pelas partes que qualquer ato de abstenção do **FINANCIADOR** com relação aos direitos de que seja titular por força do presente contrato, assim como eventual tolerância ou concordância com atrasos pela **FINANCIADA** no cumprimento de quaisquer obrigações, não implicará a renúncia ou desistência àqueles direitos ou faculdades, os quais poderão ser exercidos, a qualquer tempo, não sendo alteradas em quaisquer circunstâncias as condições estipuladas neste contrato. Igualmente, fica estabelecido que tais circunstâncias não



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

obrigarão o **FINANCIADOR** relativamente a vencimentos ou inadimplementos futuros.



**Parágrafo Único** - Qualquer recebimento das prestações fora dos prazos avençados constituirá mera tolerância do **FINANCIADOR**, não implicando de forma alguma alteração das datas dos respectivos vencimentos ou das demais Cláusulas e condições deste Contrato, nem importará novação ou modificação do ora ajustado, inclusive quanto aos encargos resultantes da mora.

**CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO DAS LIBERAÇÕES**

Se a **FINANCIADA** tornar-se inadimplente quanto ao pagamento de tributos estaduais na vigência deste contrato, as liberações das parcelas deste financiamento serão automaticamente suspensas, salvo nas hipóteses de contestação administrativa ou judicial do respectivo crédito tributário, desde que devidamente comprovada a suspensão da exigibilidade do respectivo crédito tributário ou garantia total dos débitos, devidamente constituída, nos termos da legislação vigente.

**Parágrafo Primeiro** - A **FINANCIADA** somente terá direito ao restabelecimento das liberações do financiamento após a regularização total das obrigações, comprovada mediante apresentação, ao **FINANCIADOR** e ao **AGENTE FINANCEIRO**, das certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, correspondentes às mencionadas obrigações ou apresentação dos documentos comprobatórios dos respectivos pagamentos ou garantias constituídas, não tendo, entretanto, direito à liberação das parcelas correspondentes ao período em que se mantiver em situação irregular quanto ao pagamento das obrigações tributárias, nem direito à prorrogação dos prazos previstos no presente Contrato.

**Parágrafo Segundo** - As disposições previstas no *caput* e no Parágrafo Primeiro desta Cláusula também se aplicam à hipótese de descumprimento das obrigações assumidas pela **FINANCIADA**, no Parágrafo Segundo da Cláusula Primeira e na Cláusula Terceira do presente Instrumento, inclusive as atinentes a:

I. suspensão automática das liberações;

II. perecimento, em definitivo, do direito de haver os valores das liberações concernentes ao período compreendido entre a data da suspensão das liberações e a do efetivo cumprimento das obrigações a elas correspondentes;



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO



III. improrrogabilidade dos prazos de utilização do crédito, da carência e da amortização da dívida, estabelecidos neste Instrumento.

**Parágrafo Terceiro** - O **AGENTE FINANCEIRO** comunicará formalmente, ao **FINANCIADOR** e ao **ÓRGÃO EXECUTOR**, a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nesta Cláusula que ensejem a suspensão das liberações das parcelas decorrentes deste contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas anteriores à data do desembolso, tal como estipulado no presente Contrato.

**Parágrafo Quarto** - O restabelecimento das liberações, pelo **FINANCIADOR** e pelo **AGENTE FINANCEIRO**, dar-se-á no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da apresentação, pela **FINANCIADA** ao **AGENTE FINANCEIRO**, das certidões ou dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações a que se referem o Parágrafo Primeiro desta Cláusula, o *caput* e os Parágrafos Primeiro e Segundo da Cláusula Terceira.

### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

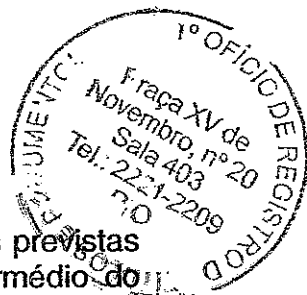
I - inobservância das normas legais da Administração Pública, assim como dolo ou má fé na prestação de informações acerca do número de empregos gerados e do valor investido no projeto ou sobre seu faturamento bruto mensal, assim como qualquer informação relevante, desde que vinculada ao projeto;

II - decretação de falência ou desvirtuamento do objeto do Contrato em função de alteração societária que venha a ocorrer com relação à **FINANCIADA** e que prejudique a execução deste Contrato;

III - descumprimento pela **FINANCIADA** de qualquer das condições do presente Contrato;

IV - deixar a **FINANCIADA** de comprovar ao **AGENTE FINANCEIRO**, em até 30 dias a contar da data de dedução fiscal, o recolhimento espontâneo de valores deduzidos a maior, através da apresentação de cópia de DARJ, devidamente autenticado para fins de compensação ou de complementação do ICMS apurado;

Handwritten signatures and initials, including a large signature on the right and several smaller ones below it.



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Parágrafo Primeiro** - Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos incisos I a IV desta Cláusula, o **FINANCIADOR**, por intermédio do **ÓRGÃO EXECUTOR** ou do **AGENTE FINANCEIRO**, efetuará a notificação extrajudicial da **FINANCIADA**, para regularização da situação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

**Parágrafo Segundo** - Excedido o prazo de 30 (trinta) dias fixado no Parágrafo Primeiro, sem que a **FINANCIADA** tenha sanado a irregularidade, este Contrato será rescindido, em caráter definitivo, obrigando-se a **FINANCIADA** a ressarcir ao **FINANCIADOR** todo o valor já liberado, corrigido monetariamente e acrescido dos encargos financeiros fixados na Cláusula Sexta deste instrumento, a partir de seu efetivo inadimplemento.

**Parágrafo Terceiro** - Caso a **FINANCIADA** e suas respectivas controladas, ou quaisquer empresas que participem do mesmo grupo de sociedades que possuam financiamento semelhante, venham a ter seu Contrato de Financiamento rescindido não farão jus a novas operações ao amparo do **FUNDES**, entendendo-se, para efeito do presente Contrato, como Grupo de Sociedades, o Grupo de Empresas que estejam, direta ou indiretamente, sob o mesmo controle societário.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

A **FINANCIADA** faculta ao **FINANCIADOR**, por intermédio do **ÓRGÃO EXECUTOR** e/ou de qualquer outro Órgão que venha a ser por ela designado, e ao **AGENTE FINANCEIRO**, desde que mediante prévia solicitação para este fim, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, acesso às suas instalações e escrituração contábil, para aferição das parcelas mensais, bem como do cumprimento das obrigações a que se refere o Parágrafo Segundo da Cláusula Primeira, além das demais obrigações constantes deste Instrumento.

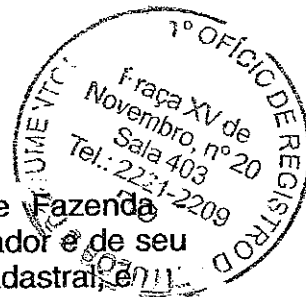
**Parágrafo Primeiro** - A **FINANCIADA** obriga-se, ainda, a:

I - fornecer ao **FINANCIADOR**, por intermédio do **ÓRGÃO EXECUTOR** e/ou de qualquer outro órgão que venha a ser por ela designado, e ao **AGENTE FINANCEIRO**, documentos ou informações que lhe forem por estes solicitados, tais como: demonstrações financeiras, balanços, balancetes, atas, certidões, inclusive de tributos federais, em especial de regularidade de situação perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS, estaduais, em especial mediante a comprovação de inexistência ou garantia total de débitos tributários, expedida pela Procuradoria Geral do Estado - PGE e de



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

regularidade fiscal expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda SEFAZ e municipais, em seu nome, em nome de seu controlador e de seu garantidor, objetivando o acompanhamento da sua situação cadastral, e



II – comunicar ao **FINANCIADOR** dentro do prazo de 30 (trinta) dias após o arquivamento na Junta Comercial a ocorrência de reestruturação societária: (i) se houver alteração ou modificação da composição do capital social da **FINANCIADA**, ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário da **FINANCIADA** ou ainda (ii) a incorporação, fusão ou cisão da **FINANCIADA**.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DO FINANCIAMENTO

Em garantia do principal e das demais obrigações fixadas no presente contrato de financiamento, a **FIADORA**, neste ato, por seus representantes legais, qualificados no preâmbulo deste instrumento e, ao final, assinados, e conforme ata de Reunião do Conselho de Administração que os elegeu, datada de 02 de maio de 2012 e, ainda, devidamente autorizada a prestar a presente fiança em favor da **FINANCIADA**, outorgada pela Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 20 de novembro de 2009, manifesta, neste ato, ampla e geral concordância com relação a todas as Cláusulas neste instrumento estipuladas, declarando-se **FIADORA** e principal pagadora, solidariamente responsável com a **FINANCIADA**, pelo cumprimento, pela **FINANCIADA**, do pagamento do principal e de todas as demais obrigações financeiras e não financeiras e encargos financeiros decorrentes deste Contrato de Financiamento e seus respectivos aditamentos, tudo em benefício do **FINANCIADOR**, declarando que neste ato a aceita, observado, ainda, que a **FIADORA** declara possuir, nesta data, valor patrimonial líquido compatível com o valor do crédito que aqui assume solidariamente com a **FINANCIADA**, conforme balanço patrimonial auditado que integra o presente Contrato (Anexo III).

**Parágrafo Primeiro** – A Fiança que trata o *caput* desta Cláusula é prestada com expressa renúncia ao benefício de ordem previsto nos artigos 827 e 828 do Código Civil Brasileiro, e do art. 262 do Código Comercial vigorando até o integral cumprimento, pela **FINANCIADA**, das obrigações estabelecidas neste Contrato de Financiamento.

**Parágrafo Segundo** - Neste ato, a **FINANCIADA** e a **FIADORA** autorizam o **FINANCIADOR** a realizar, anualmente, por intermédio do **AGENTE FINANCEIRO**, análise econômico-financeira da **FINANCIADA** e da **FIADORA**, ou do Grupo Empresarial de que participem, obrigando-se a **FINANCIADA** a fornecer todos os documentos e informações que venham a ser solicitadas pelo **AGENTE FINANCEIRO**.



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO



**Parágrafo Terceiro** - Na hipótese de o resultado da análise concluir que a **FIADORA** deixou de apresentar condições financeiras/patrimoniais suficientes à satisfação da presente fiança, ficará a **FINANCIADA** obrigada a, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da notificação a ser enviada pelo **FINANCIADOR**, oferecer novo fiador ou fiança bancária ou, ainda, garantia real, em substituição à fiança constituída neste instrumento e desde que aceita pelo **FINANCIADOR**.

**Parágrafo Quarto**- Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela **FINANCIADA**, a **FIADORA** efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas a título de principal, acrescidas dos encargos financeiros devidos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contando da data do recebimento da comunicação escrita que para tal fim lhe fizer o **FINANCIADOR**, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Cláusula Nona deste Contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS COMISSÕES

A **FINANCIADA** obriga-se ao pagamento das seguintes comissões:

I – **COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA EM RAZÃO DO REEMBOLSO DOS CUSTOS OPERACIONAIS** – O **ÓRGÃO EXECUTOR** e o **AGENTE FINANCEIRO** farão jus, cada um, a título de reembolso de custos operacionais, a 0,5% (meio por cento) do valor de cada parcela do financiamento contratado, no ato de sua liberação, cabendo, ainda, ao **AGENTE FINANCEIRO** 0,7% (zero vírgula sete por cento) e ao **ÓRGÃO EXECUTOR**, 0,3% (zero vírgula três por cento) de valor de pagamento realizado pela **FINANCIADA** durante todo o período de vigência deste contrato, a título de juros, amortização e todo e qualquer encargo, inclusive na hipótese de liquidação nos termos dos Parágrafos Terceiro, Quarto e Quinto da Cláusula Quinta;

II. **COMISSÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL** – Devida ao **AGENTE FINANCEIRO** em razão de pedido da **FINANCIADA**, para modificação que seja de seu exclusivo interesse, de quaisquer avenças constantes do presente instrumento, comissão essa no montante correspondente a 0,02% (dois centésimos por cento) do valor do saldo devedor, à data do pedido, respeitado o limite máximo (“teto”) de R\$ 36.403,20 (trinta e seis mil, quatrocentos e três reais e vinte centavos).

**Parágrafo Primeiro** - O pagamento das comissões a que se refere o *caput* desta Cláusula dar-se-á contra avisos de cobrança enviados pelo **AGENTE FINANCEIRO** à **FINANCIADA** com antecedência mínima de 4 (quatro) dias



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

das datas dos respectivos pagamentos e será efetuado na forma prevista no Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta deste instrumento, cabendo ao **AGENTE FINANCEIRO** partilhar seu montante em porções previstas no inciso I do "caput" desta Cláusula, não podendo ser a **FINANCIADA** responsabilizada de qualquer forma pelo não repasse dos valores pelo **AGENTE FINANCEIRO** à **CODIN**.

**Parágrafo Segundo** - A comissão de que trata o inciso I do "caput" desta Cláusula será sempre devida, ainda que a **FINANCIADA** utilize a prerrogativa das compensações previstas na Cláusula Décima Terceira deste Contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO INADIMPLEMENTO DO FINANCIADOR

Caso o **FINANCIADOR** deixe de liberar as parcelas do financiamento previstas na Cláusula Segunda, a **FINANCIADA** deverá deduzir os valores não repassados, nos prazos fixados no presente instrumento, com valores relativos aos tributos estaduais devidos pela **FINANCIADA** ao **FINANCIADOR**, observado o procedimento estabelecido na Lei nº 2.823/97, com a redação introduzida pela Lei nº 3.347/99.

**Parágrafo Primeiro** - Para os fins deste Contrato, entendem-se como tributos estaduais devidos pela **FINANCIADA** ao **FINANCIADOR**, na forma do *caput* desta Cláusula, no que se refere ao ICMS, o valor efetivamente apurado pela **FINANCIADA** e devido ao Estado, no sistema de apuração normal, nos termos da legislação vigente à data da apuração.

**Parágrafo Segundo** - Não se enquadra no conceito de ICMS apurado, o ICMS devido pela **FINANCIADA** na condição de contribuinte substituto nas operações submetidas ao regime da substituição tributária e nem o ICMS devido nas operações de importação, uma vez que os regimes de tributação do ICMS nessas modalidades são incompatíveis com o regime normal de apuração do imposto.

**Parágrafo Terceiro** - Na hipótese de o **FINANCIADOR** não liberar as parcelas relativas ao financiamento ora pactuado, a **FINANCIADA** deduzirá, no mês seguinte, o valor da parcela do financiamento não liberada do montante do ICMS devido no período de apuração do imposto referente ao mês da liberação não ocorrida.

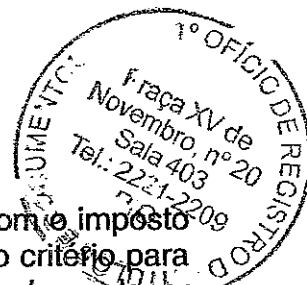
**Parágrafo Quarto** - Na hipótese de o valor da parcela não repassada pelo **FINANCIADOR** ser superior ao do ICMS a que se refere o Parágrafo Terceiro, será permitida a transferência do direito de deduzir crédito





## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

financeiro do qual a **FINANCIADA** seja titular para dedução com o imposto apurado e devido no mês subsequente, adotando-se o mesmo critério para os meses subsequentes, sendo vedada a dedução tributária, de qualquer espécie, que não obedeça ao disposto nesta Cláusula.



**Parágrafo Quinto** - Caso exerça o direito à dedução a que se refere esta Cláusula, a **FINANCIADA** estará isenta dos encargos financeiros a que se refere a Cláusula Quarta, assim como da correção do valor deduzido com relação ao período compreendido entre a data prevista para liberação da parcela e a data do exercício do direito à dedução, no mês de referência de apuração.

**Parágrafo Sexto** - O direito à dedução do ICMS de que trata esta Cláusula não implica o reconhecimento pelo **FINANCIADOR** da regularidade da escrituração fiscal da **FINANCIADA** e nem homologação do lançamento fiscal referente aos valores apurados e objeto de compensação pela **FINANCIADA**.

**Parágrafo Sétimo** - A **FINANCIADA** reconhece, desde já, para todos os efeitos legais, como dívida líquida e certa, a ser paga na forma das Cláusulas Quarta e Quinta do presente instrumento, os valores objeto da dedução tributária prevista nesta Cláusula.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA AUTORIZAÇÃO ESPECIAL

Pelo presente instrumento, a **FINANCIADA** autoriza o **AGENTE FINANCEIRO** a fornecer ao **FINANCIADOR**, por intermédio do **ÓRGÃO EXECUTOR** ou de outro Órgão por este indicado, as informações pertinentes à análise de cadastro, bem como todas aquelas relacionadas ao acompanhamento da conta-corrente a que se referem os Parágrafos Oitavo e Décimo da Cláusula Segunda.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DECLARAÇÕES ESPECIAIS DA FINANCIADA -

A **FINANCIADA**, neste ato, declara:

I - que se compromete a apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, além das certidões a que se refere o inciso I do Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima, declaração informando a existência, se for o caso, de ações, firmada por seus representantes legalmente constituídos, e na forma que vier a ser exigida pelo **FINANCIADOR**, de que figura como ré em ação judicial cujo desfecho afete ou venha a afetar sua situação econômico-



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

financeira ou prejudique ou venha a prejudicar o cumprimento das obrigações ora assumidas, comprometendo-se a mantê-las devidamente garantidas, podendo o **FINANCIADOR**, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, exigir, além da citada declaração, outras certidões e/ou documentos que julgar necessários; e

II - conhecer e aceitar, concordando com todos os seus termos e condições, o Termo de Convênio firmado entre o **FINANCIADOR** e o **AGENTE FINANCEIRO**.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS TRIBUTOS INCIDENTES

A **FINANCIADA** declara que assumirá a responsabilidade exclusiva pelo pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, ou de qualquer outro imposto sobre operações de crédito que venha a ser instituído e que seja de sua responsabilidade, autorizando o **AGENTE FINANCEIRO** a debitar o respectivo valor na conta-corrente a que se refere o Parágrafo Décimo da Cláusula Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE - A FINANCIADA obriga-se a colocar e manter, durante a vigência do financiamento, em seu estabelecimento, em lugar visível ao público, por sua conta, uma placa alusiva ao apoio financeiro no âmbito do **FUNDES**, obedecendo ao modelo fornecido pela **CODIN**, além de mencionar expressamente esse apoio, sempre que fizer publicidade de seu investimento.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS PUBLICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

O presente contrato será publicado pelo **FINANCIADOR**, em extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em até 20 (vinte) dias após a sua assinatura, bem como enviado, em cópia, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e ao competente órgão de controle orçamentário, dentro de 5 (cinco) dias após sua publicação.

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS ANEXOS

São partes integrantes e inseparáveis do presente Instrumento os seguintes anexos:

Anexo I - Cronograma físico-financeiro do projeto;





## ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Anexo II - Cronograma de desembolsos;

Anexo III – Balanço Patrimonial da FIADORA; e

Anexo IV – Demonstrativo das Médias Semestrais de Faturamento e de Recolhimento do ICMS.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará até o integral cumprimento, pelas partes, das obrigações nele estabelecidas.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Capital do Estado do Rio de Janeiro como o único competente para dirimir as eventuais dúvidas decorrentes da execução deste Contrato.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DESPESAS

As despesas decorrentes das obrigações assumidas no presente Contrato correrão à conta do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES, consignadas no Orçamento Geral do Estado para o presente exercício.

**Parágrafo Único** - Os recursos a serem despendidos pelo Estado nos exercícios seguintes deverão ser incluídos nos respectivos orçamentos.

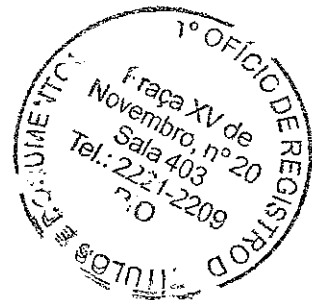
### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS

O presente Contrato substitui, para todos os efeitos legais, o Protocolo assinado em 20 de dezembro de 2004, restando ratificados todos os atos praticados sob a vigência do mesmo e dos Decretos mencionados no preâmbulo deste instrumento.

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em cinco vias, perante as testemunhas abaixo:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Rio de Janeiro, de 17 de dezembro de 2012.



*Julio Cesar Carmo Bueno*  
**FINANCIADOR: ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Julio Cesar Carmo Bueno**  
Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços

*André Bier Gerdau Johannpeter* *Manoel Vitor de Mendonça Filho*  
**FINANCIADA: GERDAU AÇOS LONGOS S.A.**

**André Bier Gerdau Johannpeter** Diretor-Presidente  
**Manoel Vitor de Mendonça Filho** Diretor Vice-Presidente

*José Domingos Vargas* *Roberta Simões Maia*  
**AGENTE FINANCEIRO: AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - INVESTE RIO**

**José Domingos Vargas** Diretor-Presidente  
**Roberta Simões Maia** Diretora da Área de Governo

*Maria da Conceição G. L. Ribeiro* *Pedro Paulo N. do Rosário*  
**OPERADOR EXECUTOR: CIA. DE DES. IND. DO ESTADO DO RJ - CODIN**

**Maria da Conceição G. L. Ribeiro** Diretora Presidente  
**Pedro Paulo N. do Rosário** Diretor de Informações e Estatística

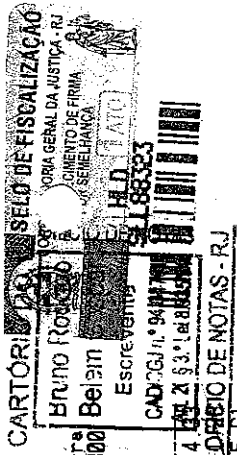
*André Bier Gerdau Johannpeter* *Manoel Vitor de Mendonça Filho*  
**FIADORA: GERDAU S.A.**

**André Bier Gerdau Johannpeter** Diretor-Presidente  
**Manoel Vitor de Mendonça Filho** Diretor Vice-Presidente

**TESTEMUNHAS**

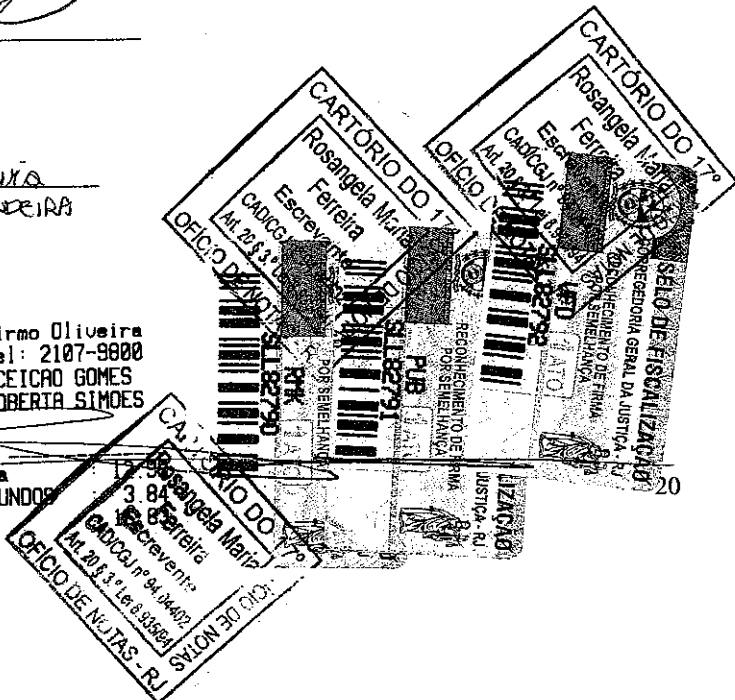
1. *José Antonio Passoni*  
Nome: José Antonio Passoni  
CPF: 352.115.980-91

2. *Adriana Cecília Casadeira*  
Nome: ADRIANA CECÍLIA CASADEIRA  
CPF: 104.816.977-48



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel.: 2107-9800  
Reconheço por semelhança a firma de: JOSE DOMINGOS VARGAS  
(Cod: 0884B1238206)  
Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2012. Conf. por:  
Em testemunha da verdade. Serventia 30% TJ+FUNDOS Total  
Bruno Rocha Belém - Aut.

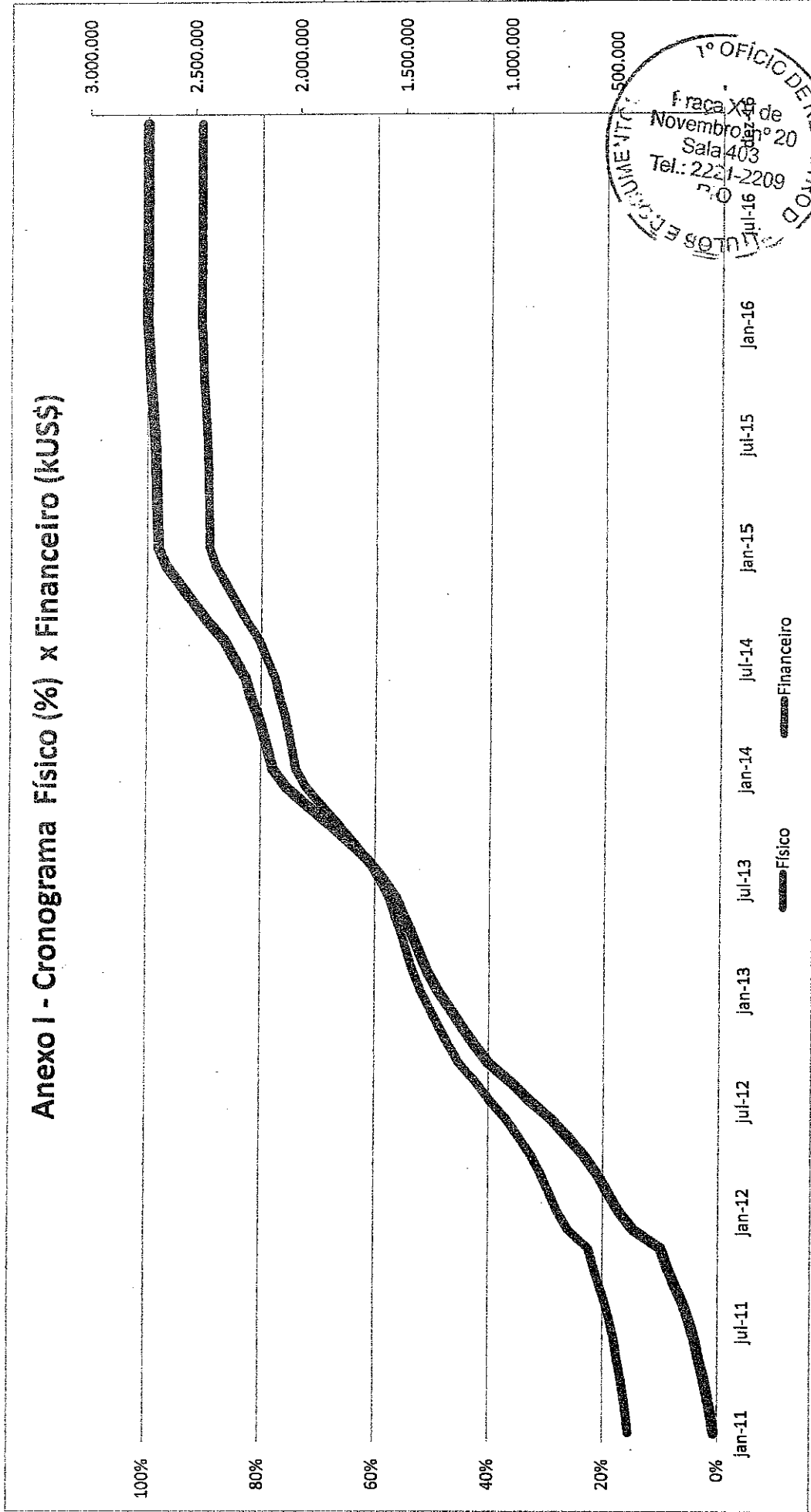
17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel.: 2107-9800  
Reconheço por semelhança as firmas de: MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES LOPES RIBEIRO, PEDRO PAULO NOVELLINO DO ROSARIO e ROBERTA SIMOES MAIA (Cod: 0884B122888E)  
Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2012. Conf. por:  
Em testemunha da verdade. Serventia 30% TJ+FUNDOS Total  
Rosângela Maria Ferreira - Aut.





**GERDAU**

CONTRATO DE APOIO FIANCEIRO



1º OFÍCIO DE REGISTRO  
 Fraça X de Novembro nº 20  
 Sala 403  
 Tel.: 2221-2209  
 16/Jul-16

GRUPO GERDAU  
 Jurídico Rio  
 Em \_\_\_\_\_  
 Assinado por: Estênio E. Oliveira  
 Consultor Jurídico

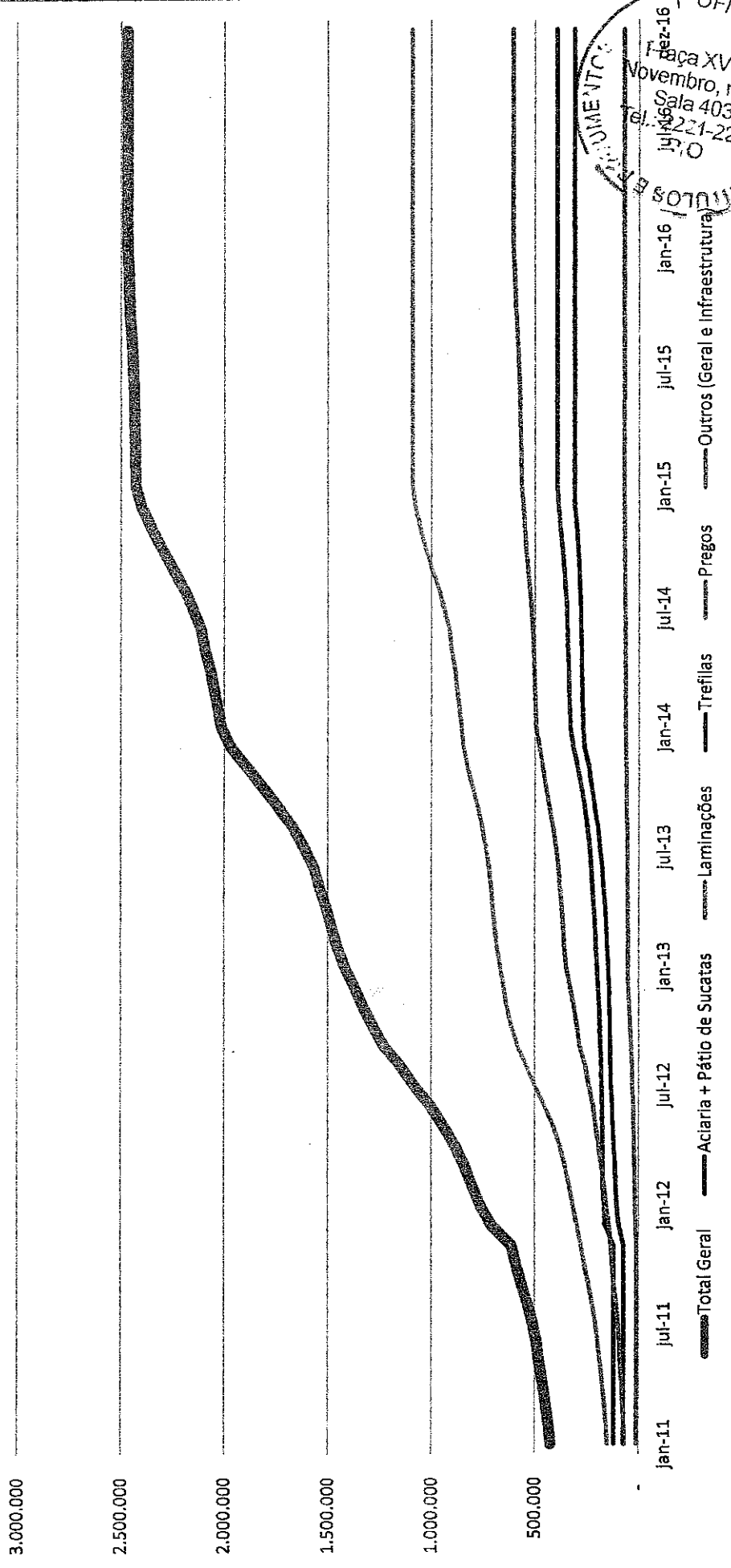
*[Handwritten signatures and initials]*



**GERDAU**

CONTRATO DE APOIO FIANCEIRO

**Anexo II - Cronograma de Desembolso- KR\$**



CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS  
 Praça XV de Novembro, nº 20  
 Sala 403  
 Rio de Janeiro, RJ  
 Tel: 221-2209

1º OFÍCIO DE SERVIÇOS JURÍDICOS  
 Em 1/1/16  
 Assinado E. Oliveira  
 Consultor Jurídico

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*



CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO

ANEXO III - BALANÇO PATRIMONIAL DA FIADORA

*[Handwritten signature]*  
1º OFÍCIO DE  
Para XV de  
Novembro de  
Salvador, no  
tel.: 224  
GRUPO GERDAU  
Junelha 83  
2009  
Associação Olyveira  
Consultor Particular





Exercício	Exercício	Variação	
de 2011	de 2010	2011/2010	
<b>Brasil</b>			
EBITDA (R\$ milhões)	1.884	2.708	-30%
Margem EBITDA (%)	15%	22%	
<b>América do Norte</b>			
EBITDA (R\$ milhões)	1.177	789	49%
Margem EBITDA (%)	11%	9%	
<b>América Latina</b>			
EBITDA (R\$ milhões)	437	419	4%
Margem EBITDA (%)	10%	12%	
<b>Aços Especiais</b>			
EBITDA (R\$ milhões)	1.153	1.284	-10%
Margem EBITDA (%)	15%	19%	
<b>Consolidado</b>			
EBITDA (R\$ milhões)	4.651	5.201	-11%
Margem EBITDA (%)	13%	17%	

• Na ON Brasil, que representou 41% do EBITDA consolidado do período, a redução na receita líquida por tonelada vendida em 2011, mencionada anteriormente, impactou a margem EBITDA do exercício. Além disso, a margem também foi afetada pelo aumento dos preços das matérias-primas. Na ON América do Norte, que contribuiu com 25% do EBITDA consolidado, a margem EBITDA aumentou dos pontos percentuais devido ao aumento do volume vendido e dos melhores preços praticados na região. Na ON América Latina, que representou 9% do EBITDA de 2011, mesmo com a estabilidade da margem bruta, a margem EBITDA apresentou uma redução devido, principalmente, às maiores despesas operacionais no período. Na ON Aços Especiais - 25% do EBITDA do ano -, os maiores preços das matérias-primas em relação à receita líquida por tonelada vendida ocasionaram a redução da margem EBITDA.

Exercício	Exercício	Variação	
de 2011	de 2010	2011/2010	
<b>Resultado Financeiro</b>			
Receitas financeiras	458	296	54%
Despesas financeiras	(971)	(1.098)	-12%
Varição cambial, líquida	52	104	-50%
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros, líquido	(65)	13	-
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(528)</b>	<b>(686)</b>	<b>-23%</b>

• Em 2011, as receitas e as despesas financeiras foram afetadas positivamente pela oferta pública de ações finalizada em 18 de abril de 2011. Parte dos recursos obtidos com a oferta foi utilizada para pré-pagamento de dívida, com consequente redução das despesas financeiras, e o saldo remanescente permaneceu em caixa, proporcionando maiores receitas financeiras. É importante mencionar que o pré-pagamento gerou uma perda de R\$ 69 milhões registrada em ganhos (perdas) com instrumentos financeiros em função da liquidação antecipada de swaps de taxa de juros relacionados a essa dívida.

• Cabe ressaltar que, com base em normas do IFRS, a Companhia designou a maior parte das dívidas em moeda estrangeira contratadas pelas empresas no Brasil como hedge de parte dos investimentos em controladas no exterior. Como consequência, o efeito da variação cambial dessas dívidas é reconhecido no patrimônio líquido, reduzindo os impactos no resultado financeiro da Companhia em 2011. Em 2010, parte importante da dívida ainda não estava designada como hedge e, portanto, tinha sua variação cambial transitada pelo resultado financeiro.

Exercício	Exercício	Variação	
de 2011	de 2010	2011/2010	
<b>Lucro Líquido</b>			
Lucro líquido	2.351	2.959	-21%
Imposto de renda e contribuição social	(253)	(502)	-50%
<b>Lucro líquido consolidado</b>	<b>2.098</b>	<b>2.457</b>	<b>-15%</b>

1 Contempla o resultado de empresas associadas e com controle compartilhado de acordo com o método da equivalência patrimonial.

• O lucro líquido consolidado foi menor em 2011 em relação a 2010 devido, principalmente, ao menor resultado operacional. Vale lembrar que o lucro líquido consolidado de 2010 continha uma reversão de perdas pela não recuperabilidade de ativos, no valor de R\$ 336 milhões (R\$ 208 milhões, líquido dos impostos).

**Investimentos**

• Em 2011, os investimentos em ativo imobilizado somaram R\$ 2,0 bilhões. Desses, 75% foram direcionados para as unidades no Brasil e os demais 25% para as unidades em outros países.

• O plano de investimentos em ativo imobilizado para o período de 2012 a 2016 está estimado em R\$ 10,3 bilhões, sendo aproximadamente 70% para as unidades no Brasil, e contempla investimentos estratégicos e para manutenção, conforme tabela a seguir:

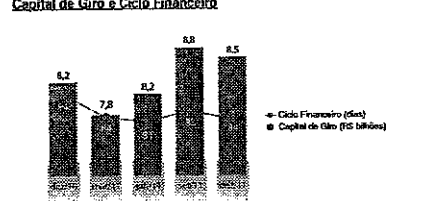
Plano de Investimentos - Principais Projetos	Localização	Capacidade adicional de produção (1.000 t)	Início operação
<b>ON Brasil</b>			
Laminadores de planos (bobina a quente e chapas grossas) na usina Açominas - MG	Brasil	1.900	2012/2013
Aumento de capacidade de mineração para 7 milhões de toneladas	Brasil	-	2012
Unidades de corte e dobra e produtos de aço prontos para o uso	Brasil	-	2013
Laminador de fio-máquina e vergalhões na usina Cosigua - RJ <sup>1,2</sup>	Brasil	600	2013
<b>ON América do Norte</b>			
Forno de reaçoamento na usina de Calvert City - Kentucky	EUA	-	2012
Aumento da capacidade de aço na usina Midlothian-Texas	EUA	200	2014
Aumento da capacidade de laminação na usina Midlothian-Texas	EUA	100	2014
<b>ON América Latina</b>			
Instalação portuária (para embarque de carvão e coque)	Colômbia	-	2012
Expansão de laminadores das usinas Tuta e Tocancipá	Colômbia	80	2012

Localização	Capacidade adicional de produção (1.000 t)	Início operação
<b>Guatemala</b>	200	2012/2013
<b>EUA</b>	200	2012
<b>EUA</b>	300	2014
<b>Índia</b>	300	2012/2013
<b>Brasil</b>	500	2012
<b>Brasil</b>	-	2013
<b>Brasil</b>	60	2012

1 Para atender esse laminador será reativado um dos fornos elétricos na aciaria.

2 Investimento com aprovação em fases.

3 For se tratar de uma empresa de controle compartilhado, a capacidade não será considerada no consolidado.



• O ciclo financeiro (capital de giro dividido pela receita líquida diária do trimestre), em 31 de dezembro de 2011, apresentou redução de 10 dias em relação a 31 de dezembro de 2010. Essa redução é decorrente do aumento de 16% na receita líquida do 4T11 em relação ao 4T10 contra uma elevação de 3% no capital de giro de 31 de dezembro de 2011 contra 2010.

Endividamento	31.12.2011	31.12.2010
<b>Circulante</b>	1.757	1.893
Moeda nacional (Brasil)	821	703
Moeda estrangeira (Brasil)	243	169
Empresas no exterior	693	821
<b>Não circulante</b>	11.927	12.977
Moeda nacional (Brasil)	2.383	2.623
Moeda estrangeira (Brasil)	6.462	5.656
Empresas no exterior	3.082	4.698
<b>Dívida bruta</b>	<b>13.684</b>	<b>14.670</b>
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4.678	2.204
<b>Dívida líquida</b>	<b>9.106</b>	<b>12.466</b>

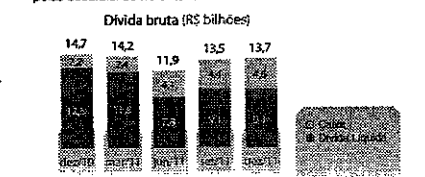
• A dívida líquida (dívida bruta menos caixa), em 31 de dezembro de 2011, totalizava R\$ 9,1 bilhões. A redução de 27% da dívida líquida em 31 de dezembro de 2011 quando comparada com 31 de dezembro de 2010 é consequência, principalmente, da oferta pública de R\$ 3,6 bilhões realizada em abril de 2011.

• O caixa (disponibilidades de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) totalizava R\$ 4,6 bilhões em 31 de dezembro de 2011. Desses, 22% eram detidos pelas empresas Gerdaú no exterior, principalmente em dólares norte-americanos.

• A dívida bruta (empréstimos e financiamentos, mais debêntures) totalizava R\$ 13,7 bilhões em 31 de dezembro de 2011, dos quais 13% eram de curto prazo e 87% de longo prazo.

• Em 31 de dezembro de 2011, a dívida bruta era composta por 23% em reais, 49% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil e 28% em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. A dívida bruta, se comparada a 31 de dezembro de 2010, apresentou redução de 7%, principalmente pelo pré-pagamento de dívidas no valor de R\$ 2,1 bilhões, parcialmente neutralizado pelo efeito da desvalorização do real em 13% no período comparado sobre a parcela da dívida denominada em dólares norte-americanos.

• O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2011, era de 8,1% para o montante denominado em reais, de 5,7% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 5,8% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior.



• O cronograma de pagamento da dívida, incluindo as debêntures, era o seguinte em 31 de dezembro de 2011:

Circulante	R\$ milhões
1º trimestre de 2012	447
2º trimestre de 2012	383
3º trimestre de 2012	376
4º trimestre de 2012	551
<b>Total</b>	<b>1.757</b>

Fluxo Circulante	R\$ milhões
2013	518
2014	8.509
2015	11.927
2016 e após	11.927
<b>Total</b>	<b>33.882</b>

Indicadores	31.12.2011	31.12.2010
Dívida bruta/Capitalização total <sup>1</sup>	42%	42%
Dívida líquida/Capitalização total <sup>1</sup>	38%	38%
Dívida bruta/EBITDA <sup>2</sup>	2,0x	2,4x
Dívida líquida/EBITDA <sup>2</sup>	1,5x	1,8x
EBITDA/Despesas financeiras <sup>3</sup>	4,3x	4,6x
EBITDA/Despesas financeiras líquidas <sup>3</sup>	4,8x	5,2x

• Os principais indicadores da dívida eram os seguintes em 31 de dezembro de 2011:

1 Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta / EBITDA

2 Capitalização total = patrimônio líquido + dívida líquida / EBITDA

3 Acumulado dos últimos 12 meses.

• Em abril de 2011, a Companhia realizou uma oferta pública de ações, com ingresso líquido de recursos de R\$ 3,6 bilhões. Desse montante, R\$ 2,1 bilhões foram utilizados para o pré-pagamento de empréstimo controlado pelas suas subsidiárias integrais na América do Norte e o saldo remanescente foi incorporado ao caixa. Considerando esses eventos, o indicador de dívida líquida sobre EBITDA passou de 2,4 vezes em 31 de dezembro de 2010 para 2,0 vezes no final de 2011.

• No início de dezembro de 2011, a Moody's atribuiu o rating Grau de Investimento "Baa3" (Investment Grade) para os ratings da Gerdaú, com perspectiva estável. De acordo com a Moody's, o rating atribuído à Gerdaú reflete a emissão de ações bem sucedida em abril de 2011, por meio da qual a Gerdaú captou R\$ 3,6 bilhões, além da melhoria da posição de liquidez e queda da alavancagem. Do ponto de vista estratégico, os investimentos atuais em autofinanciamento dos insumos principais, especialmente minério de ferro, devem melhorar as margens e a competitividade geral da Gerdaú no curto e médio prazos. Uma potencial monetização dos ativos de minério de ferro pode beneficiar a liquidez da Companhia. Com o upgrade da Moody's, a Gerdaú passa a ter o Grau de Investimento pelas três agências de Rating mais conhecidas no mercado de capitais: Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's.

**Responsabilidade Social e Ambiental**

• Ao longo de seus 110 anos, a Gerdaú cresceu e diversificou seus negócios na cadeia de valor do aço e, ao mesmo tempo, desenvolveu um forte compromisso com as pessoas e o meio ambiente. Construiu sua história pautada por valores centrais e por rigorosos princípios éticos, fundamentais para um relacionamento de transparência com seus públicos de interesse e para a continuidade de sua trajetória de desenvolvimento sustentável.

• Segue padrões internacionais de governança corporativa e, em todas suas operações, utiliza os mais modernos instrumentos de gestão. Tem paixão pelo que faz e prima pela excelência em todos os aspectos de seu negócio. É uma Companhia ágil e flexível, com capacidade para enfrentar as adversidades e aproveitar as oportunidades de mercado. Com operação em 14 países - nas Américas, na Europa e na Ásia -, prima pelo entendimento e respeito das culturas de cada região em que atua.

• A Gerdaú respeita, valoriza e investe em seus mais de 45 mil colaboradores. Estimula superação de desafios, o empreendedorismo e a autonomia, oferecendo oportunidades de desenvolvimento em um ambiente de trabalho onde as pessoas se sintam cada vez mais comprometidas e realizadas. Ademais, a segurança das pessoas é um valor para a Gerdaú. Por isso, a Companhia possui um eficaz sistema de segurança total, que envolve investimentos contínuos em tecnologias, equipamentos e sistemas globais de gestão nessa área. No exercício, esses investimentos chegaram a R\$ 71 milhões, valor 45% superior a 2010.

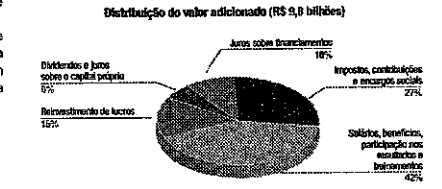
• Em projetos de responsabilidade social, a Companhia investiu R\$ 61 milhões em 2011. Ao longo do ano, a Organização intensificou ações relacionadas ao desenvolvimento de sua cadeia de negócios e realizou inúmeros iniciativas na área de educação e de mobilização solidária.

• A Gerdaú trabalha continuamente para reduzir o impacto de suas atividades no meio ambiente. Por isso, segue rigorosas práticas de proteção à natureza, investe em novas tecnologias industriais e busca racionalizar o uso de recursos naturais e insumos. Em 2011, foram destinados R\$ 370,9 milhões para a proteção do meio ambiente.

• Na posição de maior recicladora da América Latina, a Gerdaú transforma anualmente milhões de toneladas de sucata ferrosa em aço. Mais de 75% da produção da Gerdaú é feita a partir de acrias elétricas, cuja principal matéria-prima é a sucata. A utilização desse insumo para o processo produtivo do aço contribui para a preservação do meio ambiente, à medida que reduz o uso de energia e, consequentemente, as emissões de CO2.

**Valor Adicionado**

• Em 2011, as empresas Gerdaú, em termos consolidados, geraram um valor adicionado de R\$ 9,8 bilhões, 5% superior ao de 2010. Esse valor é resultante das receitas de produtos e serviços, líquido de descontos concedidos, no montante de R\$ 37,0 bilhões, deduzido dos custos de R\$ 27,2 bilhões relativos a matérias-primas e bens de consumo, serviços de terceiros, depreciação e amortizações, equivalência patrimonial, receitas financeiras e outros.



• As operações no Brasil geraram um valor adicionado de R\$ 5,8 bilhões no exercício, 3% superior ao de 2010. Nas demais operações, tal valor atingiu R\$ 4,0 bilhões, um aumento de 8% em relação ao ano anterior. Os negócios no Brasil contribuíram com 60% para o valor consolidado, enquanto os outros países adicionaram 40%.

Distribuição do valor adicionado	Brasil	Exterior
Impostos, contribuições e encargos sociais	1.922	662
Salários, benefícios, participação nos resultados e treinamento	1.978	2.111
Reinvestimento de lucros	908	672
Dividendos e juros sobre o capital próprio	617	-
Juros sobre financiamentos	483	502
<b>Total</b>	<b>5.808</b>	<b>3.947</b>



**BALANÇO PATRIMONIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO** (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010	2011	2010
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	121.461	51.739	1.476.599	1.061.034	Fornecedores	13	112.758	78.452	1.012.543	1.163.274
Aplicações financeiras						Empréstimos e financiamentos	13	312.606	15.387	1.765.802	1.573.368
Títulos para negociação	4	1.520.582	146.909	3.095.359	1.105.902	Debêntures	14	41.688	161.592	41.688	145.889
Títulos disponíveis para venda	4	-	-	6.290	9.559	Impostos e contribuições sociais a recolher	16	39.363	49.397	591.983	524.567
Contas a receber de clientes	5	177.281	226.592	3.602.748	3.153.027	Salários a pagar	21	43.563	48.157	617.432	475.237
Estoques	6	321.833	277.596	8.058.427	6.797.785	Dividendos a pagar	21	136.391	90.288	336.391	90.289
Créditos tributários	7	78.888	55.225	815.993	586.056	Provisão para passivos ambientais	20	-	-	-	29.491
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	15	-	-	140	783	Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	15	-	-	374	-
Outras contas a receber		8.939	8.783	262.603	231.799	Outras contas a pagar		11.931	16.531	429.527	425.905
		2.228.984	766.834	17.319.149	12.945.944			696.320	451.805	6.777.001	5.021.900
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>						<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>					
Aplicações financeiras em títulos disponíveis para venda	4	-	-	-	26.797	Empréstimos e financiamentos	13	245.382	550.000	11.182.290	12.360.056
Créditos tributários	7	5.393	5.432	389.035	401.222	Debêntures	14	1.255.971	1.021.007	744.245	616.902
Imposto de renda/contribuição social diferidos	8	159.607	99.524	1.547.967	1.579.011	Partes relacionadas	18	2.346.520	1.893.947	6	722
Partes relacionadas	18	5.064	1.307	111.955	35.037	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	226.796	62.389	1.858.725	2.270.849
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	15	-	-	-	5.529	Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	15	-	-	5.013	92.476
Depósitos judiciais	17	154.820	115.400	713.480	493.502	Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	17	174.911	128.553	907.718	645.375
Outras contas a receber		2.870	2.783	201.989	177.143	Provisão para passivos ambientais	20	-	-	36.621	42.902
Gastos antecipados com plano de pensão	19	44.733	285	533.740	437.072	Benefícios a empregados	19	-	-	1.089.784	834.471
Adiantamento para futuro investimento em participação societária	10	102.632	629.011	65.254	-	Obrigações por compra de ações	15.f	-	-	533.544	516.706
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	10	26.251.912	21.457.864	1.355.291	1.264.520	Outras contas a pagar		7.447	10.849	327.044	341.286
Outros investimentos		4.943	4.941	19.366	19.002		4.257.027	3.665.745	16.684.990	17.721.745	
Ágios	11	-	-	9.155.788	8.158.098	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Outros intangíveis	12	-	-	1.273.708	1.176.823	Capital social	21	19.249.181	15.651.262	19.249.181	15.651.352
Imobilizado	9	991.858	505.611	17.295.071	16.171.560	Ações em tesouraria		(237.199)	(161.405)	(237.199)	(161.405)
		27.723.832	22.822.158	32.862.645	29.945.316	Outras reservas		217.290	366.602	217.290	366.602
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>29.952.816</b>	<b>23.588.992</b>	<b>49.981.794</b>	<b>42.891.260</b>	Reserva de lucros		6.469.596	5.497.895	6.469.596	5.497.895
						Ajustes de avaliação patrimonial		(701.399)	(1.884.002)	(701.399)	(1.884.002)
						<b>ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS AÇIONISTAS CONTROLADORES</b>					
						<b>PARTICIPAÇÕES DOS AÇIONISTAS NÃO-CONTROLADORES</b>					
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>					
Custo das vendas	23	1.948.750	-	35.406.780	31.393.209
	28	(1.609.068)	-	(30.288.232)	(25.873.476)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>339.682</b>	<b>-</b>	<b>5.108.548</b>	<b>5.519.733</b>
Despesas com vendas	28	(30.456)	-	(603.747)	(551.547)
Despesas gerais e administrativas	28	(64.266)	(73.182)	(1.797.937)	(1.806.914)
Reversão de provisão para perda pela não recuperabilidade de ativos	27	-	-	-	336.346
Outras receitas operacionais	28	13.623	44.166	195.015	207.320
Outras despesas operacionais	28	(16.112)	(7.739)	(85.533)	(100.840)
Resultado da equivalência patrimonial	10	2.179.381	2.270.084	67.662	39.454
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS</b>		<b>2.401.852</b>	<b>2.233.329</b>	<b>2.879.008</b>	<b>3.644.552</b>
Receitas financeiras	29	132.301	54.376	455.802	295.363
Despesas financeiras	29	(298.451)	(208.062)	(970.457)	(1.087.633)
Varição cambial, líquida	29	(254.041)	49.470	51.757	104.364
Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido	29	-	-	(65.439)	12.392
		1.981.661	2.129.093	2.350.672	2.959.238
<b>LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>1.981.661</b>	<b>2.129.093</b>	<b>2.350.672</b>	<b>2.959.238</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	8	(35.855)	(12.774)	(519.843)	(642.306)
Diferido	8	59.921	26.169	266.747	140.447
		2.005.727	2.142.488	2.097.576	2.457.379
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>2.005.727</b>	<b>2.142.488</b>	<b>2.097.576</b>	<b>2.457.379</b>
<b>ATRIBUÍDO A:</b>					
Participação dos acionistas controladores				2.005.727	2.142.488
Participação dos acionistas não-controladores				91.849	314.891
				2.097.576	2.457.379
Lucro básico por ação - ordinária e preferencial - R\$	22	1,22	1,50	1,22	1,50
Lucro diluído por ação - ordinária e preferencial - R\$	22	1,22	1,50	1,22	1,50

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais)

Controladora	2011	2010	Consolidado	2011	2010
Lucro líquido apurado na demonstração dos resultados	2.005.727	2.142.488	Lucro líquido apurado na demonstração consolidada dos resultados	2.097.576	2.457.379
Perdas atuariais líquidas não realizadas com plano de pensão de benefício definido, bruto de impostos de R\$ 2.173 e R\$ (5.955), respectivamente	(162.743)	(176.916)	Perdas atuariais líquidas não realizadas com plano de pensão de benefício definido, bruto de impostos de R\$ (64.847) e R\$ (81.813), respectivamente	(234.047)	(259.637)
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	1.857.346	(664.005)	Resultados abrangentes de empresas com controle compartilhado e associadas reconhecidos por equivalência patrimonial	107.534	(177.24)
(Perdas) Ganhos não realizados em hedge de investimento líquido	(707.466)	130.750	Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (Perdas) Ganhos não realizados em hedge de investimento líquido, bruto de impostos de R\$ (71.843) e R\$ 0	(788.007)	130.750
Coberturas de fluxo de caixa:			Coberturas de fluxo de caixa:		
Perdas não realizadas	(13.626)	(37.628)	Perdas não realizadas, brutas de impostos de R\$ (8.530) e R\$ (24.545), respectivamente	(22.156)	(75.532)
Menos: ajustes de reclassificação para ganhos incluídos no resultado	47.359	33.733	Menos: ajustes de reclassificação para ganhos incluídos no resultado, bruto de impostos de R\$ 29.570 e R\$ 13.226 respectivamente	77.844	55.688
(Perdas) Ganhos não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda	(1.010)	754	(Perdas) Ganhos não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda, bruto de impostos de R\$ (499) e R\$ 392, respectivamente	(1.513)	1.153
Imposto de renda relacionado aos componentes dos resultados abrangentes	(2.173)	5.955	Imposto de renda relacionado aos componentes dos resultados abrangentes	115.749	92.740
			<b>Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos</b>	<b>3.159.327</b>	<b>1.762.874</b>
			<b>Total do resultado abrangente atribuído a:</b>		
			Participação dos acionistas controladores	3.023.414	1.427.440
			Participação dos acionistas não-controladores	135.913	335.434
				3.159.327	1.762.874

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado		
	2011	2010	2011	2010		2011	2010	2011	2010	
<b>Fluxo de caixa da atividade operacional</b>										
	2.005.727	2.142.488	2.097.576	2.457.379	<b>Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades operacionais</b>					
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>										
Depreciação e amortização	28	128.393	-	1.771.681	1.893.074	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Reversão de provisão para perda pela não recuperabilidade de ativos	-	-	-	-	(336.346)	<b>Adições de imobilizado</b>				
Equivalência patrimonial	10	(2.179.351)	(2.270.084)	(62.652)	(39.454)	9	(83.521)	(48)	(1.961.259)	(1.289.769)
Varição cambial, líquida	29	254.041	(49.470)	(51.757)	(104.364)	<b>Recbimento pela venda de imobilizado, investimento e intangíveis</b>				
Perdas (Ganhos) com instrumentos financeiros, líquido	29	-	-	65.438	(12.392)	<b>Adições de outros ativos intangíveis</b>				
Benefícios pós-emprego	-	(35.319)	21.552	15.882	82.611	<b>Adiantamento para futuro investimento em participação societária</b>				
Remuneração baseada em ações	-	15.318	15.667	13.974	18.623	<b>Pagamento na aquisição de empresas, líquido de caixa adquirido</b>				
Imposto de renda e contribuição social	8	(24.066)	(13.395)	253.096	501.859	3.7	-	-	-	(283.110)
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e investimento	-	2.613	-	21.006	(20.532)	<b>Aplicações financeiras de títulos disponíveis para venda</b>				
Reversão de perda em aplicações financeiras disponíveis para venda	-	-	-	(28.073)	-	<b>Resgate de aplicações financeiras de títulos disponíveis para venda</b>				
(Reversão) Provisão para risco de crédito	5	(418)	-	42.980	16.018	<b>Caixa adquirido na incorporação de empresas</b>				
Provisão (Reversão) de passivos tributários, civis e trabalhistas	17	46.358	(21.577)	261.024	199.092	<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimento</b>				
Receita de juros de aplicações financeiras	29	(124.442)	(44.574)	(265.766)	(174.622)	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Despesa de juros sobre dívidas financeiras	29	155.030	189.662	828.106	919.594	<b>Aumento de capital</b>				
Juros sobre mútuos com empresas ligadas	18	122.487	28.554	(4.388)	-	<b>Adiantamento para investimento em participação societária</b>				
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	6	-	-	56.999	50.526	<b>Compras de ações em tesouraria</b>				
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável	6	-	-	(122.877)	(50.634)	<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos</b>				
		366.331	(1.177)	4.892.439	5.400.438	<b>Pagamentos de custos de empréstimos e financiamentos</b>				
<b>Varição de ativos e passivos:</b>										
Redução (Aumento) de contas a receber		51.200	-	(203.041)	(660.891)	<b>Empréstimos e financiamentos obtidos</b>				
Aumento de estoques		(44.247)	-	(881.604)	(1.160.419)	<b>Pagamentos de empréstimos e financiamentos</b>				
Aumento (Redução) de contas a pagar		33.748	(255)	1.121.433	130.358	<b>Financiamento com empresas ligadas, líquido</b>				
(Aumento) Redução de outros ativos		(132.381)	60.802	(415.192)	176.403	<b>Pagamento na aquisição de participação adicional de controlada</b>				
Aumento (Redução) de outros passivos		49.897	35.807	(127.854)	(168.962)	<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos</b>				
Recebimento de dividendos/juros sobre o capital próprio		325.292	780.447	61.150	68.647	<b>Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa</b>				
Aplicações financeiras de títulos para negociação		(2.221.718)	(494.500)	(6.113.717)	(712.204)	<b>Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>				
Resgate de aplicações financeiras de títulos para negociação		972.487	1.405.419	4.394.832	2.423.597	<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>				
<b>Caixa (aplicado) gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(600.391)</b>	<b>1.786.543</b>	<b>2.918.446</b>	<b>5.476.957</b>	<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>				
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		(24.845)	(70.243)	(726.360)	(796.799)					
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(7.564)	-	(462.068)	(541.048)					

1º OFÍCIO DE REGISTRO  
Sala 403, nº 20  
Tel.: 22-2500-209

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora				Brasil				Exterior				Consolidado			
	2011		2010		2011		2010		2011		2010		2011		2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>ENTRADAS</b>																
Receita de produtos, serviços e outros	2.204.864		44.166		16.846.407		18.747.502		20.179.221		16.451.492		37.025.628		35.198.994	
<b>SAÍDAS</b>																
Matérias-primas e bens de consumo	(1.161.801)		(2.052)		(8.773.018)		(10.754.793)		(14.304.426)		(11.377.129)		(23.077.444)		(22.131.922)	
Serviços de terceiros	(94.655)		(6.161)		(1.579.856)		(1.371.323)		(1.374.802)		(1.161.683)		(2.954.658)		(2.533.006)	
Perda pela não recuperabilidade de ativos	-		-		-		-		-		336.346		-		336.346	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>948.408</b>		<b>35.943</b>		<b>6.493.533</b>		<b>6.621.386</b>		<b>4.499.993</b>		<b>4.249.026</b>		<b>10.993.526</b>		<b>10.870.412</b>	
(-) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	(128.353)		-		(1.003.284)		(1.149.261)		(768.597)		(743.813)		(1.771.881)		(1.893.074)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>820.025</b>		<b>35.943</b>		<b>5.490.249</b>		<b>5.472.125</b>		<b>3.731.396</b>		<b>3.505.213</b>		<b>9.221.645</b>		<b>8.977.338</b>	
<b>VALOR ADICIONADO DECORRENTE DE TRANSFERÊNCIAS</b>																
Equivalência patrimonial	2.179.381		2.270.084		17.174		57.997		45.488		(18.533)		62.662		39.454	
Receitas financeiras	132.301		54.376		295.779		125.782		160.023		169.781		455.802		295.563	
Receitas de aluguel	-		-		4.423		3.270		9.868		11.218		14.291		14.488	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>3.131.707</b>	<b>100%</b>	<b>2.360.403</b>	<b>100%</b>	<b>5.807.625</b>	<b>100%</b>	<b>5.659.164</b>	<b>100%</b>	<b>3.946.775</b>	<b>100%</b>	<b>3.667.679</b>	<b>100%</b>	<b>9.754.400</b>	<b>100%</b>	<b>9.326.843</b>	<b>100%</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>																
Governos	295.631	9,4%	42.054	1,8%	1.921.923	33,1%	1.739.424	30,7%	662.165	16,8%	513.077	14,0%	2.584.088	26,5%	2.252.501	24,2%
Impostos e contribuições federais	93.888	3,0%	27.774	1,2%	564.970	9,7%	724.599	12,8%	328.264	8,3%	205.950	5,6%	893.234	9,2%	930.549	10,0%
Contribuições sociais federais sobre folha de pagamento	72.209	2,3%	655	0,0%	462.695	8,0%	406.930	7,2%	237.947	6,0%	224.062	6,1%	700.642	7,2%	630.992	6,8%
Impostos e contribuições estaduais e municipais	127.511	4,1%	-	0,0%	853.524	14,7%	525.256	9,3%	300	0,0%	375	0,0%	853.824	8,8%	525.631	5,6%
Colaboradores	277.857	8,9%	17.250	0,7%	1.977.653	34,1%	1.712.779	30,3%	2.110.945	53,5%	2.003.595	54,6%	4.088.598	41,9%	3.716.374	39,8%
Salários	192.163	6,1%	1.696	0,1%	1.358.694	23,4%	1.155.988	20,4%	1.514.023	38,4%	1.430.349	39,0%	2.872.707	29,5%	2.586.337	27,7%
Benefícios	35.067	1,1%	60	0,0%	276.700	4,8%	235.185	4,2%	307.405	7,8%	312.589	8,5%	584.105	6,0%	547.774	5,9%
Treinamento	1.901	0,1%	83	0,0%	20.908	0,4%	15.144	0,3%	11.215	0,3%	6.942	0,2%	32.123	0,3%	22.086	0,2%
Participação nos resultados	48.726	1,6%	15.411	0,7%	321.361	5,5%	306.462	5,4%	278.302	7,1%	253.715	6,9%	589.663	6,1%	560.177	6,0%
Financiadores	552.492	17,6%	158.611	6,7%	482.702	8,3%	344.692	6,1%	501.436	12,7%	555.897	15,2%	984.138	10,1%	900.589	9,7%
Acionistas	596.733	19,1%	629.692	26,7%	616.776	10,6%	687.249	12,1%	-	0,0%	76.812	2,1%	616.776	6,3%	764.061	8,2%
Reinvestimento de lucros	1.408.994	45,0%	1.512.796	64,1%	808.571	13,9%	1.175.020	20,8%	672.229	17,0%	518.298	14,1%	1.480.800	15,2%	1.693.318	18,2%
<b>TOTAL</b>	<b>3.131.707</b>		<b>2.360.403</b>		<b>5.807.625</b>		<b>5.659.164</b>		<b>3.946.775</b>		<b>3.667.679</b>		<b>9.754.400</b>		<b>9.326.843</b>	

(1) Inclui descontos concedidos e outras receitas operacionais.  
(2) Inclui variações cambiais e monetárias.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas

Handwritten signatures and initials on the right margin.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Atribuído à participação dos acionistas controladores				Total da participação dos acionistas controladores	Total do patrimônio líquido		
	Capital social	Ações em tesouraria	Outras reservas	Legal	Incentivos fiscais	Investimento e capital de giro	Lucros acumulados	Ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	Ganhos e perdas em hedge de investimento líquido	Ganhos e perdas em coberturas de fluxo de caixa			Ajustes acumulados de conversão para moeda estrangeira	
<b>Saldo em 01/01/2010</b>	14.184.805	(124.685)	66.658	200.205	272.412	5.247.993	-	1.952	259.650	(22.147)	(1.579.370)	18.601.473	3.497.320	22.004.793
<b>Aterações no Patrimônio Líquido em 2010</b>														
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.142.488	-	-	-	-	-	2.142.488	-	2.142.488
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	(170.961)	-	-	-	754	130.750	(11.586)	(664.005)	(715.048)	20.543	(694.505)	1.762.874
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	(170.961)	-	-	2.142.488	754	130.750	(11.586)	(664.005)	(715.048)	20.543	(694.505)	1.762.874
Aumento de capital	1.466.547	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.466.547
Efeitos de aumento de participação em controladas	-	-	-	-	-	(1.734.517)	-	-	-	-	-	(1.734.517)	(3.084.172)	(4.818.689)
Ágio na emissão de ações	-	-	443.173	-	-	-	-	-	-	-	-	443.173	-	443.173
Efeitos com plano de opções de ações reconhecida no exercício	-	-	15.667	-	-	-	-	-	-	-	-	15.667	-	15.667
Perda na venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(994)	-	-	-	-	-	(994)	-	(994)
Opções de ações exercidas durante o exercício	-	22.527	(1.986)	-	-	-	-	-	-	-	-	20.542	-	20.542
Efeito de acionistas não-controladores sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.050	41.996	56.046
Opções por compra de ações	-	(59.247)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.247)	20.964	(38.283)
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações propostas em Assembleia Geral	-	-	-	107.124	-	-	(107.124)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	113.914	-	(113.914)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	1.291.758	(1.291.758)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(629.692)	-	-	-	-	-	(629.692)	(134.389)	(764.081)
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	15.651.352	(161.405)	366.802	307.329	386.326	4.804.240	-	2.706	390.400	(33.733)	(2.243.375)	19.470.442	677.173	20.147.615
<b>Aterações no Patrimônio Líquido em 2011</b>														
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.005.727	-	-	-	-	-	2.005.727	91.849	2.097.576
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	(164.916)	-	-	-	(1.010)	(707.466)	33.733	1.857.346	1.017.687	44.064	1.061.751	3.159.327
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	(164.916)	-	-	2.005.727	(1.010)	(707.466)	33.733	1.857.346	3.023.414	136.913	3.159.327	3.159.327
Aumento de capital por emissão de ações	3.597.829	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.597.829	-	3.597.829
Efeitos com plano de opções de ações reconhecida no exercício	-	-	15.604	-	-	-	-	-	-	-	-	15.604	302	15.906
Opções de ações exercidas durante o exercício	-	9.133	-	-	-	(1.965)	-	-	-	-	-	7.168	-	7.168
Efeitos de alterações de participação em controladas	-	-	-	-	-	(435.328)	-	-	-	-	-	(435.328)	721.261	285.933
Opções por compra de ações	-	(64.927)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(64.927)	(335)	(65.262)
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações propostas em Assembleia Geral	-	-	-	100.286	-	-	(100.286)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	42.139	-	(42.139)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	1.266.569	(1.266.569)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(596.733)	-	-	-	-	-	(596.733)	(20.043)	(616.776)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	19.249.181	(237.199)	217.290	407.615	428.465	5.633.516	-	1.696	(317.066)	-	(396.029)	24.997.469	1.522.334	26.519.803

1º OFÍCIO DE REGISTRO  
Sala 403  
Tel.: 2221-2209

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

**1 - INFORMAÇÕES GERAIS**  
Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, capital. A Gerdau S.A. e suas controladas ("Companhia") se dedicam, principalmente, à produção e à comercialização de produtos siderúrgicos em geral, através de usinas localizadas no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Guatemala, México, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Estados Unidos, Canadá, Espanha e Índia. A Companhia iniciou sua trajetória de expansão há mais de um século, sendo um dos principais players no processo da consolidação do setor siderúrgico global. Produz aços longos comuns e especiais e aços planos, principalmente por meio do processo de produção em fornos elétricos, a partir de sucata e ferro-gusa adquiridos, em sua maior parte, na região de atuação de cada usina (conceito de *mini-mill*), bem como produzindo aço a partir de minério de ferro (em altos-fornos e via redução direta). Seus produtos atendem os setores de construção civil, indústria, automotivo e agropecuário.  
Em 30/12/2010, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 41,5% no capital da então controlada Agos Villares S.A., sendo 28,9% através de incorporação da empresa Prontofor Serviços de Construção Ltda. (Prontofor) e 12,6% adquirida de terceiros, através da incorporação da empresa Agos Villares S.A., passando a deter a totalidade das ações da empresa. Após essa operação, além dos resultados provenientes de investimentos em empresas controladas e coligadas, a Companhia, em suas Demonstrações Financeiras Individuais, passou a reconhecer, também, resultados advindos da comercialização de produtos siderúrgicos. As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas da Gerdau S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14/02/2012.

**2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
**2.1 - Base de apresentação**  
As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como "Consolidado".  
As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como "Controladora".  
As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo CVM.  
Essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e associadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.  
Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 2.18. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros e florestamento/reflorestamento do ativo imobilizado, os quais são mensurados pelo valor justo.  
A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31/12/2011.

**2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira**  
**a) Moeda funcional e de apresentação**  
As Demonstrações Financeiras da Controladora e de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrida. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Gerdau S.A..

**b) Transações e saldos**  
Para fins das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa da Companhia são convertidos para reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.  
Na elaboração das Demonstrações Financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo for determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.  
Para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio das datas das transações. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio Líquido, sendo atribuídas às participações em controladas conforme apropriado. O mesmo procedimento é adotado para fins da apresentação, nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora, do saldo do investimento, do resultado da equivalência patrimonial e das variações cambiais resultantes do processo de conversão.  
Quando há baixa de uma operação no exterior feita integral da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida ou uma controlada em conjunto que possuem operações no exterior, ou perda de influência significativa sobre uma coligada que possui uma operação no exterior, o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no Patrimônio Líquido do Grupo é reclassificado para o resultado do exercício.

Handwritten signatures and initials on the right margin.



CONTINUAÇÃO

**c) Empresas do grupo**  
Os resultados e a posição financeira de todas as controladas, com exceção da localizada na Venezuela, incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidação que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na linha "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira".

**d) Hiperinflação na Venezuela**  
A partir de 2009, a Venezuela passou a ser considerada um país com hiperinflação e de acordo com a norma IAS 29 e IFRIC 7, as Demonstrações Financeiras da controlada localizada neste país estão sendo atualizadas de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do exercício, que considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Venezuela e que apresentou uma taxa acumulada de 212,5% desde a data de aquisição da controlada na Venezuela pela Companhia em junho de 2007 e de 70,2% em 2011. Os efeitos da atualização pela taxa de inflação em 2011 foram apresentados na Demonstração dos Resultados.

Para fins de conversão dos saldos contábeis da controlada na Venezuela para a moeda de apresentação utilizada em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia aplicou os requisitos previstos na norma IAS 21 (CPC 02), onde os saldos ativos, passivos e as contas de resultado são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas, tendo as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na conta "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira". As Demonstrações Financeiras da controladora reconhecem estes efeitos através do método de equivalência patrimonial.

**2.3 - Ativos financeiros**  
**a) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

**b) Aplicações financeiras**  
As aplicações financeiras são classificadas nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possa condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda. Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

As aplicações financeiras mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo amortizado acrescido por juros, correção monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das Demonstrações Financeiras.

As aplicações financeiras para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

As aplicações financeiras disponíveis para venda são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no Patrimônio Líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

**c) Contas a receber de clientes**  
Estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, a é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Informações referentes à abertura de contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da provisão para risco de crédito estão demonstradas na nota 5.

**d) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros**  
Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**2.4 - Estoques**  
Os estoques são avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis.

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 6.

**2.5 - Imobilizado**  
Conforme determinado pela Deliberação CVM Nº 619/09, que aprova a adoção do ICPC 10, a Companhia utilizou o custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos da IAS 29, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados, como custo atribuído (Deemed Cost) em virtude de não haver diferença substancial entre o valor contábil ao valor justo dos ativos imobilizados. A Companhia agrega menção ao custo de aquisição do imobilizado em formação os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. Ativos de florestamento/ reflorestamento são mensurados pelo valor justo no custo de acordo com a IAS 41 (CPC 29).

A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxa que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas.

O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.7).

**2.6 - Outros ativos intangíveis**  
É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por certificados de redução de emissão de carbono e fundos de comércio, que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com clientes. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.7).

Para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pelo não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível. O intangível do relacionamento com clientes e fornecedores é amortizado com base em esses novos clientes e fornecedores adquiridos. Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pelo não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

**2.7 - Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de provisão constituída**  
Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos de venda e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado futuro (menos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final de sua vida útil. A reversão de provisão constituída pelo valor contábil - saldo de provisão - independentemente da existência de indicação de não recuperação de um ativo intangível, desde que o ativo seja originado da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil limitada, não será reconhecida se for pelo menos uma vez por ano em dezembro.

Quando o valor residual contábil de um ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil de seu ativo (impairment). Quando o valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. A reversão do valor recuperável dos ativos é registrada na redução no valor do ativo, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. Exceto nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentava na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na nota 2.7.

**2.8 - Investimentos**  
**a) Investimentos em empresas controladas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
A Companhia consolidou integralmente as Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A. e todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha, em substância, o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

A participação de terceiros no Patrimônio Líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores".

Para as aquisições de empresas realizadas a partir de 01/01/2006, data de transição para as IFRS pela Companhia, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis, a diferença apurada é registrada como ganho na Demonstração dos Resultados do Exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas não-controladores é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificáveis.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até a data da sua alienação, respectivamente, quando aplicável. As transações e saldos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas decorrentes das transações entre empresas da Companhia são igualmente eliminadas.

Sempre que necessário, são efetuados ajustes às Demonstrações Financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com as IFRS e as práticas contábeis aplicadas pela Companhia.

**b) Investimentos em empresas com controle compartilhado**  
Empresas com controle compartilhado e joint ventures são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, desde a data que o controle conjunto é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas com controle compartilhado são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos e outras variações no Patrimônio Líquido destas empresas. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (impairment).

As perdas em empresas com controle compartilhado em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas. Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa controlada em conjunto na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis, a diferença apurada é registrada como ganho na Demonstração dos Resultados do Exercício em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com empresas com controle compartilhado são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma empresa com controle compartilhado.

**c) Investimento em empresas associadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e investimentos em controladas e empresas associadas nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora**  
Uma empresa associada é uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas que não detém controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e investimentos em controladas e empresas associadas nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras sobre esses investimentos são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida do resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (impairment).

As perdas em empresas associadas em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas. Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis, a diferença apurada é registrada como ganho na Demonstração dos Resultados do Exercício em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma diminuição do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com empresas associadas e controladas são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia na empresa, por contrapartida do valor do investimento nessa mesma empresa.

**2.9 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais**  
**a) Classificação como dívida ou patrimônio**  
Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

**b) Empréstimos e financiamentos**  
Empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo custo amortizado. São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

**c) Instrumentos de patrimônio**  
Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos.

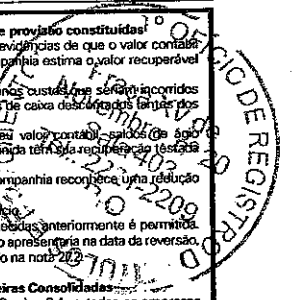
**d) Instrumentos financeiros derivativos e hedge**  
A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das Demonstrações Financeiras.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um hedge de fluxo de caixa ou um hedge de investimento líquido são registrados na Demonstração de Resultados Abrangentes.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do hedge quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de hedge são altamente eficazes na compensação das alterações no justo valor ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de hedge é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo reportada na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como hedge são reconhecidos na linha de despesa financeira ou receita financeira, conforme o caso, na demonstração do resultado.

Diferenças financeiras decorrentes da reconversão de um passivo financeiro designado como hedge de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na medida em que a cobertura seja eficaz. Na medida em que o hedge é ineficaz, essas diferenças são reconhecidas na demonstração do resultado.

Os pagamentos potenciais em caixa relacionados a opções de venda emitidas pela Companhia sobre ações de suas subsidiárias são registradas na linha "Obrigações por compra de ações". O montante que pode ser tornar líquido no exercício da opção é inicialmente reconhecido ao valor justo e subsequentemente ajustado de maneira a atualizar o passivo até a data que se torne exercável. Os efeitos da atualização das opções de vendas são registrados na linha de despesa financeira na demonstração do resultado. No evento da opção expirar sem ser exercida, o passivo é baixado com o correspondente ajuste no Patrimônio Líquido.



GRUPO GERDAU
Andino Rio
Am 1/1
Astênio & Oliveira
Consultor Jurídico

GERDAU S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 33.611.500/0001-19

CONTRIBUIÇÃO

2.10 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa do imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras nos países onde as subsidiárias e associadas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferido são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de água. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertam, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

2.11 - Benefícios a empregados
A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritas nas notas 19 e 24.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses demográficas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos diretamente na Demonstração dos Resultados Abrangentes, conforme descrito na nota 19. A Companhia entende que o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais nos resultados abrangentes representa uma melhor apresentação destas alterações no conjunto das Demonstrações Financeiras.

2.12 - Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes
São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.13 - Transações com partes relacionadas
Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil e no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

2.14 - Distribuição de dividendos
É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Gerdaul S.A. O estatuto social da Gerdaul S.A. prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Gerdaul S.A. registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

2.15 - Reconhecimento da receita de vendas
A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando os produtos são reconhecidos quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas.

2.16 - Investimentos em preservação de danos ao meio ambiente
Custos ambientais são relacionados às operações normais e são registradas como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Custos ambientais que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registradas como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente a uma taxa de 7% ao ano se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

2.17 - Contratos de arrendamento (leasing)
Os contratos de arrendamento são classificados como leasing financeiro quando os termos do leasing transferem substancialmente os riscos e recompensas da propriedade para o arrendatário. Todos os demais são classificados como leasing operacional. Pagamentos feitos em um contrato de leasing operacional são registrados no resultado em uma base linear durante o período do leasing.

2.18 - Uso de estimativas
Na elaboração das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data de preparação das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado (nota 9), estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, dívidas e trabalhistas (nota 17), determinações de provisões para imposto de renda (nota 6), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares (nota 15), estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da taxa de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 19), e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas (nota 24). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.19 - Combinações de negócios para as Demonstrações Financeiras Consolidadas e da Controladora
a) Aquisições nas quais o controle é obtido em etapas
Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Grupo na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

b) Aquisições onde o controle é obtido inicialmente
As aquisições são contabilizadas pelo método de compra. O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos ou instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os custos, passivos e passivos contingentes, identificáveis são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas nos seus valores justos na data da aquisição, sendo a participação dos acionistas não-controladores na adquirida determinada (pedido na proporção dos acionistas não-controladores do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos. Gestos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado de acordo com o método apropriado. O preço contingente é medido pelo valor justo na data da aquisição, ajustes posteriores são reconhecidos contra o ágio apenas na medida em que eles surtem de uma melhor informação sobre o valor justo na data da aquisição, e que ocorrem dentro do "período de alocação" (um máximo de 12 meses a contar da data de aquisição). Todos os outros ajustes subsequentes são reconhecidos no resultado.

c) Aumentos/reduções na participação de não-controladores
Em anos anteriores, na ausência de requerimentos específicos em IFRS, aumentos de participações em subsidiárias eram tratados da mesma forma que aquisições, com o ágio sendo reconhecido conforme apropriado. Os impactos de aumentos e de redução de participação em controladas que não representem perda de controle são registrados no Patrimônio Líquido, sem impacto no ágio ou no resultado. Quando o controle é obtido por meio de aquisições de não-controladores, após a Companhia obter o controle, são tratadas como aquisições de ações de acionistas não-controladores: os ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida não estão sujeitos a reavaliações posteriores, e a diferença identificável da entidade adquirida não estão sujeitos a reavaliações posteriores, e a diferença identificável da Companhia é registrada no Patrimônio Líquido.

d) Perda de controle de uma controlada
A Companhia reverte todos os ativos, passivos e participações de não-controladores pelos seus saldos registrados. Qualquer participação remanescente na subsidiária é reconhecida pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Esse valor justo é refletido no cálculo do ganho ou perda na alienação e é atribuído a controladora e se torna o montante inicial reconhecido para contabilizações subsequentes para a participação remanescente pela IAS 28 (CPC 18), IAS 31 (CPC 19) ou IAS 39 (CPC 38).

2.20 - Provisão para reestruturações
Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

2.21 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras Individuais e como informação suplementar às Demonstrações Financeiras Consolidadas, pois não é uma demonstração prevista em norma obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas vendas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisição de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22 - Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras
Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto: (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados de operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De fato, os resultados futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluídos comentários

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos
O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 (CPC 32) - liability method), de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido atual é revisado a cada data das Demonstrações Financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável com base em lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando estimativas de alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

b) Benefícios de pensão e pós-emprego
Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no período em que eles ocorrem e são registrados na Demonstração dos Resultados Abrangentes. A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atualmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração do desempenho esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;

ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado; e

iii) Ganhos e perdas referentes a redução (curtailment) e liquidação (settlement) nos planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a redução ou liquidação ocorre e são embasados em avaliação atuarial feita por atuários independentes.

c) Passivos ambientais
A Companhia registra provisão ajustada a valor presente para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos potenciais de limpeza e de reparação de áreas impactadas. A Companhia possui uma equipe de profissionais para gerenciar todas as fases do seus programas ambientais. Essas equipes desenvolvem estimativas de potenciais impactos ambientais locais com base em custos de reparação projetados e conhecidos. Esta análise demanda da Companhia estimativas significativas, e mudanças nos fatos e circunstâncias podem resultar em variações materiais na provisão ambiental.

d) Valorização de instrumentos financeiros derivativos
A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data das Demonstrações Financeiras, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil causou, em certos

Handwritten signatures and notes on the right margin, including a large signature at the bottom right.

GRUPO GERDAU Jurídico Rio Em Assessoria E Oliveira Consultor Jurídico

GERDAU S.A. COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 33.611.500/0001-19

CONTINUAÇÃO

períodos, mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor de mercado dos swaps e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido em suas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Financeiras de Controladora e Consolidadas.

e) Vida útil de ativos de longa duração A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria e experiência prévia e reflete a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de longa duração. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

f) Valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos não cotados A Companhia contratou instrumentos financeiros relativos a algumas das aquisições, que envolvem compromissos na aquisição de ações de acionistas não-controladores das empresas adquiridas, ou concedeu opções de venda a alguns acionistas não-controladores para venderem suas ações à Companhia. Esses instrumentos financeiros derivativos estão registrados no balanço patrimonial da Companhia na conta "Obrigações por compra de ações" (nota 15, f), e a determinação desse valor envolve uma série de estimativas que podem ter impacto significativo no resultado final do cálculo. A Companhia estima o valor de mercado das empresas cujas ações a Companhia tem compromisso de aquisição utilizando os critérios estabelecidos em cada contrato, os quais estão alinhados com as práticas observadas no mercado para valorização de instrumentos não cotados.

g) Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios Durante os últimos anos, conforme descrito na nota 3, a Companhia realizou algumas combinações de negócios. De acordo com a IFRS 3 (CPC 15), aplicado para as aquisições ocorridas após a data de transição para as IFRS, a Companhia deve alocar o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos nos processos de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis e de avaliação de tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas utilizadas para avaliação inclui estimativa de fluxo de caixa descontado ou taxas de desconto e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do preço de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

h) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo método de um ativo até o fim de sua vida útil. Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos do ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, em dezembro. Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado. Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados para unidades com ágio alocado e comparando o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. Em dezembro de 2011, a Companhia realizou testes de recuperabilidade de ágios para todos os seus segmentos operacionais, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixa descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro, plano de investimentos e premissas econômico-financeiras de longo prazo. Os testes realizados não identificaram a necessidade de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ágios, bem como para outros ativos com vida útil indefinida.

O ágio que forma parte de um investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado não é reconhecido separadamente e não é testado quanto a perdas pela não recuperabilidade separadamente. Em vez disso, a quantia total registrada do investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado é testada quanto a perdas pela não recuperabilidade (o mais elevado do valor de uso e o valor justo menos custos de vendas) com o montante total registrado. Uma perda pela não recuperabilidade registrada nessas circunstâncias não é atribuída a nenhum ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento na associada ou entidade conjuntamente controlada. Assim, qualquer reversão dessa perda por impairment é reconhecida na medida em que a quantia recuperável do investimento aumenta subsequentemente.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A determinação do valor em uso dos segmentos de negócio da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação mundial da economia acontecer em uma velocidade inferior à prevista por ocasião da preparação das Demonstrações Financeiras para dezembro de 2011.

2.23 - Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB) Algumas novas normas contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicadas e/ou revisadas e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações:

Normas e interpretações de normas vigentes

IAS 32 - Classificação de direitos de emissão: alteração da IAS 32 (IFRS Classification of Rights Issues: Amendment to IAS 32) Em outubro de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32, a qual trata de contratos que serão ou poderão ser liquidados através de instrumentos patrimoniais de entidade e estabelece que direitos, opções ou garantias para adquirir uma quantidade fixa de ações de uma entidade por um montante fixo em alguma moeda são instrumentos patrimoniais. A alteração desta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/02/2010. As alterações desta norma não impactaram as Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 1 e IFRS 7 - Isenções limitadas de divulgações comparativas de IFRS 7 para entidades que adotem IFRS pela primeira vez (Limited Exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters) Em janeiro de 2010, o IASB emitiu alterações na IFRS 1 e IFRS 7, as quais abordam aspectos de divulgação de informações comparativas de instrumentos financeiros. Estas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2010. As alterações desta interpretação não impactaram suas Demonstrações Financeiras.

IFRIC 19 - Liquidando passivos financeiros com instrumentos de patrimônio (Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments) Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu a interpretação 19, a qual trata da emissão de instrumentos patrimoniais por uma entidade para seu credor com o objetivo de liquidar passivos financeiros. Esta interpretação é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2010. A adoção desta interpretação não impactou as suas Demonstrações Financeiras.

IFRIC 14 - Pagamentos antecipados de requerimento mínimos de provimento de fundos - alterações no IFRIC 14 (Prepayments of a Minimum Funding Requirement - Amendments to IFRIC 14) Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu alterações na interpretação 14, a qual são aplicáveis em limitadas circunstâncias quando uma entidade é sujeita a requerimentos mínimos de provimento de fundos e efetua um pagamento antecipado de contribuições para cobrir estes requerimentos. Estas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2011. A alteração desta interpretação não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Melhoria anual das IFRS de maio de 2010 Em maio de 2010, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. A alteração da norma IFRS 3 é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2010. As demais alterações de normas não impactaram as Demonstrações Financeiras da Companhia. O CPC já editou algumas dessas normas e o impacto nas Demonstrações Financeiras Individuais é o mesmo que nas consolidadas.

Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (Financial Instruments) Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39. Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39. Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requisitos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros passivos. Esta norma e a alteração posteriormente criada para o período de transição para a norma são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2015. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma e eventuais diferenças em relação à IAS 39.

IFRS 7 - Divulgações - transferências de ativos financeiros (Disclosures - Transfers of Financial Assets) Em outubro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 7, a qual tem o objetivo de adicionar divulgações que permitam ao usuário das Demonstrações Financeiras avaliar o risco de exposição a ativos e transferências de ativos financeiros e os efeitos destes riscos sobre a posição financeira da entidade. A alteração da norma IFRS 7 é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2011. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 1 - Hipertinflação severa e remoção de datas fixas para empresas que adotem as IFRS pela primeira vez (Severe Hyperinflation and Removal of Fixed Dates for First-time Adopters) Em dezembro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 1. A alteração da norma IFRS 1 aborda orientações para adotantes das IFRS pela primeira vez que estejam localizados em países de economia hiperinflacionária e também remove datas fixas com o objetivo de evitar o processamento de operações ocorridas antes da data de transição para as IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2011. A Companhia avalia que as alterações desta interpretação não impactarão suas Demonstrações Financeiras em virtude da mesma já ter adotado as IFRS 1.

IAS 12 - Imposto de renda diferido: recuperação de ativos relacionados (Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets) Em dezembro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 12. A alteração da norma IAS 12 aborda aspectos relacionados à determinação da maneira esperada de recuperação de imposto de renda diferido ativo e passivo quando a propriedade do investimento é mensurada através do modelo de valor justo da IAS 40. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2012. A Companhia avalia que as alterações desta norma não impactarão suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (Consolidated Financial Statements) Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 10. Esta norma estabelece os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais empresas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma em suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 11 - Acordos de compartilhamento (Joint Arrangements) Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 11. Esta norma aborda aspectos relacionados a definição do tratamento contábil das entidades com controle compartilhado e operações compartilhadas. Esta norma também limita o uso da consolidação proporcional apenas para empresas com operações compartilhadas (joint operations), passando a aceitar apenas o método de equivalência patrimonial para empresas com controle compartilhado (joint ventures). Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma em suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades (Disclosure of Interests in Other Entities) Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 12. Esta norma aborda aspectos relacionados a divulgação da natureza e riscos associados a participações detidas em controladas, controladas em conjunto e associadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma em suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 13 - Mensuração do valor justo (Fair Value Measurement) Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 13. Esta norma define valor justo, contempla em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e estabelece os requisitos de divulgação relacionados ao valor justo. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma em suas Demonstrações Financeiras.

IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas (Separate Financial Statements) Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 27. A alteração da norma IAS 27 aborda aspectos relacionados a investimentos em controladas, empresas com controle compartilhado ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas. Esta revisão de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia avalia que as alterações desta norma não impactarão suas Demonstrações Financeiras Consolidadas em virtude da mesma não apresentar demonstrações financeiras separadas.

IAS 28 - Investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado (Investments in Associates and Joint Ventures) Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28. A alteração da norma IAS 28 aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requisitos para aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. Esta alteração de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma em suas Demonstrações Financeiras.

IAS 19 - Benefícios a empregados (Employee Benefits) Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações exigem reconhecimento das alterações nas obrigações de benefícios definidos e o valor justo dos ativos do plano conforme ocorrem, e, portanto, a eliminação da "abertura de corredor" em modificações, as modificações exigem 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. Adicionalmente, as modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente da forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras.

IAS 1 - Apresentação de itens de outros resultados abrangentes (Presentation of Items of Other Comprehensive Income) Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 1. A alteração da norma IAS 1 aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2012. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras.

IFRIC 20 - Custos de remoção de materiais não aproveitáveis na fase de produção de uma mina de superfície (Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine) Em outubro de 2011, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 20. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao tratamento contábil da retirada de materiais não aproveitáveis de uma mina de superfície para acesso aos recursos minerais. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta interpretação em suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 9 e IFRS 7 - Data mandatória efetiva e divulgações de transição (Mandatory Effective Date and Transition Disclosures - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7) Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 9 e IFRS 7. A alteração da norma IFRS 9 aborda a prorrogação da data de adoção de 01/01/2013 para 01/01/2015. A alteração da norma IFRS 7 aborda aspectos relacionados a divulgação de informações sobre a transição da IAS 39 para a IFRS 9 e aspectos relacionados a reapresentação de períodos comparativos na data de adoção da norma. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 7 - Divulgações: compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (Disclosures - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities - Amendments to IFRS 7) Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 7. A alteração desta norma aborda aspectos de divulgação relacionados a compensação de ativos e passivos financeiros incluindo direitos a avaliação dos efeitos desta. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras.

IAS 32 - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities - Amendments to IAS 32) Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados a compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2014. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRS novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia sejam os mesmos da adoção dos pronunciamentos do IASB descritos acima.



3 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS I

3.1 - Empresas controladas
A lista a seguir apresenta as principais participações nas subsidiárias consolidadas, como segue:

Table with columns: Empresa Consolidada, País, Capital total, Capital votante, 2011, 2010. Lists companies like Gerdau GTL Spain S.L., Gerdau International Empreendimentos Ltda., Gerdau Steel North America Inc., etc.

11 As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada.
12 Subsidiárias: Gerdau Ameristeel US Inc., GNA Partners, Pacific Coast Steel Inc., Gerdau Ameristeel Perth Amboy Inc., Sheffield Steel Corporation, Gerdau Ameristeel Sayreville Inc., TAMCO Steel, Chaparral Steel Company.

3.2 - Empresas com controle compartilhado
A tabela a seguir apresenta as participações nas empresas com controle compartilhado.

Table with columns: Entidades com controle compartilhado, País, Capital total, Capital votante, 2011, 2010. Lists companies like Galatini Steel Company, Bradley Steel Processors, MRM Guide Rail, etc.

11 As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da empresa com controle compartilhado.
A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Kalyani Gerdau Steel Ltd., apesar de ter mais de 50% do capital total desta empresa, devido ao contrato de controle compartilhado que estabelece direitos de gestão conjunta do negócio com o outro sócio.

As informações financeiras das empresas com controle compartilhado Galatini Steel Company, Bradley Steel Processors, MRM Guide Rail, Gerdau Corsa S.A.P.L. de C.V. e Kalyani Gerdau Steel Ltd. avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas abaixo, de forma combinada:

Table with columns: Ativo, Circulante, Não-circulante, Total do ativo, Passivo, Circulante, Não-circulante, Patrimônio Líquido combinado, Total do passivo e Patrimônio Líquido, Participação da Companhia nos ativos líquidos das empresas com controle compartilhado. Rows for 2011 and 2010.

Table with columns: Demonstração do resultado, Receita líquida de vendas, Custo das vendas, Lucro bruto, Despesas com vendas, gerais e administrativas, Outras despesas/receitas operacionais, Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos, Resultado financeiro, Lucro antes dos impostos, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido.

3.3 - Empresas associadas
A lista a seguir apresenta as participações nas empresas associadas.

Table with columns: Empresas associadas, País, Capital total, Capital votante, 2011, 2010. Lists companies like Dona Francisca Energética S.A., Armacero Industrial y Comercial S.A., Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias, etc.

11 As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada.

12 Subsidiárias: Industrias Nacionales C. por A. (Rep. Dominicana), Stibelter, Trading Corp., NC Trading e Industrias Nacionales C. x A., S.A. (Costa Rica).
13 Subsidiárias: Jupiter Direccional S.A. de C.V., Aceros Ticoman, S.A. de C.V., Centro Industrial S.A. de C.V., Aceros Corsa, S.A. de C.V., Aceros Tiolegros, S.A. de C.V.

Table with columns: Ativo, Circulante, Não-circulante, Total do ativo, Passivo, Circulante, Não-circulante, Patrimônio Líquido ajustado, Total do passivo e Patrimônio Líquido, Participação da Companhia nos ativos líquidos das empresas associadas.

Table with columns: Demonstração do resultado, Receita líquida de vendas, Custo das vendas, Lucro bruto, Despesas com vendas, gerais e administrativas, Outras despesas/receitas operacionais, Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos, Resultado financeiro, Lucro antes dos impostos, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido.

3.4 - Ágio
O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade com controle compartilhado, ou associada, na respectiva data de aquisição.

O ágio representa o investimento em empresas situadas no exterior encontra-se registrado na moeda funcional da empresa adquirida, sendo convertido para reais (moeda de apresentação da Companhia) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registradas na conta "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira" no Patrimônio Líquido, após a data de transição para as IFRS.

O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial" e "Ágio". O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de impairment anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por impairment é registrada de modo que o custo na demonstração dos resultados não é suscetível de reversão posterior. O ágio é alocado aos segmentos de negócio, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração.

3.5 - Aquisições de participações adicionais em empresas controladas

a) Sipar Gerdau Investimentos S.A.
Em 01/04/2011, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 725% no capital da controlada Sipar Gerdau Investimentos S.A. O valor a ser pago pela operação, com vencimento até fevereiro/2015, é de US\$ 7.590 mil (R\$ 11.941 na data da aquisição da participação) e como resultado da operação em conformidade com a norma IAS 27 (CPC 38), a Companhia reconheceu no seu Patrimônio Líquido, na linha de "Efeitos de alterações de participação em controladas" o montante de R\$ 8.095, o qual é referente a diferença entre o valor da transação e o valor da participação dos acionistas não-controladores nos ativos líquidos adquiridos.

3.6 - Alocação do valor justo em entidades controladas adquiridas em 2010

Tamco
A Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos e passivos da Tamco resultando no reconhecimento de um complemento de ágio no valor de R\$ 20.032 com contrapartida, substancialmente na linha de Imobilizado. A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor justo dos ativos e passivos da compra da Tamco, na data da aquisição:

Table with columns: Valor dos livros, Ajustes de aquisição, Valor justo na aquisição. Rows for Ativos (passivos) líquidos adquiridos, Ativos circulantes, Imobilizado, Ativos intangíveis, Ágio, Outros ativos não-circulantes, Passivos circulantes, Passivos não-circulantes.

Preço total de compra
A Companhia registrou ágio nesta operação devido a aquisição para expansão da presença geográfica da Companhia no oeste dos Estados Unidos, e por acreditar que terá sucesso na integração das operações do negócio e terá sinergias associadas com a aquisição.

3.7 - Preço total de compra considerado referente às aquisições no exercício

Table with columns: Empresas/participações adquiridas, Aquisição de controle, Tamco, Aquisição de participação adicional em empresas controladas, Cleyari Holdings Corp., Gerdau Ameristeel, Aquisição de participação adicional com emissão de ações, Pronfor Serviços e Construção Ltda., Aços Villares S.A., Total considerado como pago.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS II

Table with columns: Caixa e equivalentes de caixa, 2011, 2010, Consolidado, 2011, 2010. Rows for Caixa, Bancos e aplicações de liquidez imediata, Caixa e Equivalentes de Caixa.

Aplicações Financeiras
Títulos para negociação
Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. Em 31/12/2011 a Controladora mantinha R\$ 1.520.882 (R\$ 146.909 em 31/12/2010) e o Consolidado R\$ 3.095.359 (R\$ 1.105.902 em 31/12/2010) em títulos para negociação.

Títulos disponíveis para venda
Em 31/12/2011 o Consolidado mantinha R\$ 6.290 (R\$ 9.559 em 31/12/2010) em títulos disponíveis para venda no ativo circulante e R\$ 0 (R\$ 28.797 em 31/12/2010) no ativo não-circulante.



CONTINUAÇÃO

	Saldo em 31/12/2010	Adições/ Baixas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2011
<b>Passivo não-circulante</b>					
Alocação de ativos a valor justo	1.717.081	-	(158.203)	(108.833)	1.450.045
Deságio amortizado	72.592	-	-	13.808	86.400
Benefícios a empregados	144.016	-	(144.016)	-	-
Outras diferenças temporárias	337.160	-	(7.615)	(7.265)	322.280
Total passivo não-circulante	2.270.849	-	(309.834)	(102.290)	1.858.725
Total líquido	(691.838)	(106.153)	266.747	220.486	(310.758)
Efeito no resultado do exercício			266.747		

	Saldo em 01/01/2010	Aquisições de empresas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2010
<b>Ativo não-circulante</b>					
Prejuízos fiscais	670.902	-	140.570	10.340	821.812
Base negativa de contribuição social	37.663	-	38.786	-	76.449
Provisão para passivos tributários, civis e trabalhistas	137.696	-	51.199	4.581	193.476
Benefícios a empregados	238.741	-	6.072	(87045)	157.768
Outras diferenças temporárias	61.299	4.562	(9.846)	114.762	170.277
Ágio amortizado	72.119	-	(2.971)	(1.669)	72.479
Provisão para perdas	123.616	-	(6.367)	(30.959)	86.290
Total ativo não-circulante	1.347.036	4.562	217.443	9.970	1.579.011

	Saldo em 01/01/2010	Aquisições de empresas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2010
<b>Passivo não-circulante</b>					
Alocação de ativos a valor justo	1.689.011	44.764	61.190	(77884)	1.717.081
Deságio amortizado	96.388	-	(23.796)	-	72.592
Benefícios a empregados	170.633	-	20.967	(47584)	144.016
Outras diferenças temporárias	317.727	-	18.635	798	337.160
Total passivo não-circulante	2.273.759	44.764	76.996	(124.670)	2.270.849
Total líquido	(926.723)	(40.202)	140.447	134.640	(691.838)
Efeito no resultado do exercício			140.447		

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva da manutenção da lucratividade atual no futuro, permitindo uma estimativa da recuperação dos créditos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente contingências fiscais, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

a) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social:

	Ativo	
	2011	2010
2011	-	1.428
2012	81.857	44.804
2013	15.550	8.176
2014	46.650	36.940
2015 em diante	159.607	99.524

Consolidado

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos eletrônicos de dados	Florestamento/reflorestamento	Imobilizações em andamento	Total
<b>Custo do imobilizado bruto</b>								
Saldo em 01/01/2010	5.420.812	19.139.017	207.846	116.150	754.624	462.942	1.601.077	27.702.468
Adições	69.107	49.189	6.432	4.133	7974	106.628	1.023.306	1.288.769
Transferências	519.280	718.598	1.995	12.397	22.457	-	(1.274.327)	-
Baixas	(24.874)	(127.586)	(1.709)	(18.291)	(3.455)	(58.915)	(9.051)	(243.881)
Baixa pela não recuperabilidade (nota 27.2)	-	(168.449)	-	-	-	-	-	(168.449)
Reversão pela não recuperabilidade (nota 27.2)	33.911	154.910	44	-	-	-	27.862	173.098
Aquisições/alienações de empresas	35.800	109.436	-	-	(14.849)	-	3.320	(610.912)
Ganhos/perdas na conversão	(91.688)	(512.149)	2.618	1.836	766.751	512.655	1.372.187	28.239.958
Saldo em 31/12/2010	5.982.348	19.362.966	216.826	116.225	766.751	512.655	1.372.187	28.239.958
Adições	1.570	35.293	7.915	6.438	11.847	74.419	1.823.897	1.961.379
Transferências	518.110	659.603	25.032	23.296	(185.434)	-	(1.040.597)	-
Baixas	(19.893)	(150.672)	(3.449)	(5.442)	(47.474)	-	(37.653)	(264.583)
Alocação de valor justo	-	-	-	-	-	27.226	-	27.226
Ganhos/perdas na conversão	276.388	1.221.759	17.948	16.913	22.442	-	59.613	1.615.063
Saldo em 31/12/2011	6.758.523	21.128.949	264.272	157.420	588.132	614.300	2.177.447	31.699.043

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos eletrônicos de dados	Florestamento/reflorestamento	Imobilizações em andamento	Total
<b>Depreciação acumulada e impairment</b>								
Saldo em 01/01/2010	(1.873.007)	(8.502.210)	(114.131)	(83.157)	(373.128)	(26.145)	411	(10.971.367)
Depreciação, amortização e exaustão	(232.859)	(1.376.603)	(18.003)	(15.093)	(55.448)	(16.681)	-	(1.714.487)
Transferências	3.867	(984)	(19)	(3.115)	251	-	-	119.000
Baixas	4.806	80.693	754	12.197	3.663	16.887	-	100.440
Baixa pela não recuperabilidade (nota 27.2)	-	100.440	-	-	-	-	-	308.016
Ganhos/perdas na conversão	83.568	219.397	(1.697)	857	5.891	-	411	(12.158.398)
Saldo em 31/12/2010	(2.013.425)	(9.479.267)	(133.096)	(88.311)	(418.771)	(25.939)	411	(16.119.771)
Depreciação, amortização e exaustão	(207.447)	(1.281.584)	(23.404)	(14.322)	(64.611)	(28.403)	-	(1.599.761)
Transferências	(25.537)	20.285	(377)	2.859	2.770	-	(411)	158.383
Baixas	2.311	102.732	3.048	4.455	46.248	-	-	(754.188)
Ganhos/perdas na conversão	(275.525)	(420.177)	(21.255)	(13.037)	(458.566)	(54.342)	-	(14.373.972)
Saldo em 31/12/2011	(2.519.623)	(11,058,011)	(175,084)	(108,356)	(458,566)	(54,342)	-	(16,171,560)
<b>Imobilizado líquido</b>								
Saldo em 31/12/2010	3.968.923	9.883.699	83.730	279.14	347.980	488.716	1.372.598	16.171.560
Saldo em 31/12/2011	4.238.900	10,070,938	89,188	49,064	109,576	559,958	2,177,447	17,295,071

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação, amortização e exaustão:

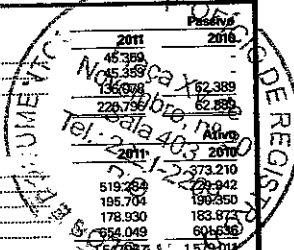
	Vida útil dos ativos imobilizados
Prédios e construções	20 a 33 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Veículos	3 a 5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	2,5 a 6 anos
Florestamento/reflorestamento	Piano de corte

b) Valores segurados - os ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos. A Companhia e as usinas das controladas na América do Norte, Espanha e América Latina, exceto Brasil, e a controlada Gerdau Açorninas S.A. também possuem cobertura para lucros cessantes.

c) Capitalização de juros e encargos financeiros - durante o exercício de 2011, foram apropriados encargos financeiros no montante de R\$ 61 (R\$ 0 em 31/12/2010) na controladora e R\$ 49.551 (R\$ 48.246 em 31/12/2010) no consolidado.

d) Valores oferecidos em garantia - foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 1.538 (R\$ 0 em 31/12/2010) na controladora e R\$ 119.289 em 31/12/2011 (R\$ 129.202 em 31/12/2010) no consolidado.

e) Perdas/Reversões pela não recuperabilidade de imobilizado - em 31/12/2011, o valor remanescente de ativo imobilizado objeto de perdas pela não recuperabilidade totaliza R\$ 32.147 para terrenos, prédios e construções (R\$ 34.622 em 31/12/2010) e R\$ 11.986 para máquinas, equipamentos e instalações (R\$ 13.089 em 31/12/2010).



Handwritten signatures and initials on the right margin of the page.

**10 - INVESTIMENTOS I**

Controladora  
I) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

	Empresas Controladas										GTL Trade Finance Inc.	GTL Agos Villares S.A.	Outros	Total	
	Empresa associada	Dona Francisca Energética S.A.	GTL Equity Investments Corp.	Gerdau Açominas S.A.	Gerdau Internacional Empreend. Ltda.	Itaguai Com. Imp. e Export. Ltda.	Gerdau Aços Longos S.A.	Gerdau Aços Especiais S.A.	Gerdau Comercial de Aços S.A.	Gerdau América Latina Part. S.A.					Empresa Siderúrgica del Perú S.A.
Saldo em 01/01/2010...	92.613	792.090	3.893.265	4.430.230	301.461	4.899.992	1.844.725	999.988	1.250.968	416.369	35.265	(19.795)	(112.501)	181.934	19.890.577
Equivalência	12.764	(27.664)	2.477	264.127	35.301	1.638.057	170.912	12.713	76.694	35.265	(19.795)	(112.501)	(1.584)	10.744	14.699.334
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(33.342)	(60.656)	(237.486)	(19.383)	(168.710)	(94.792)	(7.684)	(89.493)	38.293	18.250	112.500	(1.584)	-	(544.657)
Aquisição/alienação de investimento	-	-	121	1.447.342	827	167	29	22	26	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital por incorporação de empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.909.720	1.909.720
Remuneração baseada em ações	-	-	2	1.185	70	345	-	-	-	335	-	-	-	-	1.937
Dividendos/juros sobre capital próprio	(5.182)	-	-	-	-	(343.030)	(68.392)	(28.730)	-	-	-	-	-	-	(495.605)
Incorporação de empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.299.579)	-	(1.299.579)
Efeito de aumento de participação em controladas	-	-	(687)	(270.095)	(17.137)	(87.363)	-	-	(82.072)	489.977	(1.459)	16	(1.277.163)	-	(1.734.517)
Saldo em 31/12/2010...	100.195	731.084	3.834.522	5.635.303	301.139	5.939.448	1.852.482	975.309	1.156.458	53.133	343.910	314.193	-	(73.468)	21.457.864
Equivalência	20.402	(10.913)	311.943	414.782	48.154	493.354	131.779	66.287	65.845	53.133	343.910	314.193	-	10.744	21.799.381
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(109.961)	(141.737)	910.357	28.314	406.465	50.033	(297)	128.993	96.711	(341.965)	(314.400)	-	79.985	1.012.400
Aquisição/alienação de investimento	-	-	45	-	-	66	11	9	11	-	-	-	-	-	142
Remuneração baseada em ações	-	-	1	18	13	185	-	-	67	-	-	-	-	-	284
Dividendos/juros sobre capital próprio	(13.873)	-	-	-	(6.737)	(217.447)	(79.700)	(49.626)	-	-	-	-	-	-	(367.383)
Aumento de capital	-	-	-	2.139.309	-	-	629.011	-	-	-	-	-	-	-	2.768.320
Alocação de valor justo	-	-	-	-	-	-	(349.068)	-	-	-	-	-	-	-	(349.068)
Efeito de aumento de participação em controladas	-	-	(2)	4.959	155	2.039	(443.215)	-	736	-	-	-	-	-	(435.328)
Ações em tesouraria de controladas	-	-	-	(9.287)	(292)	(3.798)	-	-	(1.373)	639.771	466	(191)	-	1.2271	(14.700)
Saldo em 31/12/2011...	106.724	830.132	4.004.772	9.095.491	370.746	6.620.312	1.791.333	991.682	1.350.737	876.312	800.000	589.395	85.850	23.366	26.251.912
Capital social	66.600	855.750	2.104.243	10.982.139	145.937	3.407.998	1.229.011	876.312	800.000	589.395	85.850	23.366	-	-	-
Total do ativo ajustado	464.251	858.393	7923.725	14.808.311	393.762	9.465.501	2.084.981	1.347.731	1.433.628	1.534.264	2.372.053	2.838.025	-	-	-
Total de passivos	258.292	28.261	3.662.480	4.452	23.016	2.419.869	217.842	310.261	2	796.020	2.371.587	2.838.216	-	-	-
Patrimônio líquido ajustado	205.959	830.132	4.261.245	14.803.859	370.746	7.045.632	1.867.139	1.037.480	1.433.626	738.244	466	(191)	-	-	-
Recursos	84.613	-	5.044.610	-	-	7.960.731	1.081.901	3.143.598	-	959.768	-	-	-	-	-
Lucro/prejuízo líquido do exercício ajustado	39.372	(10.913)	331.920	675.101	48.154	525.049	137.366	69.348	69.896	61.311	343.910	314.193	-	-	-
Participação no capital total (%)	51,82%	100,00%	93,98%	61,44%	100,00%	93,96%	95,94%	95,59%	94,22%	86,66%	100,00%	100,00%	-	-	-
Participação no capital votante (%)	51,82%	100,00%	93,98%	61,44%	100,00%	93,97%	95,95%	95,59%	94,22%	86,66%	100,00%	100,00%	-	-	-
Ações ordinárias/quotas possuídas	345.109.212	600.000	187.894.856	6.746.989.163	145.936.651	187.454.870	284.644.838	261.187.477	169.461.798	795.303.643	50.000	50.000	-	-	-
Dividendos/juros sobre capital próprio no exercício	(26.772)	-	-	-	(6.737)	(231.417)	(83.073)	(51.918)	-	-	-	-	-	-	-

a) Outros investimentos em empresas controladas  
Incluem as controladas Aramac S.A., Sidenor Villares Rolling Mill Rolls SL e Villares Corporation of America.

	2011	2010
Dona Francisca Energética S.A.	12.071	17.071
Gerdau Açominas S.A.	173.815	173.815
Gerdau Aços Longos S.A.	171.360	171.360
Gerdau Aços Especiais S.A.	34.950	34.950
Gerdau Comercial de Aços S.A.	27.960	27.960
Gerdau América Latina Participações S.A.	7.510	7.510
<b>Total</b>	<b>432.666</b>	<b>432.666</b>

c) Aumento de capital  
Em 28/04/2011, a Companhia aumentou o capital social de sua subsidiária Gerdau Aços Especiais S.A. no valor de R\$ 629.011, o qual em 31/12/2010 estava apresentado em adiantamento para futuro investimento em participação societária.  
Em 15/06/2011, a Companhia aumentou o capital social de sua subsidiária Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. no valor de R\$ 2.139.309.  
d) Adiantamento para futuro investimento em participação societária  
O depósito para futuro investimento em participação societária refere-se, substancialmente, a R\$ 102.632 na controlada Gerdau Comercial de Aços S.A.

**Consolidado**

I) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

	Empresas com controle compartilhado						Empresas associadas					Total
	Joint Ventures América do Norte	Gerdau Corsa S.A. de C.V.	Kalyani Gerdau Steel Ltd.	Dona Francisca Energética S.A.	Annacero Ind. Com. Ltda.	Grupo Multisteel Business Holdings Corp.	Corsa Controladora S.A. de C.V.	Corporación Centroamericana del Acero, S.A.	Meco Holdings Ltda.	Outros	Agios	
Saldo em 01/01/2010...	258.758	58.093	16.058	92.613	15.807	159.766	98.567	128.555	-	1.056	370.642	1.199.910
Equivalência	829	(1.657)	(13.093)	12.765	1.773	15.075	7.385	(6.672)	23.049	-	(11.854)	(39.454)
Ajustes de avaliação patrimonial	1.844	769	(1.813)	-	333	(8.236)	1.226	7	-	234	-	(17.724)
Aquisição/alienação de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	74.737	-	-	234
Aumento de capital social	-	-	24.552	-	-	441	(8.279)	165	-	-	-	99.289
Dividendos/juros sobre capital próprio	(43.788)	-	-	(5.182)	-	-	-	-	-	-	-	(56.643)
Saldo em 31/12/2010...	212.643	57.200	25.704	100.195	17.913	162.046	98.899	122.055	97.786	1.290	358.788	1.264.520
Equivalência	75.013	(7.582)	(34.172)	18.019	727	(4.297)	11.114	2.669	15.241	-	24.887	107.534
Ajustes de avaliação patrimonial	31.737	(130)	3.358	-	1.144	20.884	(3.229)	13.642	(2.773)	-	-	(2.773)
Aquisição/alienação de investimento	-	-	387	-	-	-	-	-	-	-	-	26.468
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	(3.672)	(23.093)	-	(2.380)	-	-	(103.507)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(57.873)	-	-	(11.489)	-	-	-	-	-	-	-	(103.507)
Saldo em 31/12/2011...	266.520	49.488	(4.723)	106.726	19.784	179.961	83.691	138.366	104.045	1.290	410.143	1.355.291

a) Joint Ventures América do Norte  
Composto pelas empresas: Gallatin Steel Company, Bradley Steel Processors e MRM Guide Rail.

b) Composição do ativo

	2011	2010
Dona Francisca Energética S.A.	12.071	17.071
Grupo Multisteel Business Holdings Corp.	42.096	39.112
Corsa Controladora S.A. de C.V.	140.045	140.686
Corporación Centroamericana del Acero, S.A.	184.463	161.919
Meco Holdings Ltda.	26.468	-
Kalyani Gerdau Steel Ltd.	410.143	358.788

II) Adiantamento para futuro investimento em participação societária  
O depósito para futuro investimento em participação societária refere-se a R\$ 65.254 na subsidiária Kalyani Gerdau Steel Ltda.

OFÍCIO DE REGISTRO  
Praça XV de Novembro, nº 20  
Sala 403  
Tel.: 2242-2200

Handwritten signatures and initials on the right margin.

**11 - ÁGIOS**

As alterações no ágio são as seguintes:

	Consolidado		
	Perdas acumuladas pela não recuperação do ágio	Perdas acumuladas pela não recuperação do ágio	Ágio após as perdas pela não recuperação do ágio
	Montante bruto do ágio	recuperabilidade de ativos	recuperabilidade de ativos
Saldo em 01/01/2010	8.635.540	(211.199)	8.424.341
(+/-) Ganhos/perdas na conversão	(443.075)	15.888	(427.187)
(+) Adições	160.944	-	160.944
Saldo em 31/12/2010	8.353.409	(195.311)	8.158.098
(+/-) Ganhos/perdas na conversão	996.827	(19.168)	977.659
(+) Ajustes de alocação do preço de compra	20.032	-	20.032
Saldo em 31/12/2011	9.370.268	(214.479)	9.155.789

A composição do ágio por segmento é a seguinte:

	Consolidado	
	2011	2010
Brasil	380.644	380.644
Ágios Especiais	2.016.947	1.800.754
América Latina	6.974.953	6.877.868
América do Norte	9.155.789	8.158.098

**Avaliação da recuperação do ágio**  
Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio sobre investimentos, utilizando para isso métodos considerados de mercado, como fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio acumulado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado. Para o exercício findo em 31/12/2011, a Companhia realizou testes de recuperação do ágio para os seguintes segmentos de negócio: (i) siderurgia, representado pelo Gerdau S.A., em que o ágio é monitorado pela Administração com base em projeções de fluxo de caixa descontadas que levaram em consideração premissas como custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo. Os resultados da avaliação da recuperação do ágio são apresentados na nota 27.

**12 - OUTROS INTANGÍVEIS**

Os outros intangíveis referem-se, substancialmente, ao fundo de comércio decorrente da aquisição de empresas e ao desenvolvimento de software.

	Relacionamento com fornecedores	Desenvolvimento de software	Cert. redução emissão carbono	Relacionamento com clientes	Outros	Total
Saldo em 01/01/2010	127.045	-	7.743	849.764	9.248	992.800
Variação cambial	-	-	(2.430)	(30.526)	129	(32.827)
Aquisição	-	82.701	11.897	-	-	94.598
Baixas	-	-	(4.925)	-	-	(4.925)
Amortização	(8.129)	-	-	(170.558)	(918)	(179.605)
Saldo em 31/12/2010	118.916	82.701	12.285	954.462	8.459	1.176.823
Variação cambial	-	-	1.998	111.631	(225)	113.404
Aquisição	-	130.120	11.546	-	-	141.666
Baixas	-	-	(6.075)	-	-	(6.075)
Amortização	(14.991)	-	-	(135.950)	(1.169)	(152.110)
Saldo em 31/12/2011	103.925	212.821	19.754	930.143	7.065	1.273.708
Vida útil média estimada	5 e 20 anos	7 anos	Indeterminado	5 a 20 anos	5 anos	

A composição dos outros intangíveis por segmento é a seguinte:

	2011	2010
Brasil	263.865	190.228
Ágios Especiais	270.143	272.455
América do Norte	739.700	714.140
	1.273.708	1.176.823

A amortização dos outros intangíveis é efetuada ao longo da vida útil média estimada e tem como contrapartida a conta de custo das vendas. As aquisições de 2011 referem-se substancialmente ao projeto de desenvolvimento de software com aplicação na gestão do negócio. Os resultados da avaliação da recuperação dos outros intangíveis são apresentados na nota 27.

	Consolidado	
	2011	2010
Real (R\$)	2.417.719	2.593.903
Dólar Norte-Americano (US\$)	10.000.035	10.763.376
Euro (€)	121.785	183.396
Peso Colombiano (COP\$)	270.718	286.413
Peso Argentino (P\$)	23.014	35.377
Peso Chileno (Ch\$)	2.710	24.373
Peso Mexicano (Mex\$)	61.814	51.186
	12.997.595	13.938.024

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

**13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	Controladora	
	Encargos anuais (%)	2011
Capital de giro (R\$)	4,52%	545.850
Financiamento de investimento (R\$)	11,09%	5.082
Adiantamentos de exportações (US\$)	5,91%	4.311
Financiamento de imobilizado e outros (R\$)	6,23%	2.745
		557.988
		568.397
Parcela de curto prazo (circulante)		312.606
Parcela de longo prazo (não-circulante)		245.382

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Controladora	
	2011	2010
2012	-	300.000
2013	243.003	250.000
2014	451	-
2015	451	-
2016 em diante	245.382	550.000

Encargos anuais (%)

	2011	2010
Capital de giro	5,45%	420.943
Financiamento de investimento	11,09%	5.103

	Consolidado	
	Encargos anuais (%)	2011
Capital de giro (US\$)	2,12%	448.023
Capital de giro (€)	4,13%	39.456
Capital de giro (Ch\$)	1,65%	2.710
Capital de giro (COP\$)	7,63%	101.345
Capital de giro (P\$)	20,60%	23.014
Capital de giro (Mex\$)	6,72%	41.439
Financiamento de imobilizado e outros (US\$)	2,80%	17.240
		1.099.273
		951.905
		616.032
		1.715.305

Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo

	2011	2010
Capital de giro	568.340	939.296
Financiamento de imobilizado	1.423.333	1.497.509

	Consolidado	
	Encargos anuais (%)	2011
Capital de giro (US\$)	3,06%	1.465.818
Capital de giro (€)	4,13%	82.329
Capital de giro (Mex\$)	6,72%	20.175
Capital de giro (COP\$)	7,31%	169.373
Capital de giro (P\$)	6,70%	759.966
Capital de giro (Ch\$)	1,65%	2.710
Capital de giro (COP\$)	5,91%	96.998
Capital de giro (Mex\$)	4,63%	27.542
Capital de giro (Ch\$)	3,37%	361.460
Capital de giro (Mex\$)		11.798.322
Capital de giro (Mex\$)		(616.032)
Capital de giro (Mex\$)		11.182.290
Capital de giro (Mex\$)		12.997.595

Menos: parcela circulante

	2011	2010
Capital de giro	12.997.595	13.938.024

Os empréstimos e financiamentos denominados em reais são indexados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) - taxa de juros definida trimestralmente pelo Governo Federal, utilizada para correção de empréstimos de longo prazo concedidos pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ou pelo IGPM (Índice Geral de Preços - Mercado; Índice de Inflação Brasileiro, apurado pela Fundação Getúlio Vargas). Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

**a) Term Loan Facility**  
Em 21/04/2011, a Companhia pagou antecipadamente a totalidade do saldo de financiamento do Term Loan Facility no montante de US\$ 1,3 bilhão (R\$ 2,1 bilhões). Em virtude da liquidação deste financiamento, a Companhia reconheceu uma despesa em virtude da amortização do saldo remanescente de custos financeiros deferidos de R\$ 13,6 milhões.  
**b) Linha de Crédito Global**  
Em 18/08/2011, a Companhia concluiu a operação Senior Unsecured Global Working Capital Credit Agreement que é uma linha de crédito revólver de US\$ 1 bilhão com objetivo de prover liquidez às subsidiárias da Companhia. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. Essa linha de crédito committed é dividida em duas tranches de US\$ 500 milhões, sendo uma das tranches destinada para crédito em América do Norte e a outra para as subsidiárias da América Latina e Espanha. Devido à contratação desta linha, foram canceladas as outras linhas de crédito que as controladas da América do Norte e a controlada Gerdau MacSteel Inc. detinham. O prazo total da operação é de 3 anos. Em 31/12/2011, o saldo do principal nesta operação era de US\$ 329,8 milhões (R\$ 618,6 milhões em 31/12/2011) e está classificado como capital de giro (US\$).

**c) Term Years Bonds**  
**Bond 2011**  
Em 01/10/2010, a subsidiária Gerdau Trade Inc. concluiu operação financeira de emissão de bonds no valor total de US\$ 1,25 bilhão e vencimento final em 30/01/2021. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A. Em 31/12/2011, o saldo de principal nesta operação era de R\$ 2.344.750. Parte dos recursos desta emissão foram utilizados para liquidação antecipada das obrigações ao portador (Bond Perpétuo), no valor de US\$ 600 milhões (R\$ 1.031 milhões na data do resgate). Estas obrigações foram captadas em 15/09/2005 e não tinham vencimento final, sendo que a partir de 22/09/2010, a Gerdau passou a ter o direito de exercer a recompra dos títulos.  
**Bond 2020**  
Em 18/11/2009, a subsidiária Gerdau Trade Holdings Inc. concluiu operação financeira de emissão de bonds no valor total de US\$ 1,25 bilhão e vencimento final em 20/01/2020. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A. Em 31/12/2011, o saldo de principal nesta operação era de US\$ 1,25 bilhão (R\$ 2.344.750 em 31/12/2011).

**Bond 2017**  
Em 22/10/2007, a subsidiária GTL Trade Finance Inc. concluiu operação financeira de emissão de bonds no valor total de US\$ 1 bilhão com posterior reabertura para adicionais US\$ 500 milhões, totalizando dívida de US\$ 1,5 bilhão e vencimento final em 20/10/2017. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A. Em 31/12/2011, o saldo de principal nesta operação era de US\$ 1,5 bilhão (R\$ 2.813.700 em 31/12/2011).  
**d) ECGD - Export Credits Guarantee Department**  
Em 16/06/2011, a subsidiária Gerdau Açominas S.A. concluiu operação financeira para financiamento de investimentos no valor de US\$ 251,5 milhões (R\$ 466,4 milhões) e vencimento final em 03/09/2023. A Companhia presta garantia nesta operação. As seguintes instituições financeiras são parte credora nessa operação: Deutsche Bank AG, London Branch; HSBC Limited, Tokyo Branch; Citibank Europe plc e BNP Paribas. Esta operação conta ainda com seguro de crédito pela ECGD (Export Credits Guarantee Department, agência de incentivo à exportação do Reino Unido). Em 31/12/2011, o saldo de principal desta operação era US\$ 76,9 milhões (R\$ 144,3 milhões em 31/12/2011) e está classificado na linha de financiamento de imobilizado.

**e) Covenants**  
Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados covenants financeiros em alguns dos contratos de dívida. Seguem abaixo breves descrições dos covenants financeiros requeridos nos contratos de dívida.

**I) Consolidated Interest Coverage Ratio** (nível de cobertura da despesa financeira) - mede a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA conforme definido no contrato com os bancos (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização, reversão/perdas pela não recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação). O índice contratual indica que o EBITDA dos últimos 12 meses deve representar, no mínimo, 3 vezes a despesa financeira do mesmo período. Em 31/12/2011 este índice era de 4,3 vezes;

**II) Consolidated Leverage Ratio** (nível de cobertura da dívida) - mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA conforme definido no contrato com os bancos. O índice contratual indica que o nível de endividamento bruto não pode ultrapassar 4 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Em 31/12/2011 este índice era de 2,9 vezes;

**III) Required Minimum Net Worth** (Patrimônio Líquido mínimo requerido) - mede o Patrimônio Líquido mínimo requerido. O índice contratual indica que o Patrimônio Líquido deve ser superior a R\$ 3.795.200. Em 31/12/2011 o Patrimônio Líquido era R\$ 26.519.803; e





CONTINUAÇÃO

	Consolidado 2010				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Obrigações contratuais					
Fornecedores	1.783.274	1.783.274	-	-	-
Empréstimos e financiamentos - Circulante	1.577.968	1.577.968	-	-	-
Empréstimos e financiamentos - Não-circulante	12.360.056	-	4.137.227	790.504	7.432.325
Salários a pagar	475.237	475.237	-	-	-
Debêntures	731.971	115.069	504.373	14.452	98.077
Partes relacionadas	722	-	-	-	722
Opção de compra de participação remanescente da PCS	40.341	40.341	-	-	-
Opção de compra e venda de participação remanescente na Sipar	11.497	-	-	-	11.497
Opção de venda concedida ao Grupo Santander e Corporación Sideron	464.868	-	-	464.868	-
<b>Total</b>	<b>17.445.934</b>	<b>3.991.889</b>	<b>4.641.600</b>	<b>1.281.321</b>	<b>7.931.124</b>

Análise de sensibilidade:

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade que podem ser assim resumidos:

Impacto na Demonstração dos Resultados

Premissa	Variação	2011
Varições na moeda estrangeira	5%	51.584
Varições nas taxas de juros	0,1%	74.285
Varições no preço dos produtos vendidos	1%	354.068
Varições no preço das mercadorias e no preço das matérias-primas	1%	219.458
Swaps de taxas de juros	0,1%	1.382
Contratos futuros de Dólar	5%	6.505

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira (Foreign currency sensitivity analysis):

A Companhia possui exposição de variações em moeda estrangeira, principalmente nos Empréstimos e financiamentos no montante de US\$ 550,1 milhões. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes Empréstimos e financiamentos em aberto na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Em 31/12/2011, a Companhia está principalmente exposta a variações entre o Real e o Dólar, em virtude de suas controladas localizadas fora do Brasil terem empréstimos tomados principalmente na mesma moeda das suas moedas funcionais. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de câmbio montou, em 31/12/2011, a R\$ 51.584 (R\$ 88.535 em 31/12/2010) e representa uma receita se ocorrer uma apreciação do Real frente ao Dólar ou uma despesa no caso de uma depreciação do Real frente ao Dólar.

Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros (Interest rate sensitivity analysis): a Companhia possui exposição a riscos de taxas de juros em seus Empréstimos e financiamentos e Debêntures. A análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 0,1% sobre estes Empréstimos e financiamentos e Debêntures em aberto na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de juros montou, em 31/12/2011, a R\$ 74.285 (R\$ 77.516 em 31/12/2010) e impactaria a conta de Despesas Financeiras na Demonstração Consolidada dos Resultados. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta às, relacionadas aos Empréstimos e financiamentos e Debêntures, são apresentadas nas notas 14.1 e 14.2, respectivamente compostas por Libor e CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Em virtude da natureza dos contratos de swap de taxa de juros, o impacto calculado considerando esta variação na taxa de juros montou, em 31/12/2011, a R\$ 1.382 (R\$ 3.347 em 31/12/2010). Estes swaps foram contratados para eliminar as variações de taxa variável para taxa fixa (passivo). Em 31/12/2011, estes efeitos seriam reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados, no montante de R\$ 1.382 (R\$ 3.347 em 31/12/2010). Estes efeitos de alterações nos hedge de fluxos de caixa são registrados na Demonstração Consolidada dos Resultados. Os swaps de taxas de juros que a Companhia está exposta são apresentados na nota 15.e.

Análise de sensibilidade dos contratos futuros de Dólar: A Companhia possui exposição a contratos futuros de Dólar para alguns de seus ativos e passivos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% do Dólar frente ao Peso colombiano e ao Real, e os seus efeitos na marcação a mercado desses derivativos. Um aumento de 5% do Dólar frente a estas moedas representa uma despesa de R\$ 6.505 (R\$ 3.941 em 31/12/2010), e uma redução de 5% do Dólar frente a estas moedas representa uma receita de R\$ 6.505 (R\$ 3.941 em 31/12/2010). Estes Contratos futuros de Dólar foram contratados para cobertura da posição ativa (exportação). Estes efeitos seriam registrados na Demonstração dos Resultados. Os contratos futuros de Dólar que a Companhia está exposta são apresentados na nota 15.e. Conforme determinado pela Instrução CVM Nº 475/08, segue quadro demonstrativo de análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo:

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Contratos futuros de dólar	Variação na taxa de câmbio	6.505	32.423	64.902
Contratos swap	Variação na Libor	1.382	2.940	5.781
Contrário			25%	50%

d) Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora				Consolidado			
	Empréstimos e recebíveis	Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidas no resultado	Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidas no Patrimônio Líquido	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidas no resultado	Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidas no Patrimônio Líquido	Total
<b>2011</b>								
<b>Ativos</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	121.461	-	-	121.461	1.476.599	-	-	1.476.599
Aplicações financeiras	-	1.520.582	-	1.520.582	-	3.095.359	6.290	3.101.649
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	140	-	140
Contas a receber de clientes	177.281	-	-	177.281	3.602.748	-	-	3.602.748
Partes relacionadas	5.064	-	-	5.064	111.955	-	-	111.955
Outras contas a receber	11.809	-	-	11.809	484.592	-	-	484.592
<b>Total</b>	<b>315.615</b>	<b>1.520.582</b>	<b>-</b>	<b>1.836.197</b>	<b>5.655.894</b>	<b>3.095.499</b>	<b>6.290</b>	<b>8.757.683</b>
Resultado financeiro	18.518	124.442	-	142.960	379.651	276.645	-	656.296
<b>Passivos</b>								
Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidas no resultado	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidas no Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2010</b>								
<b>Ativos</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	51.739	-	-	51.739	1.061.034	-	-	1.061.034
Aplicações financeiras	-	146.909	-	146.909	-	1.105.902	36.356	1.142.258
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	6.312	-	6.312
Contas a receber de clientes	226.592	-	-	226.592	3.153.027	-	-	3.153.027
Partes relacionadas	1.307	-	-	1.307	35.037	-	-	35.037
Outras contas a receber	11.566	-	-	11.566	408.941	-	-	408.941
<b>Total</b>	<b>291.204</b>	<b>146.909</b>	<b>-</b>	<b>438.113</b>	<b>4.658.039</b>	<b>1.112.214</b>	<b>36.356</b>	<b>5.806.609</b>
Resultado financeiro	9.809	44.573	-	54.382	148.361	198.973	-	347.334
<b>Passivos</b>								
Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidas no resultado	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidas no Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 31/12/2011, todos os instrumentos financeiros derivativos são swaps de taxas de juros e Contratos futuros de Dólar. Estes instrumentos foram registrados a valor justo, sendo as perdas e/ou ganhos realizados e não realizados apresentados na conta Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido na Demonstração dos Resultados.

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento de risco é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre no final dos contratos quando o derivativo é encerrado. O monitoramento do impacto destas transações (MTM) é analisado mensalmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos

os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Política interna, não são mantidas captações em moedas nas quais não exista uma correspondente geração de caixa.

Política de uso de derivativos: conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou um passivo despojado, nunca alavancando a posição. O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor de dívida e/ou dos ativos.







CONTINUAÇÃO

As ações decorrem do acidente ocorrido em 23/03/2002 com os regeneradores do alto-forno, que resultou em perda de produção, danos materiais e lucros cessantes. Em 2002 pleiteou-se uma indenização aproximada de R\$ 110 milhões, com base nos custos incorridos durante parte do período de paralisação do equipamento e gastos imediatos incorridos para recuperá-lo provisoriamente. Posteriormente, novos valores foram acrescidos à discussão, como consta na contestação da Companhia, embora ainda não contabilizados. Está-se atualmente com as perdas de engenharia e contábil em andamento.

A Administração acredita que não seja provável a possibilidade de que eventuais perdas decorrentes de outras contingências venham a afetar o resultado das operações ou a posição financeira consolidada da Companhia.

III) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2011, 2010. Rows include Tributários, Trabalhistas, Cíveis.

18 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS I

a) Composição dos saldos de mútuos

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2011, 2010. Rows include Mútuos ativos, Empresas controladas, Empresas associadas, Mútuos passivos, Controladoras, Metalúrgica Gerdau S.A., Empresas controladas, Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Trade Inc., Outros.

Mútuos passivos

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2011, 2010. Rows include Controladoras, Metalúrgica Gerdau S.A., Empresas controladas, Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Trade Inc., Outros.

(Despesas) Receitas financeiras líquidas

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2011, 2010.

b) Operações comerciais

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2011, 2010. Rows include Compras, Vendas, Contas a receber, Contas a receber, Empresas controladas, Gerdau Comercial de Aços S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau AZA S.A., Diaco S.A., Gerdau Açominas Overseas Ltd., Gerdau Laisa S.A., Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A., Siderúrgica Zuliana, C.A., Siderúrgica Tutillán, S.A. de C.V., Sideron Villares Rolling Mill Rolls SL, Villares Corporation of America.

No período de 12 meses findos em 31/12/2011 e 2010, a Companhia, através de suas controladas, efetuou operações comerciais com algumas de suas empresas associadas e com controle compartilhado decorrentes de vendas no montante de R\$ 389.569 em 31/12/2011 (R\$ 125.871 em 31/12/2010) e de compras no montante de R\$ 155.320 em 31/12/2011 (R\$ 0 em 31/12/2010). O saldo líquido de contas a receber montou R\$ 49.054 em 31/12/2011 (R\$ 2.530 em 31/12/2010).

Para os administradores, a outorga de opção de compra de ações observa a seguinte distribuição:

Table with 4 columns: 2004, 2005, 2005, 2006. Rows include Início do período de carência, Exerce a partir de, Preço de exercício por ação (R\$), Totais (para conselheiros e diretores), Opções Exercidas, Opções Anuladas.

19 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS I

Considerando todas as modalidades de benefícios a empregados concedidos pela Companhia e suas controladas, a posição de ativos e passivos é a seguinte, em 31/12/2011:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2011, 2010. Rows include Ativo atuarial com plano de pensão - contribuição definida, Total do ativo, Passivo atuarial com plano de pensão - benefício definido, Passivo atuarial com o benefício de saúde pós-emprego, Passivo com benefício de aposentadoria e desligamento, Total do passivo.

a) Plano de pensão com benefício definido - pós emprego

A Companhia co-patrocinou plano de pensão de benefício definido, que cobre, substancialmente, todos os seus colaboradores no Brasil ("Plano Gerdau" e "Plano Açominas"), conjuntamente, planos brasileiros, os quais são administrados pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar, e proporcionam complementação de benefícios previdenciários aos empregados e aposentados da Companhia e de suas subsidiárias no Brasil. Os ativos dos Planos consistem, principalmente, de investimentos em certificados de depósito bancário, títulos públicos federais e títulos e valores mobiliários. O Plano Açominas é um plano totalmente coberto pelas contribuições da entidade e dos seus empregados e o Plano Gerdau é um plano totalmente coberto pelas contribuições da entidade.

Em 14/10/2010 a Companhia, através da Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, aprovou na Previc (orgão regulador da previdência complementar no Brasil) o saldamento dos planos de pensão de benefício definido ("Plano Gerdau" e "Plano Açominas"), sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldado. Todos os participantes destes planos, agora saldados, poderiam: (i) optar por aderir a um novo plano de contribuição definida, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano saldado para o novo Plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e da patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou (ii) não transferir a reserva e manter o benefício saldado no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). O novo plano de contribuição definida foi desenvolvido após análise dos melhores planos de previdência no Brasil, do perfil e das necessidades mais frequentes dos colaboradores, com objetivo de oferecer um plano alinhado às melhores práticas do mercado.

c) Operações financeiras

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2011, 2010. Rows include Despesas, 2011, 2010.

Controlador Indac - Ind. Adm. e Comércio S.A. (10.130) (10.662)

(\*) Garantias por avais de financiamentos.

d) Avals concedidos

A Companhia é avalista da associada Dona Francisca Energética S.A., em contratos de financiamento de valor total atual de R\$ 23.991 em 31/12/2011, pela quota parte correspondente de 51,62% em garantia solidária. A Companhia é avalista da controlada Gerdau Açominas S.A. em contratos de financiamentos, no montante de R\$ 1.458.268 em 31/12/2011.

A Companhia é garantidora da controlada Empresa Siderúrgica del Peru S.A.A. - Siderperú em empréstimo sindicalizado, no limite aprovado de até US\$ 150 milhões (R\$ 281.370 em 31/12/2011), sendo que, em 31/12/2011, o valor utilizado era de US\$ 8 mil (R\$ 15). A Companhia também é garantidora da mesma controlada em contrato de abertura de linha de crédito de US\$ 70 milhões (R\$ 131.306 em 31/12/2011).

A Companhia e as controladas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. prestam aval solidário a GTL Trade Finance Inc. referente à emissão de bônus com vencimento em 10 anos (Ten Years Bonds) no montante de US\$ 1,5 bilhão (R\$ 2.813.700 em 31/12/2011). A Companhia presta garantia referente a obrigações a serem assumidas pela empresa Diaco S.A., em financiamento junto ao banco BBVA Colômbia, no valor de COP\$ 61,5 bilhões, equivalentes a US\$ 35 milhões (R\$ 65.653 em 31/12/2011).

A Companhia presta garantia para sua subsidiária Gerdau Aços Especiais S.A., em contrato de compra e venda de energia elétrica no valor atual de R\$ 8.354 em 31/12/2011.

A Companhia e as controladas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. prestam aval solidário a empresa Gerdau Holding Inc. referente à emissão de bônus com vencimento em 10 anos (Ten Years Bonds) no montante de US\$ 1,25 bilhão (R\$ 2.344.750 em 31/12/2011).

A Companhia é garantidora da associada Industrias Nacionales C. por A. em contrato com o Banco BNP Paribas para financiar obra civil e equipamentos auxiliares no valor de US\$ 25 milhões (R\$ 46.895 em 31/12/2011). A Companhia também é garantidora da mesma associada em contrato com o Banco BNP Paribas para financiar 85% dos equipamentos principais no limite de até US\$ 34,9 milhões (R\$ 65.465 em 31/12/2011), sendo que, em 31/12/2011, o valor utilizado era de US\$ 32,9 milhões (R\$ 61.672).

A Companhia presta garantia referente linha de capital de giro para associada Gerdau Corsa S.A. de C.V., com o banco BBVA, no valor de até US\$ 44,5 milhões (R\$ 83.473 em 31/12/2011).

A Companhia e as controladas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. prestam aval solidário a controlada Gerdau Trade Inc. referente à emissão de bônus com vencimento em 10 anos (Ten Years Bonds), no valor de US\$ 1,25 bilhão (R\$ 2.344.750 em 31/12/2011).

A Companhia é avalista da controlada Gerdau Açominas S.A. em contrato de financiamento junto ao Banco Santander (Brasil), no montante de US\$ 40,5 milhões (R\$ 75.970 em 31/12/2011).

A Companhia é avalista da controlada Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A., co-tornadora de linha de crédito global, para melhoria da estrutura da dívida e financiamento de capital de giro, no valor de US\$ 80 milhões (R\$ 150.064 em 31/12/2011).

A Companhia é avalista da associada Industrias Nacionales C. por A., co-tornadora de linha de crédito global, para melhoria da estrutura da dívida e financiamento de capital de giro, no valor de US\$ 60,9 milhões (R\$ 114.154 em 31/12/2011).

A Companhia é avalista da controlada Diaco S.A., co-tornadora de linha de crédito global, para financiamento de capital de giro, nos valores de US\$ 10 milhões (R\$ 18.756 em 31/12/2011), US\$ 35 milhões (R\$ 65.653 em 31/12/2011) e US\$ 60 milhões (R\$ 112.548 em 31/12/2011).

A Companhia é avalista da controlada Aceros Corsa S.A. de C.V., co-tornadora de linha de crédito global, para financiamento de capital de giro, no valor de US\$ 73 milhões (R\$ 136.570 em 31/12/2011).

A Companhia é avalista da controlada Siderúrgica Tutillán S.A. de C.V., co-tornadora de linha de crédito global, para financiamento de capital de giro, no valor de US\$ 10,9 milhões (R\$ 20.434 em 31/12/2011).

e) Debêntures
Das debêntures em circulação, estão em poder de empresas controladas, títulos no montante de R\$ 511.726 em 31/12/2011 (R\$ 450.628 em 31/12/2010), que corresponde a 113.578 debêntures (110.750 em 31/12/2010). Em termos consolidados, estão em poder de acionistas controladores, direta ou indiretamente, títulos no montante de R\$ 490.931 em 31/12/2011 (R\$ 456.397 em 31/12/2010), que corresponde a 149.462 debêntures (161.071 em 31/12/2010).

f) Condições de preços e encargos
Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil são atualizados pela variação mensal do CDI, cuja variação acumulada em 31/12/2011 foi de 11,6% (9,75% em 31/12/2010). Os contratos com empresas no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

g) Remuneração da Administração

A Controladora pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$ 2.597 (R\$ 2.720 em 31/12/2010), em termos consolidados foi pago um total de R\$ 50.548 em 31/12/2011 (R\$ 42.302 em 31/12/2010). Em 31/12/2011, as contribuições para os planos de pensão no consolidado, relativas aos seus administradores, totalizaram R\$ 0 - Plano de benefício definido e R\$ 1.180 - Plano de contribuição definida (R\$ 415 e R\$ 379 em 31/12/2010, respectivamente).

Adicionalmente, as subsidiárias canadenses e americanas da Companhia patrocinam planos de benefício definido ("Plano Canadense" e "Plano Americano") conjuntamente. Planos norte-americanos, cobrindo substancialmente todos os seus colaboradores, e proporcionam complementação de benefícios de aposentadoria aos empregados da Gerdau Ameristeel Corporation e suas subsidiárias e Gerdau MacSteel. Os ativos dos Planos consistem de investimentos, principalmente, em títulos e valores mobiliários. As premissas adotadas para os planos de pensão podem ter um efeito significativo sobre os montantes divulgados para estes planos. Em virtude do processo de migração e encerramento dos planos de pensão brasileiros, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos para estes planos, sendo apresentados abaixo os possíveis efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado de mudanças para os planos norte-americanos:

Table with 4 columns: Aumento de 1%, Redução de 1%, 2011, 2010. Rows include Taxa de desconto, Taxa de retorno esperada dos ativos, O saldo acumulado reconhecido nos resultados abrangentes para os benefícios a empregados apresentados a seguir é R\$ (285.923) (R\$ (123.180) em 31/12/2010) para a controladora e R\$ (994.105) (R\$ (759.458) em 31/12/2010) para o consolidado.

Planos brasileiros

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente do benefício definido é a seguinte:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2011, 2010. Rows include Custo do serviço corrente, Custo dos juros, Retorno esperado dos ativos do plano, Reduções, Liquidações, Benefício líquido com plano de pensão.

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2011, 2010. Rows include Total das obrigações, Valor justo dos ativos do plano, Saldo ativo, Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação, Ativo líquido, Ativo reconhecido.



CONTINUAÇÃO

Table with columns for 2011 and 2010. Rows include: Variação nos ativos do plano, Contribuições dos patrocinadores, Contribuições dos participantes, Subsídio Médico, Pagamentos de benefícios, Valor justo dos ativos do plano no final do exercício, O histórico dos ganhos e perdas atuariais do plano é o seguinte: Valor presente da obrigação de benefício definido, Déficit, Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho), Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas na Demonstração dos Resultados Abrangentes são as seguintes: Perda atuarial na obrigação, Perda atuarial reconhecida nos Resultados Abrangentes, As premissas adotadas na contabilização dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

Taxa média de desconto: 4,75% (2011) vs 5,25% (2010). Tratamento de saúde - taxa assumida próximo ano: 8,00% (2011) vs 8,00% (2010). Tratamento de saúde - taxa assumida de declínio de custo a alcançar nos anos de 2016 a 2019: 5,00% - 5,50% (2011) vs 5,00% - 5,50% (2010). Efeito sobre o total do custo do serviço e custo de juros: 2.626 (2011) vs 2.142 (2010). Efeito sobre as obrigações do plano de benefício: 47.244 (2011) vs 38.834 (2010). d) Outros benefícios de aposentadoria e desligamento: A Companhia estima que o saldo a pagar, por conta de indenizações para os executivos no momento de sua aposentadoria ou desligamento e outros benefícios é de R\$ 272.782 em 31/12/2011 (R\$ 179.312 em 31/12/2010). Os valores referem-se, substancialmente, ao Plan Social mantido pela Corporação Sideror e suas subsidiárias e foi aprovado pelos representantes dos colaboradores. O Plano permite o aumento da produtividade por meio da redução de postos de trabalho, possibilitada através de um plano de investimentos em melhorias tecnológicas. O Plano também tem por objetivo promover a renovação da força de trabalho através da contratação de colaboradores mais jovens, na medida em que ocorre a aposentadoria dos colaboradores mais antigos. Os benefícios deste plano visam à complementação salarial até a data de aposentadoria, ajuda de custo e demais benefícios decorrentes do desligamento e da aposentadoria dos colaboradores.

Table with columns for 2011 and 2010. Rows include: Acionistas, Metalúrgica Gerdau S.A., Investidores institucionais brasileiros, Investidores institucionais estrangeiros, Outros acionistas, Ações em tesouraria.

As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias, na distribuição de lucros.

b) Ações em tesouraria

Table with columns for 2011 and 2010. Rows include: Saldo inicial, Recompras, Exercício de opção de compra de ações, Saldo final.

Em 31/12/2011, a Companhia mantém em tesouraria 13.062.834 ações preferenciais (10.289.314 em 31/12/2010) pelo valor de R\$ 236.642 (R\$ 160.848 em 31/12/2010). Estas ações serão mantidas em tesouraria para posterior cancelamento ou utilizadas para atender ao "Programa de Incentivo de Longo Prazo" da Companhia. Em 2011, foram utilizadas 1.325.480 ações para atendimento dos exercícios de opções de ações (495.683 em 31/12/2010), com perdas de R\$ 9.133 (R\$ 7.900 em 31/12/2010) registrados em reserva de investimento e capital de giro. O custo médio de aquisição das ações em tesouraria é de R\$ 18,11 (R\$ 15,65 em 31/12/2010).

c) Outras reservas - é composto pela despesa com plano de opções de ações reconhecida e pelas opções de ações exercidas, plano de benefício a empregados, efeitos de acionistas não controladores sobre entidades consolidadas e ágio na emissão de ações.

d) Reservas de lucros

i) Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

ii) Incentivos fiscais - pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos.

iii) Investimentos e Capital de Giro - é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos do dividendo mínimo e seu saldo não poderá exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. Também considera realocações de saldos entre o patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas controladores e o atribuído a participação dos acionistas não-controladores, como consequência de complemento decorrente de aquisição de participação adicional em empresas já controladas pela Companhia.

e) Ajustes de avaliação patrimonial - são compostos pelos ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira, ganhos e perdas não realizadas em hedge de investimento líquido, ganhos e perdas não realizadas em coberturas de fluxo de caixa e ganhos e perdas não realizadas em ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Dividendos e juros sobre o capital próprio - os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. A Companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei Nº 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação deste valor foi demonstrado como dividendos, não afetando o resultado. O benefício fiscal referente ao imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício foi de R\$ 52.198. O montante de juros sobre o capital próprio e dividendos creditados no exercício foi de R\$ 596.733 conforme está demonstrado a seguir:

Table with columns for 2011 and 2010. Rows include: Lucro líquido do exercício, Constituição da reserva legal, Constituição da reserva de incentivos fiscais, Lucro líquido ajustado.

Table with columns for 2011 and 2010. Rows include: Período, Natureza, R\$/ação, Ações em circulação (mil), Crédito, Pagamento, 2011, 2010. Rows include: 1º trimestre - Juros, 1º trimestre - Dividendos, 2º trimestre - Dividendos, 2º trimestre - Juros, 3º trimestre - Juros, 3º trimestre - Dividendos, 4º trimestre - Dividendos, Juros sobre capital próprio e dividendos, Crédito por ação (R\$).

O lucro remanescente do exercício foi destinado à constituição de reserva estatutária para investimentos e capital de giro na forma do estatuto social.

20 - PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS I

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para o provimento e tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas, que montam R\$ 68.419 em 31/12/2011 (R\$ 72.933 em 31/12/2010) (R\$ 31.798 e R\$ 29.191 no passivo circulante em 31/12/2011 e 31/12/2010, respectivamente, R\$ 36.621 e R\$ 42.902 no passivo não-circulante em 31/12/2011 e 31/12/2010, respectivamente). São R\$ 20.121 para as subsidiárias brasileiras (R\$ 20.974 em 31/12/2011) e R\$ 48.298 para as subsidiárias no exterior (R\$ 51.119 em 31/12/2010). A Companhia utiliza premissas e estimativas para a determinação dos montantes emévidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização das investigações e desativação do leg impactado ambiental. A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO I

a) Capital social O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 1.500.000.000 ações ordinárias e 3.000.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. No caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 dias, exceto quando se tratar de oferta pública, quando o prazo decadencial não será inferior a 10 dias.

A reconciliação do número de ações ordinárias e preferenciais, em circulação, no início e no fim dos períodos é apresentada a seguir:

Table with columns for 2011 and 2010. Rows include: Saldo no início do exercício, Aquisições de ações para tesouraria, Emissão de ações, Exercício de opções de compra de ações, Saldo no fim do exercício.

Oferta Pública de Ações: Em 21/03/2011, a Gerdau S.A. divulgou fato relevante sobre a realização de oferta pública de ações. Em 12/04/2011, o Conselho de Administração da Gerdau S.A. aprovou a emissão de 68.026.910 ações ordinárias e 134.830.100 ações preferenciais, totalizando um aumento de capital de R\$ 3.597.829 (líquido dos custos de aumento de capital de R\$ 58.870), realizado no âmbito da oferta de distribuição pública primária de ações de emissão da Companhia. Em virtude desta emissão de ações, o capital social da Companhia passou de R\$ 15.651.352 para R\$ 19.249.181.

Em 31/12/2011 estavam inscritas e integralizadas 573.627.483 ações ordinárias e 1.146.031.245 ações preferenciais, totalizando o capital social realizado em R\$ 19.249.181 (líquido dos custos de aumento de capital). Em 31/12/2010, estavam inscritas e integralizadas 505.600.573 ações ordinárias e 1.011.201.145 ações preferenciais, totalizando o capital social realizado em R\$ 15.651.352. A composição acionária está assim representada:

Table with columns for 2011 and 2010. Rows include: Ord. %, Pref. %, Total %, Ord. %, Pref. %, Total %, Acções em tesouraria.

22 - LUCRO POR AÇÃO (EPS) I

Conforme requerido pelo IAS 33 (CPC 41), Earnings per Share (Lucro por ação), as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Table with columns for 2011 and 2010. Rows include: Numerador básico, Denominador básico, Lucro por ação (em R\$) - Básico, Diluído.

Numerador diluído

Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias e preferenciais: 1.333.784 (2011) vs 1.398.591 (2010). Ajuste ao lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais, como resultado do plano de opções de ações da Gerdau... 769 (2011) vs 1.141 (2010).

Denominador diluído

Média ponderada das ações: Ações ordinárias: 550.305.197 (2011) vs 494.888.956 (2010). Ações preferenciais: 1.092.338.207 (2011) vs 930.434.530 (2010). Média ponderada das ações preferenciais: 1.092.338.207 (2011) vs 930.434.530 (2010). Potencial incremento nas ações preferenciais em função do plano de opções de ações: 1.881.752 (2011) vs 2.188.845 (2010). Total: 1.094.219.959 (2011) vs 932.623.375 (2010). Lucro por ação (em R\$) - Diluído (ações ordinárias e preferenciais): 1,22 (2011) vs 1,50 (2010).

23 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS I

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

Table with columns for 2011 and 2010. Rows include: Receita bruta de vendas, Impostos incidentes sobre vendas, Descontos, Receita líquida de vendas.

24 - PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO I

i) Gerdau S.A. A Assembleia Geral Extraordinária da Gerdau S.A. de 30/04/2003 decidiu, com base em plano previamente aprovado e dentro do limite do capital autorizado, outorgar opção de compra de ações preferenciais aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, aprovando a criação do referido plano, que consistirá na forma de remuneração de executivos estratégicos da Companhia, instituindo o "Programa de Incentivo de Longo Prazo". As opções devem ser exercidas em um prazo máximo de cinco anos após a carência. O Plano de Opções prevê que 75% das opções outorgadas a administradores apenas serão exercíveis se forem atendidas as metas de desempenho estabelecidas para o período pelo Comitê Executivo.

a) Resumo da movimentação do plano de incentivo de longo prazo:

Table with columns: Ano da outorga, Preço de exercício - R\$, Prazo de carência, Preço médio de mercado acumulado, Saldo inicial em 31/12/2010, Outorgadas, Expiradas, Exercidas, Saldo final em 31/12/2010. Includes a stamp: '1ª Ofício de ações F. Quantidade de ações Sala 403 Sala 403 N.º 22-1-2010'.

100 Cotação média acumulada da ação no período

Table with columns: Ano da outorga, Preço de exercício - R\$, Prazo de carência, Preço médio de mercado acumulado, Saldo inicial em 31/12/2009, Outorgadas, Expiradas, Exercidas, Saldo final em 31/12/2010.

100 Cotação média acumulada da ação no período

A Companhia possui, em 31/12/2011, um total de 13.062.834 ações preferenciais em tesouraria. Essas ações poderão ser utilizadas para atendimento deste plano. As opções exercidas antes do prazo final de carência foram decorrentes de aposentadoria ou morte.

b) Histórico da outorga do plano de incentivos de longo prazo:

Table with columns: 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, Média. Rows include: Total de opções de compra de ações outorgadas, Preço de exercício - R\$, Valor justo das opções na data de outorga - R\$ por opção, Prazo médio de exercício de opção na data da outorga (anos).

101 Calculado considerando o modelo Black-Scholes.

O total de opções disponíveis em 31/12/2011 é 3.616.616 (2.309.731 em 31/12/2010). O percentual de diluição de participação a que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções é de aproximadamente 0,7%.

O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado foi R\$ 15.318 em 31/12/2011 (R\$ 13.730 em 31/12/2010). a) Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos com remuneração de empregados: A Companhia reconhece o custo com remuneração dos empregados com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga. A Companhia utiliza o modelo de Black-Scholes para precificação do valor justo das opções. Para determinar este valor justo, a Companhia utilizou as seguintes premissas econômicas:

Table with columns: 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, Média. Rows include: Dividend yield, Volatilidade do preço da ação, Taxa de retorno livre de risco, Período esperado até o vencimento.

A Companhia efetua a liquidação deste plano de benefício entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos empregados.

b) Gerdau Ameristeel Corporation - ("Gerdau Ameristeel")

Em fevereiro de 2010, o Conselho de Administração da Gerdau Ameristeel aprovou a adoção do Plano "Equity Incentive Plan" (o "EIP"). Os bônus distribuídos pelo EIP podem assumir a forma de opções de ações, SARs, direitos de ações futuras ("DSUs"), unidades de ações restritas ("RSUs"), unidades de performance das ações ("PSUs"), ações restritas e/ou outras bonificações baseadas em ações. Exceção para as opções de ações, que devem ser liquidadas em ações ordinárias, as bonificações podem ser liquidadas em dinheiro ou em ações ordinárias assim como a Gerdau Ameristeel determinou no momento da outorga.

Para a parte de qualquer bônus que será pago em opções ou SARs, o preço de exercício das opções ou SARs não será inferior ao valor justo de mercado de uma ação ordinária na data da bonificação. O prazo de carência de todos os prêmios incluindo RSUs, DSUs e PSUs é determinado pela Companhia no momento da outorga. Opções e SARs têm um prazo máximo de 10 anos.

Em 12/03/2010, um bônus de aproximadamente US\$ 11,8 milhões (R\$ 20,8 milhões) foi concedido aos participantes do EIP em razão de performance de 2010. A Gerdau Ameristeel emitiu 1.728.888 SARs, 277.621 RSUs e 386.602 PSUs, que serão provisionados ao longo dos respectivos prazos de carência, que compreendem entre quatro a cinco anos.

Em 16/03/2011, um bônus de aproximadamente US\$ 11,2 milhões (R\$ 18,2 milhões) foi concedido aos participantes do EIP em razão de performance de 2011. A Companhia emitiu 1.280.082 SARs, 107.286 RSUs e 214.572 PSUs, que serão provisionados ao longo do prazo de carência de cinco anos.

Juntamente com a proposta de adoção do EIP, a Companhia encerrou os planos de incentivo de longo prazo existentes e nenhuma outra bonificação será concedida nesses planos. Todas as bonificações pendentes destes planos continuarão pendentes até que sejam exercidas, canceladas ou expiradas. Em 31 de dezembro de 2011, existiam 2.353.529 SARs, 1.140.032 "stock options" e 188.769 "phantom shares" pendentes nesses planos. Este bônus é provisionado ao longo do período de carência de 4 anos.

Em 30/08/2010, a Gerdau S.A. adquiriu indiretamente a totalidade das ações ordinárias da Gerdau Ameristeel não já detidas, direta ou indiretamente. Em conexão com a aquisição, todas as opções em circulação, SARs, PSUs, RSUs e "phantom shares" foram convertidas em prêmios em relação aos American Depositary Receipts da Gerdau S.A. ("ADRs"), que representam o direito de receber ações preferenciais da Gerdau S.A.. A conversão foi feita com base no valor relativo de uma ação ordinária da Gerdau Ameristeel para um ADR na data do fechamento do acordo, a fim de manter um valor equivalente intrínseco da sentença no momento da troca. O fator de conversão aplicado foi de 0,7993 (o "fator de conversão"), igual ao preço de fechamento definitivo de uma ação ordinária da Gerdau Ameristeel na New York Stock Exchange ("NYSE"), dividido pelo preço de fechamento de uma ADR na NYSE em 27/08/2010, o último dia de negociação para as ações ordinárias da Gerdau Ameristeel.

Todos os montantes (por exemplo, exercícios, cancelamentos, média ponderada do valor justo, o justo valor, etc.) divulgada nesta nota a respeito do "Equity Incentive Plan" com base a informações anteriores a 30/09/2010 (a "data de modificação") estão em uma base de pré-conversão em relação às ações ordinárias da Gerdau Ameristeel. Todas as quantias divulgadas relacionadas com o Plano, após a data de modificação, estão em uma base de pós-conversão em relação às ADRs.

Modificações de prêmios para opções liquidadas em ações são reconhecidas se os efeitos das modificações aumentarem o valor justo total dos mesmos, ou que tenham algum outro benefício para o empregado. O valor justo incremental concedido é a diferença entre o valor justo do prêmio de ação modificado e aquele do prêmio original, ambos estimados na data da modificação. Se a modificação ocorrer durante o período de aquisição, o valor justo incremental concedido é reconhecido por serviços recebidos durante o período de carência restante, enquanto o valor justo original da data de subvenção do prêmio continua a ser reconhecido em conformidade com o período original de carência. Se a modificação ocorrer após a data de carência, o valor justo incremental concedido é reconhecido imediatamente. O valor justo na data da modificação para todos os prêmios em opções liquidadas em ações da Gerdau Ameristeel foi menor que o valor justo do prêmio original na data da modificação. Como tal, nenhum custo incremental foi reconhecido pelo Gerdau Ameristeel. A modificação não impacta a classificação de Gerdau Ameristeel das outorgas de prêmios em ações e em dinheiro.

Durante o exercício findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os efeitos reconhecidos no resultado referentes aos prêmios em opções liquidadas em ações foram de US\$ 0,8 milhão (R\$ 1,3 milhão) e US\$ 2,7 milhões (R\$ 4,5 milhões), respectivamente. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os efeitos reconhecidos no resultado referentes aos prêmios em opções liquidadas em dinheiro foram de US\$ (8,6) milhões (R\$ (14,4) milhões) e US\$ 9,3 milhões (R\$ 16,4 milhões), respectivamente.

Em 31/12/2011 e 31/12/2010, o passivo em aberto para transações de pagamentos baseados em ações incluídas em outras contas a pagar do passivo não circulante nas informações intermediárias da Gerdau Ameristeel era de US\$ 7,7 milhões (R\$ 14,4 milhões) e US\$ 19,9 milhões (R\$ 33,2 milhões), respectivamente. Em 31/12/2011 e 31/12/2010, o valor intrínseco total de passivos baseados em ações dos quais os participantes tinham adquirido direito ao exercício era de US\$ 3,1 milhões (R\$ 5,8 milhões) e US\$ 5,1 milhões (R\$ 8,5 milhões), respectivamente.

Phantom Shares

Phantom Shares dão ao titular a oportunidade de receber o pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ADRs da Companhia. O prazo de carência das Phantom Shares é de 25% por ano em um período de 4 anos, e os titulares recebem pagamento pelas ações vencidas na data de aniversário da outorga. Os titulares das Phantom Shares não possuem direito de voto, mas acumulam unidades adicionais com base em dividendos pagos pela Gerdau S.A. em suas ADRs em cada data de pagamento de dividendos, as quais são reinvestidas como Phantom Shares adicionais. As despesas relacionadas às Phantom Shares são reconhecidas durante o prazo de carência com base no número de ações próximas do período de carência e aquelas que continuam em circulação no final do período de reporte. Na data da outorga, o valor justo de uma Phantom Share é igual ao valor justo das ações de referência. O valor justo das Phantom Shares é reavaliado a cada emissão das demonstrações financeiras.

Durante o exercício findo em 31/12/2010, todas as Phantom Shares foram convertidas em prêmios em relação a ADRs (com base no valor de conversão). Essa conversão não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Share Appreciation Rights (SARs)

SARs dão ao titular a oportunidade de receber tanto ADRs ou pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ADRs da Companhia, menos o preço de exercício. O preço de exercício é estabelecido pelo preço de fechamento das ações de referência na data da outorga. O prazo de carência das SARs é de um período de 4 a 5 anos e expiram dez anos após a data da outorga. A despesa com este plano é reconhecida com base no valor justo dos prêmios ainda sob carência e que permanecem pendentes no final do período reportado. O modelo Black-Scholes de precificação de opções é usado para calcular uma estimativa do valor justo. A Gerdau Ameristeel pode liquidar as SARs em ações ou em dinheiro. Para as SARs liquidadas em ações a contabilização do valor justo é estimada apenas na data da outorga. Para as SARs liquidadas em dinheiro a contabilização do valor justo é mensurada novamente a cada período reportado.

O valor justo na data da concessão das SARs, de possível liquidação em ações, concedidas durante o exercício findo em 31/12/2011 e 31/12/2010 foi de US\$ 704 e US\$ 4,56 (R\$ 11,79 e R\$ 764), respectivamente, e as principais premissas utilizadas no modelo de precificação Black-Scholes foram as seguintes:

Table with columns: 2011, 2010. Rows include: Dividend yield, Volatilidade do preço da ação, Taxa de retorno livre de risco, Período esperado até o vencimento.

O modelo de precificação de ações Black-Scholes foi desenvolvido para utilização na estimativa do valor justo das opções negociadas, que não têm restrições de resgate. O modelo requer o uso de premissas subjetivas. A volatilidade esperada se baseou na volatilidade histórica das ações da Companhia, bem como outras empresas que operam em ramos de atividades similares. A expectativa de vida (em anos) foi determinada utilizando dados históricos para estimar padrões de exercício das SARs. O valor líquido esperado era baseado no histórico de taxas de dividendos anualizadas. A taxa de juros livre de risco foi baseada na taxa dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos proporcional ao prazo esperado das SARs concedidas.

Restricted Share Units (RSUs)

RSUs dão ao detentor o direito a receber um determinado número de ADRs após um determinado prazo de carência. Conforme determinação da Companhia, a carência das RSUs é de um período de cinco anos. Os titulares de RSUs não têm direito a votar, mas acumulam unidades adicionais com base em dividendos pagos pela Gerdau S.A. em suas ADRs em cada data de pagamento de dividendos, que são reinvestidos como RSUs adicionais. A despesa relacionada às RSUs é reconhecida durante o prazo de carência com base no valor justo das RSUs na data da outorga e no número de unidades que se esperam que sejam concedidas. O valor justo de um RSU é igual ao valor justo das ações de referência, na data da outorga. O valor justo médio ponderado de RSUs outorgadas foi de US\$ 13 e US\$ 789 (R\$ 21,78 e R\$ 13,88) concedidos durante os exercícios findos em 31/12/2011 e 31/12/2010, respectivamente.

Durante o exercício findo em 31/12/2010, todos os RSUs foram convertidos em prêmios em relação às ADRs (com base no fator de conversão), que resultou em um valor médio justo na data de modificação de US\$ 9,87 (R\$ 16,45).

Performance Share Units (PSUs)

PSUs dão ao detentor o direito de receber uma ADRs para cada unidade após o prazo de carência, conforme determinação da Companhia. Os titulares de PSUs acumulam unidades adicionais com base em dividendos pagos pela Gerdau S.A. em suas ADRs em cada data de pagamento de dividendos, que são reinvestidos como PSUs adicionais. O percentual de PSUs inicialmente outorgadas e que se realizam dependem da performance da Companhia no período em relação a metas de performance pré-estabelecidas. A despesa relacionada a cada PSU foi reconhecida durante o período de execução com base no valor justo das PSUs na data da outorga e no número de unidades previstas para a carência. O valor justo de cada PSU é igual ao valor justo das ações de referência, na data da outorga. O valor justo da média ponderada de PSUs outorgadas foi de US\$ 13 e US\$ 789 (R\$ 21,78 e R\$ 13,88) concedidos durante os exercícios findos em 31/12/2011 e 2010, respectivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, todas as PSUs foram convertidas em prêmios em relação às ADRs (com base no fator de conversão) que resultou em um valor médio justo na data de modificação de US\$ 9,87 (R\$ 16,45).

Stock Options

As stock options têm um período de carência de quatro anos. O prazo máximo de uma opção é de 10 anos a contar da data da outorga. O preço de exercício das opções é baseado no valor justo das ações de referência. Não houve nova outorga de stock options, concedidas por esse plano, durante os exercícios findos em 31/12/2011 e 31/12/2010.

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2010, todas as opções de ações da Gerdau Ameristeel foram convertidas em prêmios em relação às ADRs (com base no fator de conversão). A Gerdau Ameristeel reavaliou os prêmios originais na data de modificação e também o valor justo dos novos prêmios na data de modificação. Ambos os valores foram obtidos utilizando o modelo Black-Scholes de precificação de opções. O valor justo na data de modificação dos prêmios foi menor do que o valor original dos prêmios na data de modificação. Desta maneira, nenhum custo incremental foi reconhecido pelo Gerdau Ameristeel.

loplex



CONTABILIZAÇÃO
A seguir apresentamos um resumo das stock options para o exercício findo em 31/12/2011:

Table with columns for 2011 and 2010, and sub-columns for Número de ações, Preço médio de exercício, US\$, and R\$. Rows include No início do exercício, Opções exercidas, No final do exercício, and Opções Disponíveis.

(a) O preço médio ponderado das ações foi computado baseado na data do exercício. O resumo das stock options para o exercício findo em 31/12/2010:

Table with columns for 2010 and sub-columns for Número de ações, Preço médio de exercício, US\$, and R\$. Rows include Movimentação prévia à aquisição da Gerdaul, Opções exercidas, Opções não exercidas, etc.

(b) O número de ações e o preço médio ponderado de exercício antes da substituição de opções que resultou da aquisição da Gerdaul foram referenciados em ações ordinárias da Companhia. Após a substituição de opções, o número de ações e o preço médio ponderado de exercício são referenciados para ADRs da Gerdaul S.A. (c) O preço médio ponderado das ações foi computado baseado na data de exercício.

Table with columns for Preço de exercício, Quantidade, Prazo médio de opções, Preço médio de exercício, and Quantidade disponível em 31/12/2011. Rows show price ranges like US\$ 2,25 a US\$ 4,35.

Informações por segmentos de negócio:

Large table showing financial results by segment: Operação Brasil, Operação América do Norte, Operação América Latina, Operação Aços Especiais, Eliminações e ajustes, and Consolidado. Columns include 2011 and 2010 for each.

Os principais produtos por segmento de negócio são: Operação Brasil: vergalhões, barras, perfis e treliçados, tanques, blocos, placas, fio-máquina e perfis estruturais. Operação América do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves. Operação América Latina: vergalhões, barras e treliçados.

A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas entre segmentos aplicáveis a Companhia no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A informação geográfica da Companhia com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados é a seguinte:

Table showing geographical information with columns for Área geográfica and Consolidado, and rows for Receita líquida de vendas and Ativos totais.

1) Não inclui as operações do Brasil. 2) Não inclui as operações do México.

A norma IFRS estabelece que a Companhia deve divulgar a receita por produto a menos que a informação necessária não esteja disponível e o custo para obtê-la seja excessivo. Neste sentido, a Administração não considera que a informação seja útil na tomada de decisões...

26 - SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação dos especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Table with columns for Modalidade, Abrangência, 2011, and 2010. Rows include Patrimônio, Lucro Cessante, and Responsabilidade Civil.

27 - PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS

A recuperabilidade do ativo e outros ativos de vida longa são avaliados com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se realizar o teste de recuperabilidade. A Companhia realiza testes de recuperação de ativo e outros ativos de vida longa, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade...

III) Gerdaul MacSteel Inc. ("Gerdaul MacSteel")

A Gerdaul MacSteel Inc. e suas subsidiárias possuem planos de incentivos de longo prazo, que foram criados para premiar os colaboradores com bônus baseados no atendimento de metas relacionadas ao retorno do capital investido. Os bônus serão outorgados ao final do ano em dinheiro ou diretamente na forma de ações...

28 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

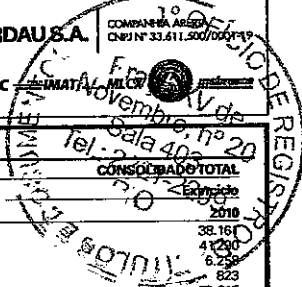
O Comitê Executivo Gerdaul, que é composto pela maioria dos executivos seniores da Companhia, é responsável pelo gerenciamento do negócio. Os segmentos da Companhia são os seguintes: Operação Brasil (inclui as operações do Brasil, com exceção de Aços Especiais)...

22.1 Teste de recuperabilidade do ativo

O teste de recuperabilidade do ativo baseado nos segmentos de negócio é efetuado anualmente em dezembro, sendo antecipado se eventos ou circunstâncias indicarem a necessidade. A Companhia possui quatro segmentos de negócio, os quais representam o menor nível no qual o ativo é monitorado pela Companhia. A alocação dos ativos por segmento é apresentada na nota 11. Em dezembro de 2011, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ativo dos seus segmentos e os testes efetuados não identificaram perdas pela não recuperabilidade do ativo no exercício.







**QUADRO DE INDICADORES - GERDAU S.A. (Valores expressos em milhares de reais, exceto indicadores do corpo funcional)**

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO BRASH			
	Exercício 2011	Exercício 2010	Exercício 2011	Exercício 2010
<b>INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL</b>				
Nº de colaboradores no início do período	22.577	20.601	41.290	38.161
Nº de colaboradores no final do período	23.510	22.577	42.820	41.290
Nº de admissões durante o período	3.675	4.101	5.752	6.255
Nº de trainees e estagiários	902	650	1.120	623
Nº de dependentes	40.736	39.202	62.648	53.615
Nº de terceiros	7.560	7.676	11.186	11.241
Nível de escolaridade:				
% com Ensino Fundamental	10,5%	15,2%	13,5%	19,0%
% com Ensino Médio	67,4%	62,2%	64,5%	63,7%
% com Ensino Superior	19,0%	17,6%	20,5%	17,9%
% colaboradores acima de 45 anos	19,5%	18,1%	29,3%	28,4%
Número de mulheres que trabalham na empresa	2.248	2.030	3.966	3.605
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	16,7%	16,7%	12,2%	16,7%
Média de antiguidade (tempo de casa)	8 anos	8 anos	10 anos	9 anos
<b>INFORMAÇÕES SOBRE CIDADANIA EMPRESARIAL</b>				
Número total de acidentes de trabalho		2011 208		Metas 2012 159
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção (X) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as) (X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolve ( ) apóia (X) organiza e incentiva

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores da Gerdau S.A. Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gerdau S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gerdau S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Gerdau S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Gerdau S.A. essas práticas diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e associadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2012.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes  
CRC nº 2SP 011.609/O-8/F/RJ  
Roberto Wagner Proenza  
Contador  
CRC nº 1SP 088.438/O-9/S/RJ

**Deloitte.**

**PARERE DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Gerdau S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia (controladora) elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2012. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 14 de fevereiro de 2012, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2012.

Boívar Chaneski	Carlos Roberto Schröder	Maria das Graças Conceição Machado Costa
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		<b>DIRETORIA E MEMBROS DO COMITÊ EXECUTIVO</b>
<p><b>Presidente</b> JORGE GERDAU JOHANNPETER</p> <p><b>Vice-Presidentes</b> GERMANO HUGO GERDAU JOHANNPETER KLAUS GERDAU JOHANNPETER FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER</p> <p><b>Conselheiros</b> ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER CLAUDIO JOHANNPETER AFFONSO CELSO PASTORE OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO ALFREDO HUALLEM</p> <p><b>Secretário-Geral</b> EXPEDITO LUZ</p>		<p><b>Diretor Presidente</b> ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER</p> <p><b>Diretor Geral de Operações</b> CLAUDIO JOHANNPETER</p> <p><b>Diretores Vice-Presidentes</b> OSVALDO BURGOS SCHIRMER MANOEL VITOR DE MENDONÇA FILHO EXPEDITO LUZ FRANCISCO DEPPERMANN FORTES RICARDO GIUZZEPPE MASCHERONI</p> <p>CLEMIR ÜHLEIN Contador CRC RS 044845/O-8/S/RJ CPF nº 424.614.210-72</p>

*[Handwritten signatures and initials]*



**GERDAU**

CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DAS MÉDIAS SEMESTRIAS DE FATURAMENTO

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 82310797 - SANTA CRUZ

PERIODO	FATURAMENTO	MÉDIA-FATURAMENTO R\$	MEDIA FAT. - UFIR-RJ
jan/10	204.297.743,32		
fev/10	176.006.495,17		
mar/10	210.100.537,24		
abr/10	194.439.785,68		
mai/10	231.530.773,19		
jun/10	210.649.798,77		
<b>TOTAL</b>	<b>1.227.025.133,37</b>	<b>204.504.188,90</b>	<b>101.324.970,96</b>
jul/10	225.237.818,05		
ago/10	216.786.191,02		
set/10	210.150.819,08		
out/10	196.628.365,08		
nov/10	166.101.964,69		
dez/10	135.704.833,02		
<b>TOTAL</b>	<b>1.150.609.990,94</b>	<b>191.768.331,82</b>	<b>95.014.780,67</b>
jan/11	163.720.452,06		
fev/11	179.714.260,73		
mar/11	198.895.053,68		
abr/11	194.404.349,03		
mai/11	210.607.043,26		
jun/11	218.047.986,12		
<b>TOTAL</b>	<b>1.165.389.144,88</b>	<b>194.231.524,15</b>	<b>90.966.431,32</b>

*[Handwritten signatures and initials]*

GRUPO GERDAU  
Jurídico Rio  
Em \_\_\_\_\_  
Astênio E Oliveira  
Consultor Jurídico



**CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO**

**ANEXO IV**

**DEMONSTRATIVO DAS MÉDIAS SEMESTRIAS DE FATURAMENTO**

**INSCRIÇÃO ESTADUAL: 85890859 - BONSUCESSO**

PERIODO	FATURAMENTO	MÉDIA-FATURAMENTO R\$	MEDIA FAT. - UFIR-RJ
jan/10	7.777.815,59		
fev/10	6.371.380,87		
mar/10	9.640.835,46		
abr/10	7.509.657,59		
mai/10	7.911.714,17		
jun/10	8.256.772,52		
<b>TOTAL</b>	<b>47.468.176,20</b>	<b>7.911.362,70</b>	<b>3.919.815,04</b>
jul/10	10.222.416,13		
ago/10	9.262.969,85		
set/10	8.430.025,71		
out/10	7.708.611,15		
nov/10	6.190.810,15		
dez/10	6.200.468,47		
<b>TOTAL</b>	<b>48.015.301,46</b>	<b>8.002.550,24</b>	<b>3.964.995,41</b>
jan/11	6.268.047,47		
fev/11	5.364.324,65		
mar/11	6.168.723,85		
abr/11	4.689.874,44		
mai/11	5.419.312,58		
jun/11	6.317.438,63		
<b>TOTAL</b>	<b>34.227.721,62</b>	<b>5.704.620,27</b>	<b>2.671.703,01</b>

*[Handwritten signatures and initials]*

GRUPO GERDAU  
Jurídico Rio  
Em \_\_\_\_\_  
Astênio E Oliveira  
Consultor Jurídico

**GD GERDAU****CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO**

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DA MÉDIA SEMESTRAL DE RECOLHIMENTO DO ICMS  
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 82310797 - SANTA CRUZ

PERÍODO	SALDO DEVEDOR	SALDO DEVEDOR FECF	SALDO DEVEDOR ICMS NORMAL	MEDIA ICMS - R\$	MEDIA ICMS - UFIR-RJ
jan/10	-1.040.499,06	0,00	-1.040.499,06		
fev/10	4.926.355,50	190.624,22	4.735.731,28		
mar/10	6.250.684,84	254.775,37	5.995.889,47		
abr/10	7.453.918,28	234.429,87	7.219.488,41		
mai/10	2.627.546,64	312.052,48	2.315.494,16		
jun/10	1.005.829,06	257.318,02	748.511,04		
<b>TOTAL</b>	<b>22.264.314,32</b>	<b>1.249.199,96</b>	<b>21.015.114,36</b>	<b>3.502.519,06</b>	<b>1.735.380,80</b>
jul/10	4.430.081,99	230.822,17	4.199.259,82		
ago/10	5.567.294,19	242.418,29	5.324.875,90		
set/10	3.897.656,38	251.024,84	3.646.631,54		
out/10	6.075.492,00	253.913,68	5.821.578,32		
nov/10	2.760.663,78	160.028,13	2.600.635,65		
dez/10	3.082.516,07	141.610,89	2.940.905,18		
<b>TOTAL</b>	<b>25.813.704,41</b>	<b>1.279.818,00</b>	<b>24.533.886,41</b>	<b>4.088.981,07</b>	<b>2.025.953,06</b>
jan/11	7.202.510,30	154.472,70	7.048.037,60		
fev/11	4.000.942,01	169.281,34	3.831.660,67		
mar/11	4.975.248,80	182.722,53	4.792.526,27		
abr/11	2.345.765,17	195.550,35	2.150.214,82		
mai/11	3.821.891,91	209.859,50	3.612.032,41		
jun/11	3.276.521,28	224.320,60	3.052.200,68		
<b>TOTAL</b>	<b>25.622.879,47</b>	<b>1.136.207,02</b>	<b>24.486.672,45</b>	<b>4.081.120,70</b>	<b>1.911.348,85</b>

GRUPO GERDAU  
Jurídico Rio  
Em  
Antonio E Oliveira  
Consultor Jurídico

1º OFÍCIO DE REGISTRO  
Praça XV de Novembro, nº 20  
Sala 403  
Tel: 2221-2209  
P.O.

**ANEXO IV**  
**DEMONSTRATIVO DA MÉDIA SEMESTRAL DE RECOLHIMENTO DO ICMS**  
**INSCRIÇÃO ESTADUAL: 85890859 - BONUSSUCCESSO**

PERÍODO	SALDO DEVEDOR	SALDO DEVEDOR FECP	SALDO DEVEDOR ICMS NORMAL	MÉDIA ICMS - R\$	MÉDIA ICMS - UFR-RJ
Jan/10	373.193,88	39.441,01	333.752,87		
fev/10	321.023,81	35.317,92	285.705,89		
mar/10	430.998,14	48.642,93	382.355,21		
abr/10	335.650,76	41.489,66	294.161,10		
mai/10	483.422,88	62.768,42	420.654,46		
Jun/10	405.472,50	51.846,01	353.626,49		
<b>TOTAL</b>	<b>2.349.761,97</b>	<b>279.566,96</b>	<b>2.070.256,02</b>	<b>345.042,67</b>	<b>170.957,08</b>
Jul/10	457.026,93	53.141,10	403.887,83		
ago/10	488.813,63	39.493,29	449.320,34		
set/10	363.824,27	39.661,93	324.162,34		
out/10	199.420,11	28.401,96	171.018,15		
nov/10	422.837,37	46.866,38	375.970,99		
dez/10	352.086,66	47.566,23	304.522,43		
<b>TOTAL</b>	<b>2.284.012,97</b>	<b>255.130,89</b>	<b>2.028.882,08</b>	<b>336.147,01</b>	<b>167.540,51</b>
Jan/11	383.637,18	42.936,46	340.700,72		
fev/11	240.920,40	37.535,34	203.385,06		
mar/11	186.037,35	30.994,95	155.042,40		
abr/11	247.141,05	35.735,01	211.406,04		
mai/11	148.250,35	25.571,62	122.678,73		
Jun/11	221.762,49	29.596,44	192.166,05		
<b>TOTAL</b>	<b>1.427.748,82</b>	<b>202.369,82</b>	<b>1.225.379,00</b>	<b>204.229,83</b>	<b>95.649,04</b>

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
 Sala 403, nº 20  
 Novembro, nº 2221-2209  
 Tel.: 2221-2209

**GRUPO GERDAU**  
 Jurídico Rio de Janeiro  
 Em  
 Sérgio E. Oliveira  
 Coordenador Jurídico

*[Handwritten signature]*